



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
CURSO DE INFANTARIA  
TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**CABO VERDE E O NÃO-ALINHAMENTO**

**AUTOR: Aspirante Aluno de Infantaria Álvaro Flor da Luz  
ORIENTADOR: Tenente-Coronel de Infantaria Victor Cipriano**

**Lisboa, Maio de 2008**



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
CURSO DE INFANTARIA  
TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**CABO VERDE E O NÃO-ALINHAMENTO**

**AUTOR: Aspirante Aluno de Infantaria Álvaro Flor da Luz  
ORIENTADOR: Tenente-Coronel de Infantaria Victor Cipriano**

**Lisboa, Maio de 2008**

À minha Mãe, ao meu Pai<sup>†</sup> e aos meus Irmãos.

## Agradecimentos

- Ao Sr. Tenente-Coronel Cipriano, cuja valiosa orientação foi crucial para a realização deste trabalho.
- Ao Sr. Coronel Lima, pela amabilidade que me recebeu em sua casa e pela paciência que teve em responder à entrevista.
- Ao Sr. Tenente-Coronel Leal pelas suas valiosas sugestões.
- Ao Sr. Tenente Carlos Gomes Dias das Forças Armadas de Cabo Verde pela forma pronta e desinteressada com que me disponibilizou os documentos relativamente às FACV.
- Aos funcionários da Biblioteca Nacional, pelo profissionalismo e zelo demonstrados ao longo das minhas pesquisas.
- Aos funcionários da Biblioteca da Academia Militar, pela amabilidade e cortesia.
- Aos funcionários da Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares pela estreita colaboração.
- A minha homenagem a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho fosse uma realidade.

## Índice Geral

Índice de Anexos .....	V
Acrónimos.....	VI
Resumo .....	VIII
Abstract .....	IX
Introdução.....	1
Capítulo 1: De Bandung à Opção de Não-alinhamento.....	5
1.1. A Conferência de Bandung.....	5
1.2. O Mundo Bipolar.....	6
1.3. A Alternativa aos Blocos .....	9
1.4. O Sistema Político Cabo-verdiano Pós-Independência.....	10
1.5. Opção e Realização da Política de Não-Alinhamento em Cabo Verde .....	13
Capítulo 2: O Arquipélago de Cabo Verde .....	15
2.1. Espaço e População .....	15
2.2. Economia e Recursos.....	16
2.3. As Forças Armadas de Cabo Verde.....	18
2.4. Objectivos Político-Estratégicos de Cabo Verde .....	20
2.5. Cabo Verde no Contexto da África Ocidental.....	22
Capítulo 3: Cabo Verde no Xadrez Geopolítico Mundial .....	24
3.1. A Nova Ordem Mundial.....	24
3.2. As Novas Ameaças Internacionais.....	28
3.3. Cabo Verde, uma Nação Global .....	30
Conclusão.....	32
Bibliografia	

## Índice de Anexos

Anexo A – Princípios de Bandung

Anexo B – Principais Indicadores Económicos de Cabo Verde 2003-2006

Anexo C – Posição de Cabo Verde no Mundo

Anexo D – Declaração da Parceria Especial UE– Cabo Verde

Anexo E – A integração de Cabo Verde na Europa

Anexo F – About the G – 77

Anexo G – Entrevista ao Sr. Coronel Adriano Lima

## Acrónimos

BCV – Banco de Cabo Verde

CEDEAO - Comunidade Económica da África Ocidental

COMECOM – Conselho Económico de Assistência Mútua

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CVE – Escudo de Cabo Verde

EUA – Estados Unidos da América

FACV – Forças Armadas de Cabo Verde

GC – Guarda Costeira

GN – Guarda Nacional

GOCEDSN – Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional

MCA – Millennium Challenge Account

MPD – Movimento para a Democracia

MPNA – Movimento dos Países Não-Alinhados

NOEI – Nova Ordem Económica Internacional

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PIB – Produto Interno Bruto

PNA – Países Não-alinhados

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SPA – Sector Público Administrativo

SPI – Sistema Político Internacional

UEMOA - União Económica e Monetária da África Ocidental

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Económica Exclusiva



## Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada, cujo tema é “Cabo Verde e o não-alinhamento”, pretende apresentar as razões que levaram ao surgimento do movimento dos países não-alinhados, o motivo que levou Cabo Verde a optar pelo não-alinhamento e determinar qual deverá ser a melhor posição do país no panorama actual do sistema político internacional.

Para tal, o estudo divide-se em três partes diferentes, onde se apresenta os resultados da investigação que conduziram às conclusões. Assim, a primeira parte trata das origens do não-alinhamento, das razões que levaram a entrada de Cabo Verde no referido movimento e da forma como o não-alinhamento foi implementado no país. A segunda parte faz uma referência a alguns factores geopolíticos/geoestratégicos que condicionam o alinhamento político de Cabo Verde e, na terceira parte, faz-se uma caracterização do cenário actual das relações internacionais e apresenta-se a tendência actual de Cabo Verde relativamente aos principais actores internacionais. Deste modo, entra-se na esfera das Relações Internacionais para uma melhor percepção do objecto em análise.

Por fim, constata-se que Cabo Verde aderiu ao movimento dos países não-alinhados para se manter longe das querelas que dividiam o mundo e para garantir ao país a paz e a independência. Contudo, com o desaparecimento dos pressupostos que levaram ao surgimento do movimento, o país deve orientar a sua política externa segundo o actor que melhor contribua para a realização dos interesses nacionais, ou seja, as necessidades básicas, fundamentais da nação.

### Palavras-Chave:

- Cabo Verde
- Não-alinhamento
- Sistema Político Internacional
- Nova Ordem Mundial
- Relações Internacionais

## Abstract

This Applied Work Research, whose theme is "Cape Verde and non-alignment", intends to present the reasons that led to the emergence of the Movement of Non-aligned Countries, the reason that led Cape Verde to opt for non-alignment and determine which should be the best position of the country in view of the current international political system.

To this end, the study is divided into three different parts, where it presents the results of research that led to conclusions. The first part deals with the origins of non-alignment, of the reasons for the entry of Cape Verde in that movement and how the non-alignment was implemented in the country. The second part is a reference to some geopolitical/geostrategic factors impact of the political alignment of Cape Verde, and the third part, is a characterization of the current scenario of international relations and sets up the current trend of Cape Verde on the main international actors. Thus, we enter into the sphere of international relations for a better understanding of the subject under review.

Finally, it appears that Cape Verde joined the movement of non-aligned countries to stay away from quarrels that divided the world and to assure the country peace and independence. However, with the disappearance of the assumptions that led to the emergence of the movement, the country should gear its foreign policy according to the player that best contributes to the achievement of national interests, it mean, the basic main needs of the country.

### Keywords:

- Cape Verde
- Non-alignment
- International Political System
- New World Order
- International Relations

## Introdução

Falar de não-alinhamento nos dias que correm, numa época onde o hodierno é a globalização, o petróleo, o terrorismo internacional, a hegemonia dos EUA, entre outros, pode parecer, à partida, um esforço tardio e em vão, todavia, não o é. O não-alinhamento existe (para a surpresa de muitos), é parte integrante do sistema internacional e, como qualquer outro membro, tem a sua própria visão do mundo e merece ser compreendido. Além disso, ao falarmos de um tema de relações internacionais temos de tocar, quase que por obrigação, num ou mais desses pontos.

O movimento dos não-alinhados tem sobrevivido à margem dos principais assuntos mundiais, em grande medida devido ao desaparecimento dos principais pressupostos que levaram à sua criação. A prova disso está no número de estudos actuais que aborda o tema, se não é nulo está perto. Os países não-alinhados totalizam, actualmente, 116 países que enfrentam, na maioria dos casos, sérios problemas sociais, económicos, políticos e conservam uma elevada dependência em relação aos países mais desenvolvidos. São justamente estes laços que os une e que, decorridos quase meio século desde a sua formação, o movimento não conseguiu quebrar.

Cabo Verde, como a maioria das ex-colónias, optou por se associar ao movimento logo após a independência, condição essa que mantém até a actualidade. Deste modo, o presente estudo surge no intuito de perceber as motivações que levaram ao surgimento do movimento, conhecer melhor o que foi e o que tem sido o movimento, dar a conhecer os motivos que levaram à opção de Cabo Verde. Também, pretende-se com este trabalho compreender como é que um país pequeno e sem recursos consegue afirmar-se na cena internacional, proporcionar àqueles que tiverem acesso a este documento de mais uma ferramenta para o conhecimento da realidade de Cabo Verde e, sobretudo, tentar dar resposta à seguinte questão:

- Qual deverá ser o alinhamento de Cabo Verde no actual Sistema Político Internacional?

Desta pergunta de partida emergiram algumas questões derivadas, com a finalidade de operacionalizar a questão central, são elas:

- Qual foi a génese do movimento dos não-alinhados?
- Quais foram os motivos que levaram Cabo Verde a enveredar pelo não-alinhamento?
- Quais são as actuais potencialidades e vulnerabilidades que Cabo Verde apresenta?
- O que é que mudou no Sistema Político Internacional desde a adesão de Cabo Verde ao movimento dos não-alinhados até aos dias de hoje?
- Fará sentido a permanência de Cabo Verde no movimento dos não-alinhados?

Para a realização da pesquisa partiu-se das seguintes hipóteses:

- O movimento dos não-alinhados surgiu como alternativa ao mundo bipolar.
- Cabo Verde aderiu ao movimento para não se envolver nas querelas que separavam o mundo e para garantir ao seu povo paz e liberdade.
- A maior potencialidade do País é a sua localização geográfica, sendo a maior carência a falta de recursos naturais.
- O mundo passou de um sistema bipolar para um sistema unipolar, tendente para o multipolar.
- Tendo desaparecido os pressupostos que levaram à formação do movimento, não faz sentido a permanência do país no seu seio.

Todavia, impõe-se para este tipo de trabalho, que se apresente um corpo de conceitos que servirão de base para o estudo. Assim sendo:

- Alinhamento pretende definir o conjunto de decisões políticas que um país toma com o objectivo de orientar a sua política externa pela de uma outra potência ou bloco político. Por outro lado, não-alinhamento define a opção política de um estado que não se identifica com a ideologia ou o objectivo de uma outra potência ou bloco político<sup>1</sup>.

- Sistema Político Internacional é entendido como “um conjunto de centros interdependentes de decisão políticas que se interactuam com uma certa frequência e regularidade”<sup>2</sup>.

- A Política pode ser encarada como ciência e como actividade. “Como ciência estuda os fundamentos do poder, os fins a que se destina, as instituições e as relações entre estas com os corpos sociais e governados. Como actividade, a Política constitui a actividade dos órgãos do estado, cujo objecto directo e imediato é a conservação da sociedade política, e a definição e prossecução do interesse geral, segundo as circunstâncias aconselharem ou exigirem”<sup>3</sup>.

- A Geopolítica é “o estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivarem-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da ciência política”<sup>4</sup>.

- A Geoestratégia é “o estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivarem-se na construção de modelos de avaliação e emprego ou ameaça de emprego de formas de coação, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica”<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> As definições de “alinhamento” e “não-alinhamento” têm como base as definições de Costa Arsénio e Henrique Ribeiro, respectivamente, Apud RIBEIRO, Henriques – Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico, p. 6 e 229.

<sup>2</sup> COUTO, Abel Cabral – Elementos de Estratégia, p. 19.

<sup>3</sup> ME 71-00-08 – Elementos de análise Geopolítica e Geoestratégica, p. 7.

<sup>4</sup> ME 71-00-08 – Elementos de análise Geopolítica e Geoestratégica, p. 9.

<sup>5</sup> ME 71-00-08 – Elementos de análise Geopolítica e Geoestratégica, p. 11.

- Ameaça representa “qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais e morais. Podem ser de variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.).”<sup>6</sup>

A metodologia seguida para a realização deste trabalho de investigação partiu da interrogação inicial sobre as escolhas feitas para manter o país longe das questões que dividiam o mundo e ao mesmo tempo manter o país como parte integrante do sistema internacional. Procurou-se:

1º-Definir os fundamentos da opção de não-alinhamento;

2º-Estudar alguns factores geopolíticos de Cabo Verde que, na nossa opinião, mais determinam o posicionamento de um país na cena internacional;

3º-Compreender o actual Sistema Político Internacional e a forma como o país nele se insere.

Após a interrogação inicial, procedeu-se a uma pesquisa de natureza bibliográfica. Inicialmente surgiram várias possibilidades de abordagem, porém definiu-se aquela que melhor serviu aos nossos intentos. Esta abordagem permitiu-nos aperfeiçoar a questão central com o fito de melhor transmitir o nosso ponto de vista sobre o objecto em estudo. Foi nossa intenção relacionar os conceitos, questões e hipóteses de forma a tornar as conclusões coerentes e que tenham uma sequência lógica.

Para a realização do trabalho foram aplicadas técnicas de análise documental e não documental, tendo-se, para o efeito preparado e aplicado instrumentos de observação, nomeadamente, um questionário que serviu de suporte à uma entrevista semi-estruturada. Inicialmente pretendia-se centrar a observação nos seguintes grupos alvo: entidades governamentais da altura e individualidades públicas que reflectem sobre a temática. Porém, devido à ausência de verbas para a deslocação a Cabo Verde para proceder às entrevistas, limitou-se a uma entrevista ao Sr. Coronel Adriano Miranda Lima<sup>7</sup>. A selecção do Sr. Coronel Lima para a entrevista prende-se com o facto de ser uma pessoa atenta à realidade de Cabo Verde e que tem vindo a opinar sobre a orientação política do país. A recolha de documentação foi efectuada através da pesquisa, predominantemente, em bibliotecas (maioritariamente na Biblioteca Nacional) e em menor grau na internet.

O trabalho é constituído por três capítulos. No primeiro, sob o título “De Bandung à Opção de Não-alinhamento” procurou-se dar a conhecer as razões que levaram ao surgimento do movimento dos não alinhados, caracterizar o sistema político internacional vigente na altura da independência de Cabo Verde, definir o sistema político implementado em Cabo Verde pelo PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde) e apresentar os

---

<sup>6</sup> COUTO, Abel Cabral – Elementos de estratégia, p.329.

<sup>7</sup> Anexo G – Entrevista ao Sr. Coronel Adriano Lima

fundamentos para a opção de não-alinhamento no País. Este capítulo engloba o período entre a conferência dos povos Afro-asiáticos (1954) e a queda do partido único em Cabo Verde (1991). A razão de ser deste capítulo é dar resposta às duas primeiras questões derivadas.

O segundo capítulo, intitulado “O Arquipélago de Cabo Verde”, pretende apresentar uma breve análise de alguns factores geopolíticos de Cabo Verde. Serão referidos alguns pontos do factor físico, factor humano, factor recursos naturais e factor estruturas. Não se tratando este trabalho da caracterização dos factores geopolíticos ou geoestratégicos de Cabo Verde, achamos por bem não fazer uma análise aprofundada desses factores, mas sim um apanhado geral de cada item. A análise incidir-se-á sobre o espaço e população, a economia e recursos e as Forças Armadas. Também inclui-se neste capítulo os objectivos político-estratégicos de Cabo Verde. Chamamos a estes objectivos de político-estratégicos porque, por um lado são definidos pelo poder político, e por outro lado são objectivos definidos para colmatar as fraquezas do país e maximizar as suas potencialidades. Da mesma forma apresenta-se uma análise comparada, de forma sintética, em relação aos demais países da África Ocidental. O objectivo deste capítulo é determinar os pontos fortes e as fraquezas do país que o poderão impelir a alinhar-se com uma das potências mundiais como forma de sanar as insuficiências, oferecendo em troca aquilo que tem de melhor. Deste modo, esperamos apresentar os dados suficientes para dar resposta à terceira questão derivada.

O terceiro capítulo, designado de “Cabo Verde no Xadrez Geopolítico Mundial”, pretende traduzir o cenário actual do sistema político Internacional de forma a compreender qual o lugar do país no sistema. Igualmente pretende-se dar a conhecer as “novas ameaças” aos estados. A intenção é apresentar as diferenças entre o sistema político internacional de 1975 e o actual e percebermos se o não-alinhamento coaduna com o actual cenário mundial. Entendemos que este capítulo dará resposta as restantes questões derivadas. O período abrangido vai deste o fim da guerra fria (1989) até aos nossos dias.

Durante a realização deparamo-nos com algumas dificuldades de ordem financeira, que nos impossibilitaram de ir mais além do que se foi e, também o factor tempo impossibilitou uma análise mais aprofundada do assunto.

## Capítulo 1: De Bandung à Opção de Não-alinhamento

“Os tempos que sucederam à segunda guerra mundial trouxeram à comunidade mundial um fenómeno, à primeira impressão novo, que conhecemos pelo nome de não-alinhamento.”

Edvard Kardelj<sup>8</sup>

### 1.1. A Conferência de Bandung

A ambição dos povos subdesenvolvidos à independência, de todas as formas de submissão, foi impulsionada pelas profundas transformações resultantes do final da segunda guerra mundial. O terceiro mundo<sup>9</sup> consciencializou-se da situação de extrema pobreza e dependência em que viviam as suas populações e resolveu agir. Esta tomada de consciência foi politicamente manifestada na conferência de Bandung de 1955, onde os países menos desenvolvidos se “comprometiam a congregar os esforços para se auxiliarem mutuamente contra todas as formas de colonialismo”<sup>10</sup>, considerado até então como a causa principal do subdesenvolvimento desses países.

Assim, entre 28 de Abril e 2 de Maio de 1954, dirigentes de cinco países Asiáticos reúnem-se, em Colombo (capital do Ceilão), para preparar a convocação da “conferência dos povos Afro-asiáticos”<sup>11</sup>. Os “cinco de Colombo”<sup>12</sup> voltam-se a reunir de 28 a 29 de Dezembro, do mesmo ano, em Bogor (Indonésia), a fim de definir a ordem de trabalhos. Os principais objectivos traçados para a cimeira foram: “1. Encorajar a boa vontade e a compreensão entre os povos da Ásia e da África, estudar e favorecer os interesses mútuos e comuns para estabelecer e promover a amizade e as relações de boa vizinhança; 2. Examinar os problemas sociais, económicos e culturais entre os países representados; 3. Examinar os problemas interessando especialmente os países da Ásia e da África (...); 4. Apreciar a posição da Ásia e da África e dos seus povos no mundo contemporâneo, assim como a contribuição que podem dar ao fortalecimento da paz e da cooperação internacionais”<sup>13</sup>.

A conferência de Bandung que, para muitos autores, mudou o rumo do relacionamento entre os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, realizou-se de 18 a 25 de Abril de 1955, no Palácio da Liberdade na ilha de Java (Indonésia). Nesse encontro estiveram

---

<sup>8</sup> KARDELJ, Edvard - Raízes históricas do não-alinhamento, p. 7.

<sup>9</sup> A expressão “terceiro mundo” foi usada pela primeira vez pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952. O sentido original usado por Sauvy era uma referência ao *tiers état* (terceiro estado) da sociedade anterior à revolução de 1789. Era o povo desprovido de quaisquer privilégios, em oposição ao clero e à nobreza, que gozavam de todas as regalias. Este terceiro estado caracterizava-se pela sua marginalização política e pelo interesse comum em superá-la.

<sup>10</sup> CASTRO, Josué de - De Bandung a Nova Delhi: a grande crise do terceiro mundo, p. 6.

<sup>11</sup> MOREIRA, Adriano - De Bandung aos problemas norte-sul, p. 2

<sup>12</sup> Birmânia, Ceilão (actual Sri Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão.

<sup>13</sup> MOITA, Luís - O Não Alinhamento: História e doutrina do movimento dos não alinhados, p 9-10.

presente vinte e nove chefes de estados ou de governo da África e da Ásia<sup>14</sup>, “que haviam conquistado a independência ou tinham sido protagonistas de processos revolucionários”<sup>15</sup>. No final da conferência foram acordados os dez princípios da coexistência pacífica<sup>16</sup>, (reafirmando o repúdio à política de blocos e reivindicando a libertação dos povos oprimidos) que, mais tarde, serviram de base à doutrina do futuro movimento dos países não-alinhados. A importância deste invento advém do facto de, pela primeira vez na história, os países do terceiro mundo reunirem-se por iniciativa própria e tentarem resolver os seus problemas entre eles. Com esta acção “contrariaram o hábito” de serem as grandes potências a tratar das suas questões e “expressaram colectivamente a sua determinação de recusarem ser objectos passivos de uma história feita e decidida por outros”<sup>17</sup>. Simultaneamente, ela procurou “a formação da identidade e soberania nacionais das jovens nações independentes em meio à existência de forças poderosas que, no interior da (nova) Guerra Fria e do (velho) colonialismo, procuraram atrair e/ou manter os novos actores internacionais no interior dos seus respectivos campos”<sup>18</sup>. Por tudo isto, a conferência de Bandung foi a rejeição da política de blocos e da guerra fria.

## 1.2. O Mundo Bipolar

A ideia de partilhar o mundo segundo esferas de influência e de dominação não apareceu com o fim da segunda guerra mundial, remonta ao tratado de Tordesilhas<sup>19</sup>, nos tempos de D. João II, onde Portugal e Espanha decidiram repartir, entre si, o mundo até então conhecido. Isto graças a abertura das grandes rotas oceânicas e o comércio marítimo intercontinental. Volvidos quatro séculos, a história repete-se na conferência de Berlim<sup>20</sup>, com a “partilha da África Negra”<sup>21</sup> pelas potências Europeias.

---

<sup>14</sup> Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, Costa do Ouro (actual Gana), Egipto, Etiópia, Filipinas, Iémen, Índia, Indonésia, Iraque, Irão, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Marrocos, Nepal, Paquistão, República Popular da China, Sião, Síria, Sudão, Tunísia, Turquia.

<sup>15</sup> MOITA, Luís, cit. 13, p. 9.

<sup>16</sup> Anexo A – Princípios de Bandung.

<sup>17</sup> MOITA, Luís, cit. 13, p. 11.

<sup>18</sup> KOCHER, Bernardo - De Bandung a Bagdá: Cinquenta anos de história e economia política do terceiro mundo.

<sup>19</sup> O tratado de Tordesilhas foi “assinado em 7 de Junho de 1494, após três meses de negociações” e foi ratificado em Setúbal três meses depois. Portugal e Espanha acordaram em traçar uma linha do pólo ártico ao pólo antártico para dividirem o mundo. Tudo o que fosse descoberto a partir de 370 léguas das ilhas de Cabo Verde para poente pertencia a Portugal e a outra metade pertencia aos Reis Católicos de Castela. MOURA, Vasco graça – O tratado de Tordesilhas, p.66.

<sup>20</sup> A conferência de Berlim decorreu entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, com a participação de delegados da Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia.

<sup>21</sup> VITORIANO, José [et al.]. - Notas de História da África ocidental, p. 54.



Agora, finda a 2ª grande guerra, era a vez dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), na cimeira de Yalta<sup>22</sup>, partilharem entre si o que restou da guerra, segundo zonas de influência.

A tensão latente entre essas duas superpotências, de filosofias opostas (EUA capitalista e URSS socialista), levou os outros estados a alinhar com aquela que mais lhes convinham e formassem duas coligações ou blocos, dominados respectivamente pela superpotência tutelar. A astúcia de partilhar o mundo revelava-se como fonte de constante instabilidade mundial e de conflitos nas periferias do poder, sem a intervenção directa dos dois grandes (EUA e URSS). Era a chamada guerra fria<sup>23</sup>.

A origem da guerra fria é explicada, de acordo com Joseph Nye Junior, segundo três teorias: tradicionalista, revisionista e pós-revisionista.

Para os tradicionalistas, a origem da guerra fria advém do expansionismo soviético. Justificam, explicando que após a guerra, a diplomacia soviética adoptou uma postura agressiva, enquanto os americanos reservaram-se a uma atitude defensiva. Assim, os americanos limitaram-se a responder contra a “ameaça soviética”<sup>24</sup>.

Por outro lado, os revisionistas defendem que foi o expansionismo americano a despoletar a guerra fria. De acordo com estes pensadores, o mundo não era bipolar no final da 2ª guerra mundial, os EUA foram os que mais beneficiaram com a guerra e a URSS saiu dela numa posição muito inferior e frágil. Não obstante, inicialmente só os EUA tinham armas nucleares. Deste modo, os soviéticos não tiveram outra alternativa senão reagir às intenções americanas.

Os pós-revisionistas, por seu turno, defendem que o início da guerra fria não se deve a ninguém, foi consequência do “equilíbrio de poder do pós-guerra”<sup>25</sup>. Anteriormente à segunda grande guerra o sistema político internacional era multipolar, depois, fruto da destruição da Europa, passou a haver um “vazio de poder”<sup>26</sup>, tendo os EUA e a URSS aproveitado para preencher esse vazio. Ambas as super-potências tinham pretensões expansionista e objectivos antagónicos, logo era impensável para qualquer uma delas permitir que a outra conquistasse a hegemonia. Assim, a melhor forma de o impedir era não permitindo que os ideais do outro se propagassem.

---

<sup>22</sup> A cimeira de Yalta terminou a 11 de Fevereiro de 1945 em Litvânia, perto de Yalta. Embora Estaline insistisse em que fosse chamada de conferência de Crimeia, figurará na história com o nome de Yalta, apesar de ter decorrido quase exclusivamente em Litvânia.

<sup>23</sup> Segundo COLLINS, J. a guerra fria é um estado activo de tensão internacional a um nível mais baixo do espectro dos conflitos, onde medidas políticas, económicas, tecnológicas, sociológica, psicológicas, paramilitares e militares, aquém do combate armado continuado, são orquestradas para alcançar objectivos nacionais. (COLLINS, J. – Grand Strategy, Apud RIBEIRO – Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico: contributo, p. 160)

<sup>24</sup> JUNIOR, Joseph - Compreender os conflitos internacionais: Uma introdução à teoria e à história, p.137.

<sup>25</sup> JUNIOR, cit. 24, p. 138.

<sup>26</sup> Idem, p. 139.

Como as super-potências não podiam enfrentar-se directamente numa guerra, devido ao factor nuclear, desdobraram-se em pactos militares<sup>27</sup> e serviam-se dos estados satélites para vincarem as suas posições.

Do lado capitalista tínhamos, essencialmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do lado socialista tínhamos o Pacto de Varsóvia. Para os ocidentais, a OTAN era o garante da segurança comum e, segundo o artigo 5º, uma ameaça contra um membro representava, e representa, um ataque contra todos os membros da organização. A fim de garantir os seus objectivos estratégicos a OTAN estabeleceu “três comandos Superiores (Europa, Oceano Atlântico, Mancha e Ilhas Britânicas) e o grupo estratégico regional (Canadá-EUA)”<sup>28</sup>.

Do lado leste a segurança era mantida por uma série de pactos de amizade e assistência mútua entre a União Soviética e as “ex-democracias populares e entre as ex-democracias populares entre si”<sup>29</sup>. Nesta rede de acordos destacam-se a COMECON e o Pacto de Varsóvia que funcionou como principal elemento dissuasor de possíveis agressões externas.

O antagonismo entre as duas superpotências manifestava-se numa permanente incompatibilidade ideológica, económica, política e militar. O mundo encontrava-se de tal forma dividido a ponto de, mesmo no interior dos países haverem separações de carácter ideológico e em certos casos físicas, por exemplo: República Democrática Alemã e República Federal Alemã; Vietname do Norte e Vietname do Sul; Coreia do norte e Coreia do Sul, entre outros.

Porém, a concorrência entre as superpotências em angariar aliados e aumentar, ainda mais a sua esfera de influência inquietou alguns dirigentes do terceiro mundo e não só (caso da Jugoslávia). Havia a intenção de produzir uma real independência que colocasse os novos países em condições de estabelecer padrões de vida para os seus povos condizentes com as aspirações geradas durante o processo de luta contra o colonialismo. Por isso, estes governantes tentaram distanciar-se dos diferendos que separavam o mundo e orientar as políticas dos seus países de forma a não alinharem em qualquer dos blocos.

---

<sup>27</sup> Em 1949 é assinado o tratado do atlântico Norte (OTAN) entre a Europa ocidental, os EUA e o Canadá. Em 1951 concluiu-se o pacto de segurança do pacífico (ANZUS), firmado pelos EUA, pela Austrália e pela Nova Zelândia. Em 1954 é criada a SEATO (EUA, França, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas e Tailândia) e o CENTO (EUA, Inglaterra, Paquistão, Irão, Iraque e Turquia). Em 1955 é assinado o Pacto de Varsóvia entre a URSS, a Checoslováquia, a Hungria, a Polónia, a República Democrática Alemã e a Roménia.

<sup>28</sup> MARTINS, Manuel - Relações e desafios internacionais na era da globalização, p. 633

<sup>29</sup> Idem

### 1.3. A Alternativa aos Blocos

O movimento dos países não-alinhados (MPNA) surgiu nos tempos da guerra fria, como resistência à divisão do mundo em blocos e ao alinhamento nestes. A primeira conferência dos países não-alinhados (PNA) realizou-se em Belgrado, de 1 a 6 de Setembro de 1961. Nesta, os “povos de cor, os antigos colonizados, e os pobres do mundo”<sup>30</sup> declararam, convictamente a sua oposição à divisão do mundo em blocos e ao alinhamento nestes; e procuraram consolidar as suas independências e assegurar a sua participação na política internacional.

“Os seus objectivos foram expressos sobretudo nos seus esforços para eliminarem os focos de tensão internacional; assegurarem a todos os estados o direito de participarem nos assuntos internacionais; fortalecerem a solidariedade internacional; combaterem as forças opostas à liberdade, à soberania e a integridade territorial; e fortalecerem a paz entre os povos (...). Por isso, os não-alinhados criticaram o ex-pacto de Varsóvia e a OTAN; condenaram a política de blocos e os conflitos dependentes dessa política; atacaram as armas nucleares; defenderam o direito de receber auxílio de ambos os blocos; combateram o colonialismo ocidental e o neocolonialismo de qualquer proveniência; e afirmaram que podiam intervir na vida interna de territórios considerados colónias”<sup>31</sup>.

Devido a estas ambições, a política de não-alinhamento haveria de chocar com a política de blocos. A intensa divisão do mundo em blocos, da parte mais desenvolvida do mundo, favorecia a afirmação da hegemonia económica e política sobre os povos e impedia o processo de intercâmbio económico. Isto poderia trazer consequências negativas para a economia mundial e podia revelar-se como incentivo às confrontações internacionais.

Assim, na cimeira de Lusaca (1970), a questão principal do MPNA passou a ser económico, devido a constatação de que “o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos alargou-se amplamente e devem ser intensificados os esforços para concretizar urgentemente mudanças estruturais na ordem mundial”<sup>32</sup>. Durante os anos seguintes, a luta pela democratização das relações económicas internacionais intensificou. Os PNA consideravam que uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) era parte integrante da luta dos povos pela libertação económica, cultural e social e constituía a sua “essência política, devendo todos os estados participar no seu desenvolvimento”<sup>33</sup>.

Não obstante a característica essencial do MPNA consistir em se oporem à divisão do mundo em blocos e às pressões para que também eles se alinhassem nos blocos, certos

---

<sup>30</sup> MOREIRA, Adriano - De Bandung aos problemas norte-sul, p. 4.

<sup>31</sup> MARTINS, cit. 28, p. 658.

<sup>32</sup> Guia do terceiro mundo - De Bandung aos problemas norte-sul, p.414.

<sup>33</sup> Guia do terceiro mundo, cit. 32, p. 417.

autores consideram que a equidistância em relação aos blocos era puramente teórica e que na prática demonstravam uma certa preferência aos países socialistas.

Os PNA reconheceram na cimeira de Argel (1973) que os países socialistas são aliados preferenciais dos países menos desenvolvidos e particularmente dos movimentos de libertação nacional e que “os países não-alinhados fomentarão o desenvolvimento da cooperação científica e técnica com os países socialistas, em particular mediante a celebração de convénios intergovernamentais”<sup>34</sup>. Esta aproximação ficou, ainda mais patente quando a Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 Abril a 2 de Maio de 1974, aprovou a Declaração Sobre o Estabelecimento de uma NOEI, com a união unânime dos países subdesenvolvidos, com o apoio dos países socialistas, e algumas reservas de certas potências capitalistas.

O movimento dos países não-alinhados enquadra-se num movimento mais amplo, o neutralismo<sup>35</sup>. As principais reivindicações do neutralismo são contra a desigualdade social, a favor do estabelecimento de um novo direito internacional adaptado às suas necessidades e pelo “direito à ajuda económica dos países ricos invocando uma espécie de indemnização pela afirmada exploração do passado”<sup>36</sup>. Também defendem o direito à soberania<sup>37</sup>, o direito de não ingerência na vida interna dos estados<sup>38</sup> e a igualdade democrática em todas as relações Internacionais.

Para alguns autores, para além do primeiro mundo<sup>39</sup> e do terceiro mundo, existia ainda um “segundo mundo”<sup>40</sup>, constituído pelo Japão e pelas nações da Europa ocidental, porém esta corrente não teve muita difusão no meio académico.

#### 1.4. O Sistema Político Cabo-verdiano Pós-Independência

Os acontecimentos de 25 de Abril de 1974, em Portugal, aceleraram o processo de libertação das ex-colónias Portuguesas. O comité executivo da Luta do PAIGC (Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde), tendo tomado conhecimento da

---

<sup>34</sup> Guia do terceiro mundo, cit. 32, p.414.

<sup>35</sup> O neutralismo “traduz-se na declaração de um ou mais estados, perante um conflito concreto, de que não participarão na disputa; ou trata-se de um estado declarar que renuncia ao seu direito de fazer a guerra, excepto defensiva, ficando alheio a qualquer conflito que venha a surgir entre terceiros”. (MOREIRA, Adriano – A comunidade internacional em mudança, p. 170).

<sup>36</sup> MOREIRA, Adriano – A comunidade internacional em mudança, p. 173.

<sup>37</sup> Com base na resolução 1803 (XVIII) de 14 de Dezembro de 1962, da Assembleia Geral da ONU que afirma que “o direito de soberania permanente dos povos e das nações sobre as suas riquezas e os seus recursos naturais deve exercer-se no interesse do desenvolvimento nacional e do bem-estar da população e do estado interessado. (MOREIRA, cit. 36, p. 172).

<sup>38</sup> Fundamentado na resolução 2131 (XX) da Assembleia Geral da ONU que declara que “não somente a intervenção armada, mas também qualquer outra forma de ingerência ou ameaça, dirigidas contra a personalidade de um estado ou contra os seus elementos políticos, económicos e culturais, são condenados.” (MOREIRA, cit. 36, p. 172).

<sup>39</sup> Expressão usada para denominar as superpotências da altura EUA e URSS.

<sup>40</sup> BENOIST, Alain de - O que é a Geopolítica, p 10.

ocorrência, resolveu “endereço aos novos governantes Portugueses uma proposta concreta de paz”<sup>41</sup>. Assim, propunham “ao novo poder instituído em Portugal a abertura imediata de negociações, em vista da procura de uma solução política para o conflito”<sup>42</sup> que opunha os povos da Guiné e Cabo Verde ao Estado Português. No seguimento desta acção, encontraram-se em Dakar, de 6 a 17 de Maio de 1974, o Secretário-geral do PAIGC (Aristides Pereira) e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Mário Soares) e marcaram “o início das conversações para 15 dias depois, em Londres”<sup>43</sup>. “A 19 de Dezembro de 1974 é assinado o acordo entre o Governo Português e o PAIGC pelo qual se estabelece o sistema e o calendário do processo de descolonização de Cabo Verde.”<sup>44</sup>

Cabo Verde tornou-se um estado independente em 5 de Julho de 1975, no quadro de um projecto de unidade política com a Guiné-Bissau, projecto esse que viria a dissolver-se em 1981. Desde o início, o processo de independência foi liderado por um só partido, o PAIGC, antecessora do PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), de orientação socialista.

Em 1980, a constituição da república consagrou, juridicamente, o regime de partido único. O PAICV, à semelhança dos novos partidos justificava essa decisão com “a necessidade de construir a nação, de investir o estado de instituições apropriadas e de promover uma nova economia”<sup>45</sup>.

“Para exercer, sustentar e reproduzir o poder, o PAIGC/CV institucionalizou as suas vanguardas, das quais tiveram maior impacto a Polícia Política, as Forças Armadas, as Milícias Populares, os Tribunais de Zona, as Comissões de Moradores, a JAAC-CV (Juventude Africana Amílcar Cabral), e a OPAD-CV (Organização dos Pioneiros Abel Djassi – Cabo Verde). Todas essas vanguardas usufruíam do Orçamento do Estado e participavam nas decisões políticas e implementação das mesmas, sendo os seus principais dirigentes fiéis militantes e dirigentes do partido. Muitos abusos de poder e de autoridade do Partido-Estado eram exercidos por essas vanguardas que se encontravam no terreno, com directrizes e compromissos de materialização dos objectivos partidários.”<sup>46</sup>

A par do partido único, o PAICV instituiu no país um sistema económico de direcção centralizada. As principais empresas foram nacionalizadas e transformadas em empresas públicas e em 1983 encetou-se o processo de reforma agrária que visava expropriar os proprietários rurais ausentes e regular em novos moldes as formas de exploração da terra

---

<sup>41</sup> CARDOSO, Renato – Cabo Verde: Opção por uma política de paz, p. 28.

<sup>42</sup> Declaração do Comité Executivo da Luta do PAIGC, reunido em Boé a 16 de Maio de 1974.

<sup>43</sup> CARDOSO, cit. 41, p. 29.

<sup>44</sup> Idem, p. 21.

<sup>45</sup> SILVEIRA, Onésimo - África ao Sul do Sahara: Sistemas Políticos de Partidos e Ideologias de Socialismo, p. 61.

<sup>46</sup> CARDOSO, Gaudino – Questões de Poder, Autoridade e Legitimidade em Cabo Verde: Análise histórica e Antropológica, p. 83.

por parte dos que não eram proprietários, incluindo a abolição dos tradicionais contratos de parceria. Esta reforma encontrou uma rígida oposição social e a sua implementação nunca foi realizada na íntegra.

No plano da política externa, o país manteve uma política de não-alinhamento e de neutralidade. Estabeleceu estreitas relações com a URSS e com o governo de Cuba e teve os EUA como um dos principais doadores de ajuda bilateral. Em 1977 tornou-se membro da CEDEAO (Comunidade Económica da África Ocidental), mas recusou a assinar um protocolo militar no âmbito da mesma organização. Deste modo, Cabo Verde evitava qualquer atitude que pusesse em causa os seus interesses, mesmo que contrárias às posições dos países amigos, e é nesta base que o Governo optou por não interditar o seu aeroporto internacional da ilha do Sal à aviação Civil Sul-africana.<sup>47</sup> Em suma, a política externa caracterizou-se por uma “sábia dose de realismo, facto que releva, por seu turno, uma abordagem mais pragmática do que ideológica dos acontecimentos internacionais”<sup>48</sup>.

No plano interno, o regime de partido único começou a manifestar um certo “afrouxamento” a partir de meados da década de oitenta. Foi então abandonada a obrigatoriedade dos funcionários públicos jurarem lealdade ao partido do poder e alguns independentes conseguiram ser eleitos para a Assembleia Nacional Popular<sup>49</sup> nas eleições de 1985.

Apesar disso, o regime dirigido pelo PAICV não conseguiu evitar um movimento de crescente pressão dentro do partido e por parte da sociedade civil. A questão do aborto constituiu um dos pontos altos desse processo, a partir da aprovação pelo parlamento, em 1987, de um diploma que legalizava a prática do aborto. A medida despoletou uma forte contestação liderada pela igreja católica e que resultou na prisão de alguns manifestantes.

Em 1988, o congresso do PAICV discutiu a hipótese de se pôr fim ao regime de partido único, bem como a questão de liberalização da economia. Em Setembro de 1990, a Assembleia Nacional aboliu o regime de partido único. Em Janeiro de 1991 realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias e o PAICV foi substituído no governo pelo MPD (Movimento para a Democracia).

O novo partido do governo encetou reformas no sentido de liberalizar o funcionamento do sistema económico, privatizando empresas, liberalizando o regime de preços, de câmbio e importações. Sob o patrocínio financeiro do Banco Mundial, iniciou-se, igualmente, a reforma da administração pública visando instituir um sistema mais descentralizado e incrementar a eficácia dos serviços administrativos, o que implicou, na prática, uma considerável redução do preço do sector administrativo, sobretudo em meios urbanos.

---

<sup>47</sup> CARDOSO, cit. 41, p. 49.

<sup>48</sup> SILVEIRA, Onésimo – Contribuição para a Democracia em Cabo Verde, Apud CARDOSO, Gaudino, cit. 46, p. 81.

<sup>49</sup> É o caso de Carlos Veiga que veio a vencer as eleições legislativas em 1991 pelo MPD.

No plano externo, o governo afirmou expressamente a intenção de prosseguir na linha fundamental do não-alinhamento.

### 1.5. Opção e Realização da Política de Não-Alinhamento em Cabo Verde

Um país exíguo e sem recursos naturais enfrenta muitos obstáculos ao pretender praticar uma política independente: primeiro, porque grande parte das condições de cooperação que lhe são oferecidas surge no âmbito de um jogo de influências (ou se pretende enquadrá-lo numa determinada conduta externa, ou se procura conduzir o seu processo interno numa direcção diferente da escolhida pelo seu próprio governo); segundo, porque, sendo pequeno, não se lhe reconhece o direito de pensar e conduzir uma política externa de forma autónoma. Estas dificuldades agravam-se, ainda mais, quando essa política traduz-se em algo tão distinto do que é habitual no panorama internacional.

Num mundo bipolarizado, restam duas opções a um pequeno Estado: ou se integra num dos campos em confronto ou aposta em fazer compreender aos outros que não é nem será parte de um processo conflituoso, pelo que pode ser deixado em paz por todos os contendores. Nessas condições, a própria realização dessa política é, em si mesma, uma batalha. O país tem de conquistar uma credibilidade própria que lhe permita desempenhar um papel útil na cena internacional e prosseguir a sua própria opção. Só depois de ser credível é que começa a tirar proveito da sua pequenez e pobreza. Ao intervir, por se saber limitado e porque os outros também o sabem, goza da vantagem de não poder ser suspeito de pretender uma posição de hegemonia ou de liderança, o que facilita o contacto com os diversos interessados. Deste modo, a política pacífica torna-se um elemento activo de defesa nacional e de independência.<sup>50</sup>

Embora tendo a consciência de que o poderio é um elemento essencial, se não fundamental, nas relações internacionais, Cabo Verde recusou a encará-lo como a melhor via para conduzir a Humanidade à paz, segurança e progresso e bem-estar<sup>51</sup>. Igualmente, defendia que os problemas dos pequenos Estados não deviam ser tratados pelas potências mundiais ou exclusivamente segundo os seus ditames.

A política externa de Cabo Verde, após a independência, baseou-se nos princípios do não-alinhamento. O MPNA era inspirado em dois conceitos basilares para Cabo Verde: a paz e a independência. Com isso, Cabo Verde optou por manter uma política de independência de

---

<sup>50</sup> CARDOSO, cit. 41, pp 40-46.

<sup>51</sup> A segurança, progresso e bem-estar constituem os fins da política. Entendemos que se cada entidade política dos diversos países contribuir para a prossecução destes fins, dentro da sua área geográfica, está consequentemente a contribuir para que a humanidade alcance estes três desígnios.

pensamento e de acção nas relações internacionais e escolher qual a melhor política a seguir para atingir os seus objectivos.<sup>52</sup>

Cabo Verde assentou a sua política internacional sobre dois pilares: “evitar o envolvimento nos conflitos e querelas que dividiam o mundo e tentar contribuir para a luta dos povos pela paz, pela independência e pelo desenvolvimento”<sup>53</sup>.

Os princípios que nortearam a acção de Cabo Verde nas relações internacionais são: o realismo, a flexibilidade, independência de pensamento e acção, nacionalismo e seriedade e coerência política. Definida a linha orientadora da sua política, fixos os seus objectivos e princípios, o país cedo verifica que os mesmos elementos que determinaram a opção, nomeadamente a pequenez e a pobreza, revelaram-se como factores extremamente negativos para a prática de uma política de paz e diálogo.<sup>54</sup>

Durante os primeiros anos como país independente, Cabo Verde teve um papel importante na difusão dos ideais do não-alinhamento, tanto no âmbito jurídico como no plano interno e na esfera das relações com outros estados. Uma das primeiras medidas foi declarar que o seu território não podia ser usado para a criação de bases militares estrangeiras.

“A República de Cabo Verde estabelece e desenvolve relações com os outros países na base do Direito Internacional, dos princípios da Independência Nacional, da Igualdade entre os Povos, da não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de vantagens, da coexistência pacífica e do não-alinhamento.”<sup>55</sup> Também, afirmou que recusava a instalação de bases militares estrangeiras no seu território<sup>56</sup>.

O país teve uma actuação preponderante na mediação do conflito entre a África do Sul e Angola. Os primeiros encontros realizaram-se em 1979 na ilha do Sal e “versaram sobre a necessidade de se pôr fim à situação de guerra na região; a total evacuação do território angolano pelas tropas sul-africanas; o fim do apoio militar à UNITA; a necessidade de se estabelecer um processo rápido de independência da Namíbia”<sup>57</sup>.

---

<sup>52</sup> Relatório do Governo à assembleia Nacional Popular, 1984, In: Ministério de Negócios Estrangeiros (1985).

<sup>53</sup> Programa do Governo, 1981/85, In: Ministério de Negócios Estrangeiros (1985).

<sup>54</sup> CARDOSO, cit. 41, p. 39-40.

<sup>55</sup> Antigo número 1 do artigo 17 da Constituição da República de Cabo Verde. Esta disposição legal foi revogada pela Lei Constitucional n.º 1/V/99 de 23 de Novembro. Da nova lei, na parte consagrada às relações internacionais (artigo 11), não consta o termo “não-alinhamento”.

<sup>56</sup> Ainda hoje esta disposição vigora no n.º 4 do art.º 11 da Constituição da República.

<sup>57</sup> CARDOSO, cit. 41, p 50.



## Capítulo 2: O Arquipélago de Cabo Verde

“Os Cabo-verdianos lutam tenazmente desde há cinco séculos, para assegurar a sua sobrevivência, entre acumulações de lava petrificada, cultivando pequeníssimos espaços de terra, alcandorados em cumes basálticos ou enterrados no forno das covas (vales), os quais continuam a viver o suplício de Tântalo: estão circundados de água e morrem à sede.”

Frei Camilo Torassa<sup>58</sup>

### 2.1. Espaço e População

A República de Cabo Verde é uma unidade política localizada a cerca de 445 km da costa ocidental Africana, entre as coordenadas 14° 48' e 17°12' de latitude norte e 22°40' e 25°22' de longitude oeste de Greenwich. As dez ilhas e os cinco ilhéus que compõem o arquipélago estendem-se por uma superfície total de 4.033 Km<sup>2</sup>. As ilhas de Cabo Verde são de origem vulcânica e formaram-se a partir de erupções subaquáticas, há muitos milhares de anos. A diferença orográfica entre as ilhas - Ilhas quase planas (Sal e Boavista) e ilhas com relevos que se elevam acima dos mil metros, como Santiago (1373 m) e Santo Antão (1979), ou que atingem altitudes próximas dos três mil metros como o Fogo (2829) – é justificada pelas diferentes épocas de formação das ilhas, assim as mais planas terão formado antes das montanhosas.

Os ventos alísios que atingem o país, provenientes do continente Africano, separam o país em dois grupos, Barlavento e Sotavento. O grupo de Barlavento é constituído por São Vicente, Santo Antão, Santa Luzia (a única desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista, e o grupo de Sotavento abarca as ilhas do Maio, Santiago Fogo e Brava.

O clima é temperado e seco quase todo o ano, excepto nos meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro que é quente e húmido. Integrado na região do Sahel, a sua produção agrícola é fortemente condicionada pela ausência de chuvas, portando muito reduzida. A escassez de recursos naturais é compensada pela sua situação geoestratégica e por uma população com um elevado índice de escolarização e de alfabetização.

Os primeiros homens que pisaram as ilhas foram navegadores portugueses, em 1460, tendo dado início ao povoamento dois anos depois. Do cruzamento entre Europeus livres e Escravos negros nasceu o Cabo-verdiano. Hoje, a população Cabo-verdiana ronda os 491.419<sup>59</sup> habitantes (densidade populacional de 121,8 hab/Km<sup>2</sup>), dos quais 48,4% são do sexo masculino e 51,6% do sexo feminino. Porém, a maior parte dos Cabo-verdianos vivem

---

<sup>58</sup> CERRONE, Frederico - Cabo Verde: Cruzamento do Atlântico Sul, p. 7.

<sup>59</sup> Os dados resultam das projecções Demográficas do INE de Cabo Verde para o ano 2007.

nas “ilhas exteriores”<sup>60</sup>. Os centros urbanos acolhem a maior parte da população, cerca de 60%, enquanto as zonas rurais, devido ao êxodo para as cidades e às secas persistentes, estão cada vez mais desérticas.

“O sector da saúde em Cabo Verde também deu passos significativos incluindo o controlo e a erradicação de muitas doenças contagiosas. Ao contrário de muitos de seus vizinhos africanos, Cabo Verde tem uma baixa incidência de HIV/AIDS, e de uma forma geral, melhores indicadores de saúde.”<sup>61</sup>

Algumas doenças contagiosas, comuns em muitos outros países africanos, foram erradicadas através do acesso grátis aos cuidados médicos para todos. Estes factos elevam a esperança média de vida à nascença para 76,1 e de 68,3 anos para as mulheres e para os homens, respectivamente (média de 72,3)<sup>62</sup>. A taxa de mortalidade infantil em Cabo Verde é a terceira mais baixa do continente e ronda os 25,3 por mil nados vivos. “O índice de desenvolvimento humano do país aumentou 14 pontos (de 0.587 em 1990 para 0.670 em 2003). A taxa de escolarização entre os jovens é muito alta (91% para os indivíduos entre 5 e 30 anos de idade)”<sup>63</sup>.

Finalmente, segundo o Banco Mundial, dos 95,000 agregados familiares, 28% são pobres, sendo 14% extremamente pobres. As taxas de pobreza e de pobreza extrema em termos da população total (não em termos do número total de famílias) está em 36.7% e 20.50% respectivamente.

## 2.2. Economia e Recursos

A economia de Cabo Verde, num mundo cada vez mais globalizado e competitivo, tem demonstrado alguma estabilidade resultante “de uma conjuntura externa favorável e de políticas económicas adequadas”<sup>64</sup>. Cabo Verde tem vindo ao longo dos anos contrariando a sua natureza. Os recursos naturais são reduzidos ao sal, à pozolana, ao caulino, rochas vulcânicas, margas e pesca.

O país passou de um modelo de desenvolvimento económico socialista para um modelo capitalista em finais dos anos 80, tendo obtido um crescimento económico notável.

“Após a independência em 1975, o modelo económico de Cabo Verde confiou ao governo o papel principal de desenvolvimento empresarial na agricultura, na indústria e nos serviços,

---

<sup>60</sup> Expressão usada por Kátia Cardoso para designar os grupos de países que acolhem a diáspora Cabo-verdiana (EUA, Portugal, Países Baixos, Itália e Suíça, etc.). (CARDOSO, Kátia - Cabo Verde e as suas Ilhas Exteriores)

<sup>61</sup> Banco Mundial, Sector da redução da Pobreza e Gestão Económica. Região da África Sub-sahariana - Relatório nº X: Cabo Verde, Diagnóstico da Pobreza, p. 6.

<sup>62</sup> Dados resultantes das projecções Demográficas do INE para o ano 2007.

<sup>63</sup> Banco Mundial, cit. 61, p. 11.

<sup>64</sup> Banco Espírito Santos - República de Cabo verde: Oportunidades de Negócio no Sector Imobiliário, p.2.

atribuindo ao sector privado uma fraca importância<sup>65</sup>. Após 1991, o novo governo implementou uma política de redução do papel do estado na economia e estabeleceu prioridades visando a melhoria da educação, a redução da pobreza e do desemprego. Introduziu novos diplomas legais e efectuou algumas reformas. As reformas introduzidas na economia permitiram gozar de uma certa estabilidade macroeconómica, uma baixa inflação e uma taxa de conversão com o Euro<sup>66</sup> forte e fixa<sup>67</sup>.

De acordo com o relatório do Banco de Cabo Verde (BCV), o país apresentou em 2006 um PIB per capita de 2.463,3 dólares, apesar do ligeiro abrandamento do crescimento em relação ao ano anterior. O PIB real teve um crescimento de 6,1% em 2006, menos 0,3% do que em 2005 devido, em grande medida ao “arrefecimento do consumo das famílias e o contributo menos positivo da procura externa líquida para a actividade económica”<sup>68</sup>.

A economia de Cabo Verde é dominada pelo sector dos serviços, representando 70,6% do PIB em 2006. O crescimento da actividade no sector de serviços tem sido largamente determinado pelo forte dinamismo no subsector do turismo. Em 2006, as receitas turísticas aumentaram significativamente, ascendendo a 19.247,4 milhões de CVE (Escudo de Cabo Verde) e representando 18% do PIB (12% do PIB em 2005). A evolução das receitas turísticas resulta do aumento em 23% da procura por Cabo Verde como destino turístico, um crescimento bem superior à média mundial (4,5%) e à africana (9%), segundo estatísticas do INE.

A inflação apresentou uma tendência ascendente ao longo de 2006, atingindo no final do ano os 5,4% (0,4% em 2005).

“Em 2006, em resultado do aumento, tanto das despesas correntes (16,7%), como das despesas de investimento (13,7%), as despesas do SPA atingiram os 36.046,8 milhões de escudos (31.621,6 milhões em 2005), um aumento de 14% relativamente ao ano anterior. Em percentagem do PIB, as despesas totais passaram de 33,9% em 2005 para 34,2% em 2006.”<sup>69</sup>

“Com a adopção, em Dezembro de 2004, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, das resoluções A/Res/59/209 e A/Res/59/210, dando início ao processo de saída de Cabo Verde

---

<sup>65</sup> Banco Mundial, cit. 61, p. 8.

<sup>66</sup> Cabo Verde assinou com Portugal um acordo de cooperação cambial em Julho de 1998. Este acordo tem por objecto garantir a estabilidade de câmbio entre os países. O escudo Cabo-verdiano está vinculado ao escudo Português segundo uma paridade fixa. Este acordo prevê a prestação de assistência financeira e técnica por parte de Portugal. Com a entrada de Portugal para a zona Euro, foi autorizado a manter o acordo através da resolução 98/744 de 21 de Dezembro de 1998 do conselho económico da EU.

<sup>67</sup> REIS, Vitor Manuel Vaia dos - Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a independência, p. 102

<sup>68</sup> BCV - Relatório anual de 2006, p. 13. (Anexo B – Principais Indicadores Económicos de Cabo Verde 2003-2006)

<sup>69</sup> BCV - Relatório anual de 2006, p. 55.

do grupo dos Países Menos Avançados, abriu-se uma nova etapa de desafios e oportunidades para Cabo Verde.”<sup>70</sup>

### 2.3. As Forças Armadas de Cabo Verde

As Forças Armadas de Cabo Verde (FACV) constituem a principal componente de defesa nacional. A percentagem do PIB, destinada à defesa, não ultrapassa os 0,7%, sendo que cerca de 90% deste montante é destinado às despesas com o pessoal. Logo, o investimento em material e equipamento é bastante reduzido e o resultado é a incapacidade de cumprir cabalmente todas as missões que lhes são incumbidas. As FACV são constituídas por um reduzido efectivo, rondando os 1.200 elementos. O serviço militar é obrigatório para os homens e facultativo para as mulheres, segundo o disposto no nº 1 do art.º 245º da Constituição da República de Cabo Verde. A idade mínima para ingressar nas fileiras das FACV é de 18 anos.

A Constituição da República de Cabo Verde, no seu art.º 244º, determina que cabe às FACV, “a execução da componente militar da defesa nacional, competindo-lhes assegurar a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externas.”<sup>71</sup>

As FACV são constituídas pelos órgãos militares de comando, a Guarda Nacional (GN) e a Guarda Costeira (GC). “A Guarda Nacional está organizada territorialmente e constitui a principal componente das Forças Armadas destinada à defesa militar do país, através da realização de operações terrestres e anfíbias, bem como ao apoio à segurança interna, de acordo com as suas missões específicas.”<sup>72</sup>

A GN compreende o Corpo de Polícia Militar, o Corpo de Fuzileiros Navais, o Corpo de Artilharia e as Unidades de Apoio. Estas unidades encontram-se repartidas por três comandos territoriais, sendo a Companhia a sua unidade base. Os comandos territoriais estão distribuídos da seguinte forma: O Comando da 1ª Região Militar, sediado em São Vicente, abrange as ilhas de Santo Antão, Santa Luzia e São Nicolau; o Comando da 2ª Região Militar, sediada na Ilha do Sal abarca, também, a ilha da Boa Vista; e o Comando da 3ª Região Militar, com sede em Santiago, englobando para além desta, as ilhas do Maio, Fogo e Brava.

Cabe à GN, de acordo com a Lei da Organização e dos Quadros de pessoal das Forças Armadas de Cabo Verde:

- Assegurar a defesa militar do país;
- Executar, no seu âmbito, a declaração do estado de sítio ou de emergência;

---

<sup>70</sup> Programa do Governo para a VII legislatura 2006-2011.

<sup>71</sup> Nº 1 do art.º 244º da Constituição da República de Cabo Verde.

<sup>72</sup> Nº 1 do art.º 4º da Lei da Organização e dos Quadros de pessoal das Forças Armadas.

- Prevenir e combater o terrorismo e garantir a segurança dos órgãos de soberania e de outros objectivos estratégicos;
- Colaborar com as autoridades competentes e sob a responsabilidade destas, na segurança de pessoas e bens e na prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e outras formas de criminalidade organizada;
- Cumprir missões no âmbito dos compromissos Internacionais assumidos;
- Colaborar em tarefas relacionadas com a protecção do meio ambiente, a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações; e
- Desempenhar outras missões de Interesse público que lhes forem consignadas.

“A Guarda Costeira é a componente das Forças Armadas destinada à defesa e protecção dos interesses económicos do país no mar sob jurisdição nacional e ao apoio aéreo e naval às operações terrestres e anfíbias, de acordo com as suas missões específicas.”<sup>73</sup> Esta abarca as forças e meios e meios navais, as forças e meios aéreos, e as forças e meios em terra.

De acordo com a Lei da Organização e dos Quadros de pessoal das Forças Armadas de Cabo Verde, Cabe à GC:

- Assegurar a defesa militar do País e o apoio aéreo e naval ao cumprimento das demais missões das FACV;
- Executar no seu âmbito, a declaração do estado de sítio ou de emergência;
- Patrulhar o espaço aéreo e marítimo sob jurisdição nacional, incluindo a ZEE, podendo empreender a perseguição, a abordagem e o apresamento de navios e embarcações em actividades ilícitas, designadamente fraudes e infracções fiscais aduaneiras, pesca ilegal e poluição marítima;
- Colaborar com as autoridades competentes e sob a responsabilidade destas, no combate à imigração clandestina, bem como na prevenção do tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e de outras formas de criminalidade organizada;
- Garantir a salvaguarda da vida humana no mar e coordenar e executar as operações de busca e salvamento, sem prejuízo das competências atribuídas a outras instituições;
- Exercer as demais funções de autoridade marítima atribuídas por lei;
- Participar no sistema nacional de protecção civil;
- Cumprir as missões de fiscalização, controlo e repressão de actividades ilícitas no mar, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos.

---

<sup>73</sup>Nº 1 do art.º 5º da Lei da Organização e dos Quadros de pessoal das Forças Armadas

## 2.4. Objectivos Político-Estratégicos de Cabo Verde<sup>74</sup>

Cabo Verde, impulsionado pela exiguidade do seu território, a insularidade, a imensa diáspora, a sua graduação para o Grupo de Países de Desenvolvimento Médio viu-se na necessidade de adoptar “instrumentos estratégicos que estabeleçam os principais parâmetros para a valorização das potencialidades decorrentes da sua condição”<sup>75</sup>. Assim, o Governo adoptou o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (GOCEDSN) para “definir as linhas mestras” que orientam as políticas de defesa e segurança nacional.

A defesa nacional “encerra um sentido abrangente e toca os fundamentos principais da segurança nacional, tendo como objectivo garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações, contra qualquer agressão ou ameaça. À defesa nacional incumbe ainda, garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas, a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado, o reforço dos valores e capacidades nacionais, assegurando a manutenção ou o restabelecimento da paz, em condições que correspondam aos interesses nacionais”<sup>76</sup>.

A segurança nacional, por seu turno, visa “de modo permanente, a preservação da sobrevivência e da independência da Nação, a garantia da integridade territorial, a protecção dos interesses nacionais e do bem-estar dos cidadãos e o respeito pelos valores que enformam a sociedade contra todas as formas de ameaça”<sup>77</sup>.

O legislador enumera uma série de valores permanentes, aos quais deve preservar, e de ameaças, aos quais deve prevenir. Assim sendo, como “valores permanentes”, destaca: a soberania, o espaço o territorial, a coesão nacional, os valores nacionais e a dimensão humana das relações internacionais. Por outro lado, define como “ameaças relevantes”: a agressão; o tráfico de drogas, de armas e de pessoas e criminalidade organizada; o terrorismo; as catástrofes e calamidades; e a proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição maciça.

No quadro das relações Internacionais reafirma a confiança nas Nações Unidas e prontifica-se, no âmbito da ONU, para disponibilizar forças a fim de “participar em missões humanitárias, de resolução pacífica de conflitos e de manutenção da paz e segurança”<sup>78</sup>.

No que se refere à União Africana, Cabo Verde privilegia as relações inter-regionais e prevê o envolvimento do país “nos mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos e

---

<sup>74</sup>Com base nas Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e de Segurança Nacional (GOCEDSN).

<sup>75</sup> GOCEDSN

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> Ibidem.

de manutenção da paz e segurança e nas missões de ajuda humanitária terá como reflexo o aprofundamento das suas relações com o Continente Africano”<sup>79</sup>.

Quanto à CPLP, Cabo Verde dá importância às acções que visam: reforçar a sua dimensão de defesa e segurança; desenvolver a cooperação técnico-militar; e intensificar a cooperação multilateral visando a valorização da comunidade no seio da ONU.

Igualmente, Cabo Verde dá relevância às relações com a UE, principalmente em termos económicos. E ainda, atendendo ao forte inter-relacionamento entre a UE e os EUA, e face à importância estratégica de que se reveste actualmente o Atlântico Médio, a cooperação com organizações de Defesa e Segurança colectiva deverá, pois, constituir uma das importantes direcções da política de defesa e segurança de Cabo Verde.

“Cabo Verde participa igualmente noutras organizações internacionais, que pela relevância da sua contribuição para o reforço da paz, o aumento da confiança e o esforço de diálogo e cooperação internacionais, designadamente a cooperação económica, devem continuar a merecer o devido interesse. Cabo Verde associa-se, ainda, ao esforço internacional de defesa dos interesses e das especificidades dos países insulares, disponibilizando-se a participar nas organizações que vierem a ser criadas.”<sup>80</sup>

Na aplicação dos seus objectivos estratégicos, o Estado de Cabo Verde considera como espaços de interesse estratégico: O espaço Oeste-Africano e a África no seu conjunto; O espaço atlântico e, particularmente, o relacionamento com Portugal, Espanha e França na Europa, Estados Unidos, na América do Norte, Brasil, na América do Sul e Angola e África do Sul; O espaço europeu, em geral e, particularmente, a União Europeia; O espaço da CPLP; O eixo constituído pela China e pelo Japão, no extremo oriente; O espaço dos estados insulares e particularmente as relações com as Ilhas da Macaronésia; Os países onde existem fortes comunidades cabo-verdianas; Os países de origem das comunidades imigrantes em Cabo Verde; e ainda quaisquer zonas do globo em que, conjunturalmente, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afectar.

São instituídos, como funções estratégicas militares a dissuasão (através da integração em sistemas de segurança colectiva), prevenção (evitando que as situações de potencial de conflitualidade se degeneram em conflito aberto ou generalizado), a projecção (posse de capacidade de intervir em projectando forças), a presença (através da garantia de preenchimento estratégico, no próprio espaço de soberania ou em áreas onde o país assumiu responsabilidades perante a comunidade internacional), a afirmação (pela participação activa nos sistemas de segurança internacionais) e a previsão (garantindo de

---

<sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> Ibidem.

uma capacidades de defesa que permita fazer face a evoluções desfavoráveis do ambiente estratégico).

Para garantir a prossecução destes objectivos, o governo conta com a participação efectiva dos seguintes meios institucionais: Forças Armadas, Sistema de Informações, Forças Policiais e Sistema de Protecção Civil. Ao Estado cabe garantir “os efectivos necessários ao desempenho das missões, a sua valorização pessoal, técnica e profissional”<sup>81</sup>. Contudo, os recursos limitados obrigam a equacionar os investimentos nestas instituições. Assim, os recursos devem ser atribuídos, prioritariamente às forças que se destinam a responder às ameaças para as quais existe um elevado risco de se verificarem e à defesa dos interesses com enorme probabilidade de serem agredidos.

## 2.5. Cabo Verde no Contexto da África Ocidental

A República de Cabo Verde insere-se no espaço geopolítico designado por África Ocidental<sup>82</sup>, composto pela Mauritânia, Senegal, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria, Níger, Nigéria, Togo, Benim, Burkina Fasso, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Mali e Gana.

A África ocidental é um imenso espaço com cerca de 6,7 milhões de Km<sup>2</sup>, com uma população estimada em quase 200 milhões de habitantes. O incremento demográfico é rápido em função das taxas de crescimento anual, situadas acima dos 2,5%, que fazem prever que a população cresça num ritmo exponencial nos próximos anos. Contudo, é previsível que a degradação das condições de vida, o avanço da estepe desértica, o consequente deslocamento de populações, o impacto da pandemia de SIDA e doenças como o paludismo, venham a abrandar boa parte deste crescimento.<sup>83</sup>

Cabo Verde e a Gâmbia possuem as mais altas densidades populacionais da região, devido, em grande medida, à pequenez dos seus territórios. De resto, os países do interior possuem densidade populacional muito baixa. No caso da Mauritânia, do Mali e do Níger seria, inclusivamente menor não fosse a passagem do rio Níger. No litoral, pelo contrário, as densidades populacionais são bem mais elevadas, como é o caso da Nigéria, do Togo, do Gana e da Serra Leoa. Tendência que deverá acentuar-se, ainda mais, como consequência do avanço persistente do deserto do Sahel que tem vindo a empurrar as populações para sul, em direcção às regiões costeiras.

A fronteira ecológica separa, em muitos dos países da região, o litoral animista e cristão do interior islamizado, criando uma linha de clivagem cultural que tem potenciado a eclosão de conflitos etno-religiosos, particularmente sentidos na Nigéria e na Costa do Marfim. De facto, a juntar aos particularismos étnicos tem de ter-se em conta o fenómeno religioso que

---

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>82</sup> Anexo C – Posição de Cabo Verde no Mundo.

<sup>83</sup> GNESOTTO, Nicole [et al]. – O mundo em 2025, p. 134.



aparece a separar populações e regiões de um mesmo país. Cabo Verde, cuja população é maioritariamente católica, é o único país da região sem população islamizada. No continente a situação é inversa e a população islamizada aparece em maioria nos países mais a norte. O espaço envolvente de Cabo Verde é dominado pela francofonia. Os países que o compõem provêm da antiga África Ocidental Francesa, o que representa um vasto espaço de influência e de interesse da França. A polifonia surge no Golfo da Guiné com um país Lusófono, a Guiné-Bissau, e um país anglófono, a Nigéria. Contudo, vizinhança de Cabo Verde, a anglofonia e a lusofonia são subjugadas pelo peso da francofonia que, inclusive, integra Cabo Verde e Guiné-Bissau. Estes países figuram no espaço francófono através organizações regionais, impulsionadas pela França como é o caso da UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental) e da CEDEAO (Comunidade Económica da África Ocidental).

Não obstante o gigantismo da região, os recursos que dispões (fosfatos, petróleo, madeiras, diamantes, pesca, produtos agrícolas de exportação) não gerem riqueza suficiente para sustentar o acelerado crescimento da população. As economias são todas de pequena dimensão e os mercados internos restritos. Longe de serem complementares são economias concorrentes e direccionadas para o mercado externos, verificando-se grandes assimetrias de desenvolvimento entre os Estados, particularmente entre os que dispõem de importantes recursos naturais e os menos bafejados pela natureza. E o mesmo acontece no interior dos Estados opondo as cidades principais do litoral, que concentram os influxos financeiros, às vastas áreas rurais que permanecem alheadas da economia moderna.

Cabo Verde, segundo dados do Banco Mundial, possuía, em 2000, o PIB per capita mais elevado da região, o único que ultrapassava os 1000 dólares (13330). Seguia-se a grande distância a Costa do Marfim com cerca de metade deste valor (660), e o Senegal com 500 dólares. Os restantes possuíam um PIB per capita situado entre os 200 e os 350 dólares, o que significa que as populações sobreviviam com menos de 1 dólar por dia. A Guiné-Bissau e a Serra Leoa com 130 dólares apresentavam os valores mais baixos, ao que não é alheia a situação de conflito que viveram, aproximando-as dos valores mais característicos das economias do interior.

Finalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, que permite avaliar o grau de desenvolvimento de um país através dos indicadores da esperança de vida, do grau de literacia e da qualidade de vida (o PIB), mostra, com clareza, que quase todas as economias da região, situando-se abaixo do índice 0.500, se encontram no mais baixo nível de desenvolvimento humano. Apenas Cabo Verde e o Gana possuem índices que incorrem no que se considera o desenvolvimento humano médio, os restantes estão bem abaixo.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup>Banco Mundial, cit. 61, p.11.

## Capítulo 3: Cabo Verde no Xadrez Geopolítico Mundial

“Cabo Verde é, pela sua situação geográfica, história, cultura, economia e população, uma nação aberta ao exterior, com crescente projecção e integração num mundo cada vez mais globalizado.”

In: Programa do Governo, 2006-2008

### 3.1. A Nova Ordem Mundial

Após a guerra fria, deu-se a queda do muro de Berlim, o desmoronamento da URSS e os EUA conquistaram a hegemonia mundial. Esta hegemonia abarca os domínios militar, político e estratégico, económico, tecnológico e científico, e cultural.<sup>85</sup> Igualmente, os Estados tornaram-se mais interdependentes<sup>86</sup>, devido à globalização que, por sua vez, deve-se à aproximação dos povos, proporcionada pelas novas tecnologias.

Os EUA estão no topo da hierarquia mundial, na medida em que, mesmo em tempo de paz conseguem manter “cerca de 255.000 militares norte-americanos (...) espalhados por mais de 150 bases e instalações militares de 110 países”. E se a este número adicionarmos os militares destacados para os teatros de operações do Iraque e Afeganistão, os efectivos excedem os 400.000. Deste modo, os EUA desfrutam de uma posição ímpar no mundo em que “não se lhes pode impor regras, condutas e comportamentos que eles próprios não queiram assumir e respeitar. Os limites são fixados por si, nos termos e em função dos seus interesses e dos seus ideais, ultrapassando, se necessário, os organismos internacionais a que pertence para forjar coligações de circunstâncias e de conveniência ditadas pelos respectivos interesses”.<sup>87</sup>

Não obstante a hegemonia dos EUA, a ordem internacional não se apresenta “verdadeiramente uni-polar”<sup>88</sup>. Existem potências regionais que contrabalançam esse poderio, impedindo que a supremacia seja plena. É o caso das “três grandes potências regionais – UE, Rússia e China”<sup>89</sup>. Por um lado, “os EUA necessitam, para o êxito da resolução das mais importantes questões internacionais, da cooperação de, pelo menos, algumas dessas potências cujo papel e estatuto regional e internacional são verdadeiramente imprescindível”<sup>90</sup>. Por outro lado, os EUA não podem agir coercivamente, usando a força, contra essas potências a cima referidos. Além disso, os EUA confrontam

---

<sup>85</sup> RAMONET, Ignacio - Guerras do Século XXI: Novos medos, novas ameaças, p. 9.

<sup>86</sup> O termo Interdependência, aqui usado, “refere-se a situações nas quais actores ou acontecimentos em diferentes partes de um sistema se afectam mutuamente” (JUNIOR, Joseph; 2002, p. 225).

<sup>87</sup> TOMÉ, Luís Leitão - Novo Recorte Geopolítico Mundial: uma ordem uni-multipolar, uma grande guerra e o jogo de “contenções múltiplas”, In: NAÇÃO E DEFESA – A nova carta do poder mundial, pp. 81-82.

<sup>88</sup> TOMÉ, Luís L. – Novo Recorte Geopolítico Mundial, p.29.

<sup>89</sup> TOMÉ, cit. 87, p. 85.

<sup>90</sup> TOMÉ, cit. 87, p. 83.

com rivais que se assemelham a nível económico, como é o caso da UE e do “bloco asiático-oriental”. E ainda, do ponto de vista cultural ou civilizacional, o mundo mostra-se muito menos propenso à dominação americana.

De facto, surgem outros actores que tentam equilibrar o sistema de forças internacionais, como seguidamente se apresenta.

- O fim do mundo bipolar revalorizou o papel da ONU nas relações internacionais, deixando de ter um papel eminentemente teórico. Actualmente, o principal objectivo da ONU é a manutenção da paz, embora esta não esteja explícita na carta das Nações Unidas.

O Conselho de Segurança, ao abrigo do capítulo VII da carta (Acção em caso de ameaça à paz, ruptura da paz e de actos de agressão), está investido de poderes para intervir contra ameaças que obstruem a paz, inclusive com forças armadas. Porém, os mecanismos de tomada de decisão, nomeadamente o direito de veto, paralisam o Conselho<sup>91</sup>. Para ultrapassar este tipo de impasse, a Assembleia Geral faz Recomendações aos Estados, cabendo a estes decidir se enviam tropas. Assim, os “capacetes azuis” têm as seguintes características: são de constituição voluntária, actuam, preferencialmente com o consentimento prévio dos estados em conflito, preferencialmente combatem, apenas interpõem entre os contendores e exercem legítima defesa. Em termos práticos, podemos afirmar o seguinte: no caso de um conflito ser entre grandes potências, a ONU não tem intervenção, senão marginal; o mesmo acontece quando o conflito envolve uma grande potência e uma pequena potência; a eficácia aumenta caso o conflito seja entre médias e pequenas potências.<sup>92</sup>

Todavia, a acção das Nações Unidas não se resume unicamente ao ponto de vista militar, abarca um campo de acção alargado noutras áreas, sobretudo no que diz respeito às suas organizações especializadas. Em suma, “a ONU é um lugar onde todos os Estados se podem encontrar com todos, (...) e em cada ano, permite a totalização do processo político mundial perante o tribunal da opinião pública”.<sup>93</sup>

- A UE foi criada originalmente para “reconciliar duravelmente os povos da Europa, servindo-se de instituições e mercados comuns”<sup>94</sup> e “tem evoluído, em larga medida, a partir do pensamento económico e político”<sup>95</sup>.

---

<sup>91</sup> O Conselho de Segurança da ONU é composto por 15 países, 5 dos quais permanentes (EUA, França, Inglaterra, Rússia e China). Só os países com assento permanente dispõem do direito de veto. Desta forma, qualquer assunto tratado pelo Conselho tem que angariar o consenso dos cinco.

<sup>92</sup> Moreira, Adriano, cit. 36, p. 499-502.

<sup>93</sup> Idem, p. 502-503.

<sup>94</sup> MARTINS, cit. 28, p. 525.

<sup>95</sup> DELPECH, Thérèse – Alargamento da Visão Estratégica da Europa, p.169 in: CALOUSTE GULBENKIAN – As novas Fronteiras da Europa. pp. 169-185.

A Europa é um gigante económico com “o maior poder industrial a nível mundial”<sup>96</sup>, contudo as questões de segurança são remetidas para segundo plano. “A União Europeia pode dizer que tem um comité militar, uma agência de armamento, uma cláusula de solidariedade em caso de ataque terrorista e, por fim, mas não menos importante, continua (...) envolvida num número de operações externas. (...)”

O alcance geográfico da força militar europeia permanece por circunscrever e está disponível para múltiplos propósitos, havendo espaço para melhoramentos futuros. Mas parece irrealista para a maioria dos europeus, mesmo em 2015, antever intervenções militares europeias em locais longínquos. E, de facto, as capacidades europeias de transporte aéreo, marítimo, C4<sup>97</sup> e serviços de informação (...) parecem ser adequadas apenas para operações nas suas fronteiras.”<sup>98</sup> Por estas razões, muitos europeus vêm na OTAN a única organização de defesa credível para defender o espaço europeu contra ameaças externas. Logo, a dificuldade “em falar a uma só voz em assuntos internacionais não é apenas um problema político, mas também um problema de segurança”<sup>99</sup>.

- A OTAN é, presentemente, “mais uma organização de segurança e defesa do que de defesa colectiva”<sup>100</sup>. Actualmente, questiona-se qual será a sua área geográfica de emprego, devido às “Out of Area Missions”. Em Novembro de 2002, com o objectivo de fazer face as actuais ameaças, foi criada em Praga a OTAN Response Force (NRF). A intenção foi conceber uma força extremamente flexível, bem apetrechada tecnologicamente e com elevado poder de fogo, com elevada interoperabilidade e integração das componentes terrestre, aérea e marítima.<sup>101</sup>

- A Rússia encolheu-se para dentro das suas fronteiras tradicionais após a guerra fria, mas conservou o estatuto de potência regional na Ásia Central e Oriental e no Médio Oriente. Actualmente tem recuperado do “trauma que foi o desaparecimento do Império Soviético”<sup>102</sup>, passou de uma economia de direcção central para uma economia de mercado, atraindo algum investimento estrangeiro, inclusive de empresas norte-americanas.

No plano externo tem pautado pelo não envolvimento em confrontos com os EUA e, ao mesmo tempo, tenta intensificar as relações com os seus vizinhos, especialmente com a UE, a China e a Índia. Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 obrigaram a Rússia a

---

<sup>96</sup> LEANDRO, José Eduardo Garcia – Paz e Segurança, In: NAÇÃO E DEFESA – A nova carta do poder mundial, p. 23.

<sup>97</sup> Comando, Controlo, Comunicações e computação.

<sup>98</sup> DELPECH, Thérèse, cit. 95, pp. 170-171.

<sup>99</sup> PEHE, Jirí – A política externa e a política de defesa da União Europeia vistas pelos países da Europa Central, in: CALOUSTE GULBENKIAN – As novas Fronteiras da Europa, p.118.

<sup>100</sup> HENRIQUES, José – As Grandes Linhas Geopolíticas e Geoestratégicas da Guerra e da Paz, p. 25.

<sup>101</sup> O exercício final de aprontamento da NRF, denominado Steadfast Jaguar 2006, decorreu em Cabo Verde, de 15 a 28 de Junho de 2006.

<sup>102</sup> LEANDRO, Garcia, cit. 96, p. 24.

dialogar mais com os EUA, pois “pela primeira vez desde 1945, Moscovo e Washington têm um inimigo em comum”<sup>103</sup>. Tem condições para se tornar uma potência mundial, porém tem de resolver alguns problemas internos, entre os quais a questão da Chechénia.

No que se refere aos recursos, a Rússia dispõe de uma grande riqueza, particularmente petróleo e gás natural, e pretende ser “o maior parceiro petrolífero dos EUA até ao fim desta década”<sup>104</sup>

- A China é actualmente uma potência regional com fortes potencialidades de se tornar uma grande potência mundial. O segredo Chinês foi alicerçado “ em três vectores fundamentais: pela sua audácia política de reformas económicas e pelo êxito da sua integração no mercado regional e mundial; tentando mostrar ser uma potência benigna, responsável e estabilizadora; e pela tentativa de afirmação de uma certa ordem “imperial Chinesa” na Ásia e pela defesa intransigente do princípio de não-ingerência”<sup>105</sup>.

- No que se refere aos países menos avançados, perduram as graves crises humanitárias e o problema de expressarem os seus anseios de forma uníssona. Estes países abarcam a maior parte do globo, porém são aqueles que menos voz tem na cena internacional. Organizam-se em várias organizações, como é o caso do G-77<sup>106</sup> e o MPNA.

Na “Declaração de Durban para o Novo Milénio” (1998), os PNA proclamaram ser “a potência do novo milénio, lutando por ser um grupo de nações aberto, democrático e com os olhos colocados no futuro” e elegeram a cooperação Sul - Sul como principal objectivo. Também, prometeram contribuir para uma ordem mundial nova e justa, livre de medidas coercivas unilaterais, livre de armas de destruição maciça, um mundo sem de pobreza, baseado na tolerância e na coexistência genuína. Passados uma década desde a definição destes objectivos, os países pobres continuam a ser os “povos invisíveis do mundo”.

O MPNA encerra actualmente 116 países subdesenvolvidos e reuniu pela última vez na XIV conferência de cúpula na cidade de Havana, de 11 a 16 de Setembro de 2006. Entre os temas de debate, encontramos os problemas socioeconómicos que afectam estes países e obstruem o desenvolvimento destas nações. São países que, na grande maioria, são muito vulneráveis às mudanças da economia mundial e aos desafios da globalização neoliberal.

- Em jeito conclusivo, podemos dizer que o actual SPI acarreta aspectos positivos e negativos. Como aspectos positivos aponta-se o facto de não haver um único actor a ditar as regras, a conjuntura actual é pouco propensa aos conflitos entre grandes potências e fomenta o diálogo entre as grandes potências. Pelo contrário, nenhum dos actores está

---

<sup>103</sup>TOMÉ, cit. 87, p. 95.

<sup>104</sup>TOMÉ, cit. 87, p. 98.

<sup>105</sup>TOMÉ, cit. 87, p. 99.

<sup>106</sup>Anexo F – About the G – 77.

interessado em manter o status quo, o actual cenário é propenso ao confronto de interesses entre as grandes potências e a superpotência e prejudica o multilateralismo.<sup>107</sup>

### 3.2. As Novas Ameaças Internacionais

O mundo pós guerra fria não se caracteriza somente pelas relações entre actores do SPI, mas também pela multiplicação de novas ameaças à segurança mundial. A expressão “novas ameaças” pode transmitir a ideia de que se trata de fenómenos novos, porém nem sempre o são. “O que é novo são as circunstâncias, substancialmente diferentes em que a sua utilização passou hoje a ser encarada.”<sup>108</sup> Assim, das múltiplas ameaças que se afiguram no actual cenário mundial, propomo-nos aferir as seguintes: o terrorismo transnacional, a proliferação de armas de destruição maciça e as catástrofes e calamidades naturais.

O terrorismo sempre existiu numa lógica local, regional ou nacional, porém desde 11 de Setembro de 2001 ganhou contornos globais e começou a ser encarada em moldes diferentes. Com efeito, tem-se tentado chegar a uma definição, consensual, de terrorismo, mas tal afigura-se uma tarefa difícil. Entre outras definições, o terrorismo pode ser visto como “o emprego da violência, muitas vezes contra pessoas não directamente envolvidas num conflito, por grupos que operam clandestinamente, que geralmente reivindicam objectivos políticos ou religiosos, acreditando que ao criarem um clima de terror, estão a contribuir para prossecução dos seus objectivos”<sup>109</sup>. Por seu lado, o terrorismo transnacional engloba “os atentados que envolvem o território ou cidadãos de mais de um país”<sup>110</sup>.

O terrorismo pode ser motivado por causas religiosas, sociais, económicas e políticas, e assume duas naturezas: uma secular e outra religiosa. Enquanto o terrorismo de natureza secular decide livremente os seus objectivos, meios e fins, o de natureza religiosa está ligado a leis que lhe são ditadas por um Ente Superior. Contudo, ambos recorrem à violência e ao martírio dos inocentes, o que muda são as justificações e os objectivos.<sup>111</sup>

As organizações terroristas assumem um carácter mundial, não se limitando aos países subdesenvolvidos como se pensa. Recentemente, “foram descobertas bases logísticas da Al Qaeda no Reino Unido, em Itália, na Alemanha, em Espanha e na Bélgica”<sup>112</sup>.

---

<sup>107</sup> TOMÉ, cit.88, pp. 41-44.

<sup>108</sup> RODRÍGUES, Alexandre Reis – As novas ameaças: A proliferação das armas de destruição maciça, p. 251-252.

<sup>109</sup> IISS; (2001); “Defining Terrorism”; Strategic comments nº 9, Apud CARRIÇO, Alexandre – Terrorismo Vs Primazia Americana: uma incursão dialéctica, p. 793.

<sup>110</sup> BRAVO, Ana bela [et al] – Os Factores Determinantes do Terrorismo num Contexto Geopolítico, p. 137.

<sup>111</sup> GARCIA, Francisco Proença – O terrorismo transnacional – contributos para o entendimento da sua estrutura, recrutamento e financiamento. (I Parte)

<sup>112</sup> SOLANA, Javier – Uma Europa segura num mundo melhor, In: NAÇÃO E DEFESA, op cit. p. 238.

Se ao terrorismo associarmos a possibilidade dos movimentos terroristas acederem às armas de destruição maciça, estaremos perante a maior ameaça alguma vez imaginado. As armas de destruição maciça englobam as armas nucleares, as armas químicas e biológicas e os sistemas capazes de as transportar a longas distâncias (os mísseis balísticos e os mísseis de cruzeiro). O uso deste tipo de armamento encontra-se regulamentado pelo Direito Internacional através de tratados, contudo, há países que não ratificaram esses tratados.

Actualmente, nenhuma região, nem país pode afirmar-se livre e protegido contra o terrorismo. Isto deve-se ao facto de as organizações terroristas, ou até mesmo as de crime organizado, disporem, em certos casos, de meios mais sofisticados, comparativamente a alguns estados e organizações internacionais. O aumento da eficácia dos terroristas acentua-se devido ao aumento e maior divulgação das novas tecnologias, como a internet, e a facilidade de acesso aos meios de comunicação social.

Vivemos num “mundo em rede” onde nenhum estado ou poder consegue impedir a entrada e troca de informação que a internet proporciona. Hoje em dia, as pessoas estão a “distâncias de um clique”. A troca desenfreada de informação entre os quatro cantos do mundo pode trazer problemas internos aos Estados na medida em que estes não conseguem controlar a totalidade das actividades dos seus cidadãos. Esta proximidade entre pessoas fisicamente distantes, mas virtualmente próximas devido às novas tecnologia “aumenta exponencialmente a capacidade de fazer o bem como de provocar o mal”<sup>113</sup>.

O desenvolvimento da internet trouxe outro tipo de terrorismo, o ciberterrorismo. Trata-se de um “ataque premeditado contra informações, dados, sistemas e programas de computadores, com intenções políticas, económicas, religiosas ou ideológicas resultando em violência contra alvos não combatentes de organizações ou agentes clandestinos”<sup>114</sup>.

Outra ameaça que tem assolado o mundo diz respeito às questões ecológicas, nomeadamente as alterações climáticas. O aquecimento global atinge níveis planetários, provocando degelos nas zonas gélidas e o aumento dos níveis das águas do mar, levando ao desaparecimento de largas parcelas de terra nas zonas ribeirinhas. As mudanças climáticas podem levar as pessoas das regiões afectadas a migrarem para novas zonas, arrastando consigo graves problemas sociais. “Os resultados sociais e políticos são óbvios obrigando a outro tipo de distribuição das populações. No outro extremo teremos a desertificação de algumas áreas, tal como está a acontecer já no sul da Europa, e não só.”<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> LEANDRO, Garcia – A Nova Ordem Internacional: Vinte Sinais Premonitórios de uma Nova Era, p. 207.

<sup>114</sup> POLLITT, Mark M., Cyberterrorism – Facts or Fancy? Apud BATISTA, Gonçalo [et al.] – Ciberterrorismo: a nova forma de crime do Séc. XXI, como combatê-la? p.34.

<sup>115</sup> Idem.

### 3.3. Cabo Verde, uma Nação Global

As condicionantes geográficas e climáticas do arquipélago têm ditado o percurso histórico de Cabo Verde na sua relação com o mundo. Assim, desde o seu descobrimento que o povo das ilhas tem procurado “parcerias estratégicas com os seus vizinhos próximos (África), periféricos (Europa) e longínquo (Estados Unidos da América), no contexto fronteiriço do Atlântico”<sup>116</sup>, para fintar o destino e atingir o tão desejado desenvolvimento e progresso.

Entre os séc. XV e XVIII, o território manteve-se graças ao comércio triangular, servindo de placa giratória do comércio de escravos entre a costa ocidental africana, a Europa e as Américas. Entre meados do séc. XIX e princípios do séc. XX, os cabo-verdianos viam na emigração para os EUA a principal forma de fugir às secas persistentes. A partir do segundo quartel do séc. XX voltaram para o continente Africano, emigrando, sobretudo para a Angola e Senegal, depois juntaram-se aos guineenses para lutarem pela independência conjunta.<sup>117</sup> Após a independência, o país aliou-se ao movimento dos não-alinhados como forma de resistir à divisão do mundo em blocos. Actualmente tem vindo, cada vez mais, a alinhar com a União Europeia e a estreitar as relações com os outros continentes.

A emigração tem funcionado para o país como uma verdadeira bóia de salvação. O fluxo considerável de remessas de emigrantes incrementou o comércio interno e as divisas que entram no país servem de base estabilizadora da moeda e de meio de pagamento da dívida externa.<sup>118</sup> Durante largos anos as remessas dos emigrantes constituiu a maior parcela do PIB, tendo sido ultrapassado actualmente pelo turismo. A emigração é, igualmente importante, na medida em que a grande maioria dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde são países com grandes comunidades cabo-verdianas.

O Arquipélago vive hoje dias de graça. Recentemente foi promovido ao grupo de países de desenvolvimento médio, é beneficiário do “Millennium Challenge Account (MCA)”<sup>119</sup>, mantém boas relações com a China, goza de uma parceria especial<sup>120</sup> com a UE e tem acesso aos fundos europeus para as regiões ultraperiféricas<sup>121</sup>. Não obstante estes factos o país já não pode aceder aos fundos destinados aos países menos avançados pelo facto de não

---

<sup>116</sup> MONTEIRO, Fátima – Cabo Verde na encruzilhada atlântica. In Revista Estratégia – Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, p. 20.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> ESTEVÃO, João – Cabo Verde na encruzilhada atlântica. In Revista Estratégia – Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, p. 141.

<sup>119</sup> O MCA é um programa do governo dos EUA destinada a combater a pobreza mundial. Para um país poder aceder ao apoio financeiro do MCA, os EUA verificam se se encontram cumpridos alguns critérios rigorosos de boa governação, democracia e transparência no Estado que pretende a ajuda. Entre 75 países concorrentes, Cabo Verde foi classificado em primeiro lugar em África e segundo no cômputo geral.

<sup>120</sup> Anexo D – Declaração da Parceria Especial EU – Cabo Verde.

<sup>121</sup> Açores, Madeiras e Canárias.



pertencer a este grupo. Daí a importância do debate em torno da criação de mecanismos de desenvolvimento sustentado com base nas vantagens comparativas e competitivas, como forma de libertar o país da dependência externa. Para isso deve-se, na nossa óptica, apostar mais nas relações bilaterais, explorando as vantagens que a posição geográfica proporciona, servindo-se de porta de entrada do ocidente para a África. Paralelamente, deve-se apostar na educação e na formação, especialmente para colmatar o défice de quadros médios e superiores e em particular de Mestres e Doutores, pois nenhuma sociedade desenvolve sem uma elite instruída e capaz. Esperamos que a criação da Universidade de Cabo Verde venha erradicar esta lacuna e que contribua para o diálogo necessário com vista ao desenvolvimento do país. Porém, só se pode tirar proveito da universidade se se adoptar uma política de articulação com o sector produtivo e de serviços. “Os cabo-verdianos assumem hoje e cada vez mais a comunhão de um desígnio nacional, independentemente de viverem no território nacional ou fora dele. Essa assunção concretiza-se tanto na participação nas decisões relativas às questões essenciais de condução da vida da República, quanto na conjugação de esforços para o desenvolvimento ou ainda na projecção da identidade e cultura cabo-verdianas e promoção e defesa dos interesses de Cabo Verde. Esta partilha de desígnio faz de Cabo Verde uma Nação Global capaz de vencer os desafios que se lhe colocam e projectar-se vigorosamente no plano externo.”<sup>122</sup>

Cabo Verde quer ser visto no futuro como “um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida”.<sup>123</sup>

Para a prossecução destes objectivos, o governo aposta na promoção da boa governação e capacidade empreendedora, no desenvolvimento do capital humano, na promoção de uma política global de desenvolvimento social, e no desenvolvimento de infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território com vista a um desenvolvimento equilibrado. Estes aspectos são fundamentados em três estratégias básicas: “a inserção na economia internacional; o sector privado como motor do desenvolvimento; o desenvolvimento e a afirmação da cultura nacional”<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> Programa do Governo para a VII legislatura 2006-2011.

<sup>123</sup> NEVES, José Maria (Primeiro Ministro de Cabo Verde) – As relações externas de Cabo Verde: o caso União Europeia. In Revista Estratégia – Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, p. 13.

<sup>124</sup> Idem, p. 14.

## Conclusão

Pensamos que, de uma forma geral, as hipóteses levantadas inicialmente foram confirmadas, com a excepção da hipótese que apontava para a saída de Cabo Verde do Movimento dos Países não-alinhados.

O aparecimento do movimento dos países não-alinhados foi o culminar de um processo histórico, iniciado em Bandung, pela liberdade, pelo desenvolvimento e para que os povos marginalizados tivessem uma voz activa nas questões de interesse mundial. É certo que o nascimento formal acontece na cimeira de Belgrado (1961), mas os ideais do movimento remontam à Bandung, com a adopção dos princípios da coexistência pacífica. Outro factor aglutinador de vontades foi a divisão do mundo em blocos, onde os mais fracos eram usados pelas superpotências como palco de confrontação indirecta. Também, a situação socioeconómica em que viviam as populações destes países teve um peso importante para a união dos povos, pois juntos, falando a uma só voz, tinham mais oportunidades de serem ouvidos pelos pólos do poder mundial. Por isso, e pelo que foi anteriormente apresentado pode-se dizer que o movimento surgiu para contrapor a política de blocos e para que os povos, unidos por laços históricos de séculos de colonialismo e de dependência, pudessem ter uma palavra na decisão do futuro do mundo pós guerra.

O período após a II guerra mundial foi marcado pelo aparecimento de novos países na cena internacional, devido à descolonização em massa. Os novos países, um após outro iam-se aderindo ao MPNA. Assim, Cabo Verde, à semelhança dos novos estados independentes, associou-se a este movimento logo após a sua independência. Essa adesão deve-se à análise da realidade internacional e da situação interna do país. Os governantes de Cabo Verde, fruto dos anos de luta armada nas matas da Guiné, cedo se aperceberam que as relações conflituais não conduzem ao desenvolvimento, mas sim acentua a precariedade de vida das populações. Deste modo, a maneira de garantir ao país a paz e o desenvolvimento, razão da luta, foi a adesão ao MPNA, mantendo-se à margem das questões que dividiam o mundo. Assim, conseguia angariar ajudas externas de todos os actores, sem se comprometer com nenhum deles. A opção de não-alinhamento garantiu ao país a paz e a estabilidade necessária para dar os primeiros passos como país independente.

O Arquipélago passou por momentos conturbados após a independência, mas tem ganho uma certa credibilidade internacional ao longo da sua curta história como país independente. Inicialmente, optou pelo regime mono partidário, não permitindo que as pessoas se expressassem, senão por intermédio do Partido-Estado. Depois, os decisores políticos aperceberam-se que para que haja desenvolvimento há que haver diálogo e aceitaram a democracia como melhor forma de alcançar o progresso. Hoje, Cabo Verde é um país

democrático e viável, onde há respeito pelas opiniões das pessoas e onde se respeitam a separação de poderes.

Cabo Verde, como qualquer outro país do mundo, apresenta algumas deficiências e pontos fortes. Assim, decorrente da caracterização do País feita no capítulo 2, deparamos com algumas potencialidades e vulnerabilidades que o arquipélago apresenta. Deste modo, no que concerne às potencialidades, destacamos as seguintes:

- A posição geográfica de Cabo Verde permite ser uma plataforma de ligação entre os continentes Europeu, Africano e Americano.
- A vocação dos Cabo-verdianos para a emigração pode favorecer a integração de Cabo Verde no Mundo.
- Baixo índice de analfabetismo.
- Baixa incidência da pobreza extrema.
- As remessas dos emigrantes são importantes para o desenvolvimento uma vez que tendem a ser usados para o investimento interno.
- Com uma economia forte pode potenciar o investimento externo.
- Estabilidade económica.
- Turismo.

Quanto às vulnerabilidades, realça-se:

- A crescente debandada dos campos leva ao surgimento e crescimento de bairros degradados nas periferias das cidades e a precariedade das condições de vida.
- A localização geoestratégica do país, no cruzamento dos continentes africano, europeu e americano e a extensão do litoral e da zona económica exclusiva, tornam Cabo Verde exposto às novas ameaças.
- A descontinuidade do território nacional pode ser causador de falta de coesão entre as populações das diferentes ilhas.
- Devido a vastidão da ZEE é necessário um maior número de meios para o seu efectivo controlo.
- Devido a insularidade, é impossível quer a ligação terrestre entre ilhas quer entre o país e o resto do mundo.
- A escassez de recursos naturais leva a uma elevada dependência da ajuda externa.
- A economia do país é muito vulnerável a choques externos.
- Mercado reduzido e fragmentado.
- A distância em relação aos mercados externos.
- Inexistência de recursos naturais relevantes para um desenvolvimento sustentado.

São estes factores que têm de ser bem equacionados para que Cabo Verde consiga conquistar o seu espaço na Nova Ordem Mundial. A fórmula está em conseguir maximizar as suas potencialidades e conseguir os apoios necessários à sua subsistência.

Se na altura da independência de Cabo Verde era fácil caracterizar o Sistema Internacional vigente (o mundo caracterizava-se por uma bipolaridade, onde o equilíbrio era mantido pelas duas superpotências da altura, EUA e URSS), nos nossos dias a tarefa não se nos apresenta fácil.

A Nova Ordem Mundial caracteriza-se pela existência de uma superpotência dominante (EUA) em todos os domínios de poder. Actualmente, os EUA são os únicos com capacidade de projecção de forças a nível planetário. Paralelamente aos EUA podemos encontrar algumas potências regionais, como é o caso da UE, da China e da Rússia, e organizações internacionais como a ONU e a OTAN. Estes Actores internacionais, não dispendo das mesmas capacidades que detêm os EUA, têm de ser ouvidos para as decisões mais relevantes a nível internacional. Assim, pese embora haja uma hegemonia norte-americana, não podemos afirmar que o mundo seja unipolar puro. Para que fosse verdadeiramente unipolar os EUA tinham que estar sozinhos no comando do mundo.

Neste “xadrez” geopolítico mundial, Cabo Verde tem vindo a conseguir importantes ajudas, provenientes de, praticamente, todos os importantes actores internacionais. Estas ajudas têm sido cruciais para o desenvolvimento do país, para ultrapassar as barreiras que o destino lhe impôs e fazer face às novas ameaças.

As novas ameaças que pairam sobre o mundo apelam, mais do que nunca, à cooperação e à união de esforços entre todos os Estados, uma vez que não podem ser resolvidos unilateralmente por nenhum país. No caso cabo-verdiano, às novas ameaças juntam-se as vulnerabilidades do País que o obrigam a procurar parceiros externos com vista a conquistar um desenvolvimento sustentado. É nesta base que defendemos o abandono do não-alinhamento como base de orientação política. Também, o facto de os pressupostos que levaram à sua formação, nomeadamente a divisão do mundo em blocos, ter desaparecido obriga a que se repense o posicionamento do país na cena mundial. Não obstante estes factos, defendemos a permanência de Cabo Verde no MPNA como mais um fórum onde os seus membros discutem os problemas que os afectam e procuram encontrar a solução pelos próprios meios.

Cabo Verde tem que fazer face aos desafios da globalização e para isso deve tomar, em tempo útil, as medidas que lhe assegurem uma posição digna no mundo globalizado. Assim, para uma maior inserção económica no mundo, defendemos o alinhamento de Cabo Verde com a União Europeia, por ser o actor mais bem posicionado para suprir as vulnerabilidades de índole económica que o país apresenta. Primeiro, porque a UE, sendo um gigante económico, tem a possibilidade de assessorar o país nas questões estruturais para o

desenvolvimento do país. Segundo, porque, de todas as potências, a UE é a mais próxima de Cabo Verde, tanto física como historicamente. De facto, para Cabo Verde, trata-se de uma oportunidade fulcral para o futuro, precisamente, porque tudo o que mantiver o arquipélago isolado, centrado sobre si próprio, só nega a sua origem histórica. Também, compromete não só a integração de Cabo Verde no mundo, como condena a sua sociedade à miséria e acentua as vulnerabilidades do país. Porém, não somos da opinião daqueles que defendem a integração na UE<sup>125</sup>, pois pela cultura, pela história e pela posição geográfica, Cabo Verde é um país Africano.

Para a UE Cabo Verde pode ser visto como uma porta de entrada para o continente Africano, com vista ao alargamento do seu mercado e da sua influência no continente, devido à estabilidade económica e política do País.

No quadro da defesa, sustentámos a opinião de que Cabo Verde deve envidar esforços para uma possível integração na OTAN. No contexto actual, em que a segurança não pode ser vista numa perspectiva unidimensional, os países com recursos limitados têm que encontrar nos parceiros internacionais bases sólidas de reforço da sua segurança. E ainda por cima, quando as novas ameaças obrigam que a segurança se comece fora dos países, deve-se apostar na intensificação dos mecanismos de cooperação multinacional. Assim, Cabo Verde deve solidificar as relações com a OTAN, pois caso aconteça algo que transcenda as suas capacidades (esperamos que não aconteça), a OTAN pode agir como um aliado estratégico para fazer face a uma eventual crise. Este quadro seria um passo muito importante no sentido de reforçar a segurança de Cabo Verde, mas seria essencialmente um processo de benefício mútuo.

---

<sup>125</sup> Anexo E – A integração de Cabo Verde na União Europeia

## Bibliografia

- AGUIAR, Teresa Sousa Santos. **Ambiente e Desenvolvimento: Problemas e Perspectivas na República de Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Portucalense. Porto, 1997. 178 pp.
- ALMEIDA, Políbio Valente de. **Do poder do pequeno estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências**. Lisboa: ISCSP, 1990.
- ALMEIDA, Políbio Valente de. **Ensaio de geopolítica**. Lisboa: ISCSP/IICT, 1994.
- ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. **Constituição da República de Cabo Verde**. Praia: ANP, 1999.
- BANCO DE CABO VERDE, Departamento de Estudos Económicos e Estatísticos. **Boletim Económico**. Praia: BCV, 2008. Acedido em 19 de Março de 2008, em <http://www.bcv.cv>.
- BANCO DE CABO VERDE. **Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Conta. Gerência de 2006**. Praia: BCV, 2007. Acedido em 19 de Março de 2008, em <http://www.bcv.cv>.
- BANCO DE PORTUGAL. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor**. Lisboa: Banco de Portugal, 2007. Acedido em 19 de Março de 2008, em <http://www.bp.pt>.
- BANCO ESPÍRITO SANTOS. **República de Cabo verde: Oportunidades de Negócio no Sector Imobiliário**. Lisboa: BES, 2007. Acedido em 19 de Março de 2008, em <http://www.bes.pt>.
- BANCO MUNDIAL, Sector da redução da Pobreza e Gestão Económica. Região da África Sub-sahariana. **Relatório nº X: Cabo Verde, Diagnóstico da Pobreza**, 2004. Acedido em 19 de Março de 2008, em <http://www.worldbank.org>.
- BATISTA, Gonçalo, RIBEIRO, Carlos, AMARAL, Feliciano. Ciberterrorismo: A nova forma de crime do séc. XXI, como combatê-la? **Proelium**. Lisboa: TCor Art Mendes Dias. ISBN: 1645-8826. VI série, nº 1 (2004). pp. 29-69.
- BENOIST, Alain de. **O que é a Geopolítica**. Lisboa: Edições do Templo, 1977.
- BONIFACE, Pascal. **As Guerras do Amanhã**. Lisboa: Editorial Inquérito, 2002.
- BRAVO, Ana Bela Santos, DIAS, Carlos Manuel Mendes. Os factores determinantes do terrorismo num contexto geopolítico. **Proelium**. Lisboa: TCor Art Mendes Dias. ISSN 1645-8826. VI Série, nº2 (Dezembro de 2004). pp. 113-160.
- CABO VERDE, Instituto Nacional de Estatística. **Estatística do Comércio Externo**. Praia: INE, 2006. Acedido em 19 de Março de 2008, em <http://www.ine.cv>.
- CABO VERDE, Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito de conjuntura**. Praia: INE, 2008. Acedido em 19 de Março de 2008, em <http://www.ine.cv>.

CABO VERDE, Instituto Nacional de Estatística. **Resultados da revisão das projecções demográficas - Cabo Verde 2000-2020**. Praia: INE, 2008. Acedido em 19 de Março de 2008, em <http://www.ine.cv>.

CABO VERDE, Ministério de Negócios Estrangeiros. **Cabo Verde, Imagens de dez anos de diplomacia**. Praia: Ministério dos negócios estrangeiros, 1985.

CALOUST GULBENKIAN, Fundação. **As novas Fronteiras da Europa**. Lisboa: Dom Quixote, 2005. ISBN: 972-20-2908-8.

CARDOSO, Gaudino José Tavares. **Questões de Poder, Autoridade e Legitimidade em Cabo Verde: Análise histórica e antropológica**. Dissertação com vista à obtenção do Grau de mestre em estudos Africanos, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2001. 116 pp.

CARDOSO, Kátia. **Cabo Verde e as suas Ilhas Exteriores**. Acedido no Web site do: Núcleo de Estudos para a paz do Centro de Estudos Sociais da universidade de Coimbra, 2005: <http://www.ces.uc.pt>.

CARDOSO, Renato. **Cabo Verde – Opção por uma política de paz**. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1986.

CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas. Terrorismo Vs Primazia Americana: Uma Incursão Dialéctica. **Revista Militar**. Lisboa: nº 8/9 (Agosto - Setembro 2003), pp. 791-813.

CARVALHO, Virgílio de. **O mundo a caminho de uma ordem multipolar democrática**. Lisboa: INUAF, 2003.

CASTRO, Josué de. **De Bandung a Nova Delhi: a grande crise do terceiro mundo**. Lisboa: Seara Nova, 1968.

CERRONE, Frederico. **Cabo Verde: Cruzamento do Atlântico Sul**. Fossano e Turim: Centro de Missões Estrangeiras do Capuchinhos; Mindelo: Rádio Nova, 1998.

CONTE, Arthur. **Yalta ou a partilha do mundo**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1964.

CORREIA E SILVA, António. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico, in **História geral de Cabo Verde**: volume II / Coord. Maria Emilia Madeira Santos. 2ª ed. Lisboa: IICT. Centro de estudos de História e cartografia Antiga; Praia: Instituto nacional da Cultura, 2001. pp.1-17. ISBN: 972-672-895-9.

COSTA, Miguel Freitas da. **A guerra fria**. Lisboa: Fundação Luso-Africana para a cultura, 1999.

COUTO, Abel Cabral. **Elementos de Estratégia: Aparentamentos para um curso**. Volume I. Lisboa: IAEM, 1988.

ESTRATÉGIA. **Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul**. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Lisboa: Principia, [2004]. Nº 20 (1º Semestre) ISSN: 0874-5269.

FONSECA, Luís Adrião da. **D. João II**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

GARCIA, Francisco Proença. O terrorismo transnacional – contributos para o entendimento da sua estrutura, recrutamento e financiamento. (I Parte). Acedido em 08 de Abril de 2008 no site: [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=399](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=399).

GNESOTTO, Nicole, GREVI, Giovanni. **O mundo em 2025**. Lisboa: Bizancio, 2008.

GOVERNO DE CABO VERDE. **As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional**. Praia: Governo de Cabo Verde, 2005.

GOVERNO DE CABO VERDE. **Programa do governo para a VII legislatura: 2006-2011. Praia: Governo de Cabo Verde**, 2006.

GRAÇA, Pedro Borges. **O Problema do Consenso Histórico na Área Lusófona**. Lisboa: ISCSP, 2000.

GRUPO DE APOIO À TRANSIÇÃO. **Declaração sobre a saída efectiva e sustentável de Cabo Verde do Grupo dos Países Menos Avançados (PMA) Adoptada pelo Governo de Cabo Verde e pelo Grupo de Apoio à Transição (GAP)**. Praia: GAP, 2007.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. New York: Oxford University press. 2003. ISBN: 0-19-927803-3.

HENRIQUES, José António Zeferino. As Grandes Linhas Geopolíticas e Geoestratégicas da Guerra e da Paz. **Cadernos Navais**. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, Grupo de Estudos e Reflexões de Estratégia. ISBN 972-8004-83-4. Nº 17 (Abril – Junho 2006) 3-51.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque das civilizações e a mudança na Ordem mundial**. Lisboa: Gradiva, 1999.

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES. **ME 71 –OO-08: Elementos de análise Geopolítica e Geoestratégica**. Lisboa: IAM, 1999.

JUNIOR, Joseph S. Nye. **Compreender os conflitos internacionais: Uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Gradiva, 2002.

KAGAN, Robert. **O paraíso e o poder: a América e a Europa na nova ordem mundial**. Lisboa: Gradiva, 2003. ISBN: 972-662-913-6.

KARDELJ, Edvard. **Raízes históricas do não-alinhamento**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

KOCHER, Bernardo. **De Bandung a Bagdá: Cinquenta anos de história e economia política do terceiro mundo**, 2004. Acedido em 03 de Fevereiro de 2007, em <http://www.redem.buap.mx/acrobat/bernardo2.pdf>.

LEANDRO, José Eduardo Garcia. A Nova Ordem Internacional: Vinte Sinais Premonitórios de uma Nova Era. **Revista Negócios Estrangeiros**. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. ISSN: 1645-1244. Nº 2 (Fevereiro - 2007), p. 204-224.

**LEI da Organização e dos Quadros de Pessoal das Forças Armadas**. Praia: Boletim Oficial da República de Cabo Verde, 2007, I Série, nº 31.



MACEDO, Jorge Borges de. **A conferência de Berlim, cem anos depois**. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1985.

MARTINEZ, Osvaldo, et al. Retos socioeconómicos para los países no alineados. **Centro de Investigaciones de la Economía Mundial**. Habana: Faustino Cobarrubia, Nueva época (II): 10, 142-161 (2006).

MARTINS, Manuel Gonçalves. **Relações e desafios internacionais na era da globalização**. Sintra: Pedro Ferreira, 2003.

MGF, Investimentos, Estudos e Gestão, SA. **Cabo Verde. Anuário 2007 / 2008**. Mindelo: MGF, 2007.

MOITA, Luís. **O Não Alinhamento: História e doutrina do movimento dos não alinhados**. Lisboa: CIDAC, 1982.

MOREIRA, Adriano. **A comunidade internacional em mudança**. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2007.

MOREIRA, Adriano. **De Bandung aos problemas norte-sul**. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1985.

MOREIRA, Adriano. **O papel das pequenas potências**. Lisboa: Instituto Superior de ciências sociais e políticas, 1983.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 1997.

MOURA, Vasco graça. **O tratado de Tordesilhas**. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1994.

MULLER, Robert. **Propostas de um novo sistema Político Internacional para a Salvaguarda do Planeta Terra**. Lisboa: Rei dos Livros, 1992.

NAÇÃO E DEFESA. **A nova carta do poder mundial**. Lisboa: António Horta Fernandes. ISSN: 0870-757X. Outono – Inverno 2ª Série: 106 (2003).

NEVES, José Maria. **Discurso de apresentação de cumprimentos de ano novo - 2008 do Primeiro Ministro ao PR**. (2008). Acedido em 13 de Março de 2008, no Web site: [http://www.governo.cv/index.php?opcion=com\\_content&task=view&id=590&Itemid=74&limit=1&limitstart=1](http://www.governo.cv/index.php?opcion=com_content&task=view&id=590&Itemid=74&limit=1&limitstart=1).

NÓBREGA, Álvaro Correia de. **A luta pelo poder no PAIGC: A conflitualidade e as crises de liderança**. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001. 344 pp.

NOGUEIRA, Franco. **Terceiro mundo**. Lisboa: Ática, 1967.

Nota Informativa: África do Sul. **Declaração de Durban para o novo milénio: Comunicado da Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados**. 1998, nº 11.

NP 405- 1. 1994, Informação e documentação - **Referências bibliográficas: documentos impressos**. Lisboa: IPQ. 49 p.

PAICV. **Declaração do Comité Executivo da Luta do PAIGC, Boé, 16 de Maio de 1974**. Boé: PAIGC, 1974.

PAICV. **Do PAIGC ao PAICV: Documentos**. Mira Sintra – Mem Martins: Gráfica Europam, 1981.

PEREIRA, Alexandre, POUPA, Carlos. **Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word**. 3ª edição - revista. Lisboa: Edições Sílabo, 2006. ISBN: 972-618-350-2.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, 1998. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-275-1.

RAMONET, Ignacio. **Guerras do Século XXI: Novos medos, novas ameaças**. Lisboa: Campo das Letras, 2002. ISBN: 972-662-275-6.

REIS, Vitor Manuel Vaia dos. **Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a independência**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2000. 167 pp.

RIBEIRO, Henrique M. Lages. **Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico: contributo**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RODRÍGUES, Alexandre Reis. As Novas Ameaças: A Proliferação de Armas Nucleares. **Revista Negócios Estrangeiros**. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. ISSN: 1645-1244. Nº 2 (Fevereiro - 2007), p. 251-273.

SILVEIRA, Onésimo. **África ao Sul do Sahara: Sistemas Políticos de Partidos e Ideologias de Socialismo**. Lisboa: Associação Académica África Debate, 2004. ISBN: 972-98833-1-9.

SLAWGHTER, Anne-Marie. **A New World Order**. New Jersey: Princeton University press. ISBN: 0-691-11698-9.

SMITH, Roberto. (2004). La zona franco de la Comunidad Financiera Africana (CFA), su vínculo com el euro. Neocolonialismo ampliado? **Centro de Investigaciones de la Economía Mundial**. Habana: Faustino Cobarrubia e Gladys Hernández, Nueva época (II): 6, 38-48 (2004).

SOUSA, Henrique Teixeira de. **Cabo Verde e o seu destino político**. Mindelo: Gráfica do Mindelo, 1974.

TELO, António José. **Do tratado de Tordesilhas à guerra fria: reflexões sobre o sistema mundial**. Blumenau: FURB, 1996. ISBN: 85-7114-052-9.

TERCEIRO MUNDO, Guia do. **O Mundo, Visto pelo terceiro mundo**. Lisboa: Tricontinental, 1986.

TOMÉ, Luís Leitão. **Novo recorte geopolítico mundial**. Lisboa: EDIUAL, 2004.

VITORIANO, José Manuel, CRUZ, Maria Arlete Pereira da, LUCENA, Maria Margarida Geada Coutinho de. **Notas de História da África ocidental**. Lisboa: ISCSP, 1998. ISBN 972-9229-57-7.

# Anexo A

## Princípios de Bandung

## Princípios de Bandung<sup>126</sup>

1. Respeito pelos direitos fundamentais de acordo com os princípios da carta das Nações Unidas;
2. Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país;
5. Respeito pelo direito de cada nação a defender-se, individual e colectivamente, de acordo com a carta das Nações Unidas;
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa colectiva destinada a servir os interesses particulares das grandes potências;
7. Abstenção de qualquer acto ou ameaça de agressão, ou do emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, tais como negociações e conciliações, arbitragem ou acordos perante tribunais, assim como qualquer outro meio pacífico que possam adoptar os países interessados, de acordo com a carta das Nações Unidas;
9. Estímulo dos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

---

<sup>126</sup> Fonte: MOITA, Luís - O Não Alinhamento: História e doutrina do movimento dos não alinhados.

## Anexo B

# Principais Indicadores Económicos de Cabo Verde 2003-2006

Tabela 1: Principais Indicadores Económicos de Cabo Verde 2003-2006

	Unidade	2003	2004	2005	2006
<b>Sector Real</b>					
PIB real <sup>1</sup>	tv em %	4,7	5	6,4	6,1
Produto per Capita	USD	1771,8	1991,7	2206,3	2463,3
IPC (Taxas de variação média)	tvm em %	1,2	-1,9	0,4	5,4
Taxa de Desemprego	tv em %	n.d	n.d	24,4	18,3
<b>sector Monetário e Cambial</b>					
Activo Externo Líquido do Sistema	tv em %	-7,7	31,9	58,8	14,8
Banco de Cabo Verde	tv em %	-6,3	32,3	43,1	33,2
Reservas Internacionais					
Liquidas do BCV	tv em %	-2	38,2	44	31
Crédito Interno Líquido	tv em %	9,2	5,2	5	17,1
Massa Monetária (M2)	tv em %	8,7	10,5	15,6	18,7
Taxa de Câmbio Nominal	valores médios 189 =100% valores médios 189 =100%				
CVE/USD		97,8	88,7	88,7	87,9
Índice de Tx de Câmbio					
Efectivas Nominal		102,5	103,4	103,4	103,5
Índice de Taxas de Câmbio					
Efectivas Real		100,6	97,5	102,1	105,8
<b>Sector Externo</b>					
Exportações de Bens e Serviços	em % do PIB	31,4	31,8	35,6	42,1
Importações de Bens e Serviços	em % do PIB	67,4	69,1	61,5	67,7
Déficite em Conta Corrente	em % do PIB	11,1	14,2	2,6	5,1
Diviva Externa Efectiva	em % do PIB	54,8	52,1	50	45
Serviço da Dívida <sup>2</sup>	em % do PIB	2,6	2,9	3	2,3
Serviço da Dívida / Export. Bens e Serv.	em %	10,6	11,2	8,3	5,6
Reservas / Importações	meses	1,8	2,4	3,4	3,6
<b>Finanças Públicas</b>					
Receitas Totais (s/ donativos)	em % do PIB	24	22,7	29,8	24,2
Donativos	em % do PIB	5,1	8,9	6,7	4,1
Despesas Totais	em % do PIB	31,7	31	33,9	34,2
Déficite Orçamental Global					
Excluindo Donativos	em % do PIB	9,2	8,3	10,5	10
Incluindo Donativos	em % do PIB	3,9	0,6	3,9	4,5

Fonte: Banco de Cabo Verde, Relatório do Concelho de Administração.

Relatório e Conta. Gerência de 2006

<sup>1</sup> Estimativa Rápidas do Banco de Cabo Verde

<sup>2</sup> Inclui o Pagamento de Juros e Capital

tv - taxa de variação

tvm - Taxa de variação média

## Anexo C

### Posição de Cabo Verde no Mundo

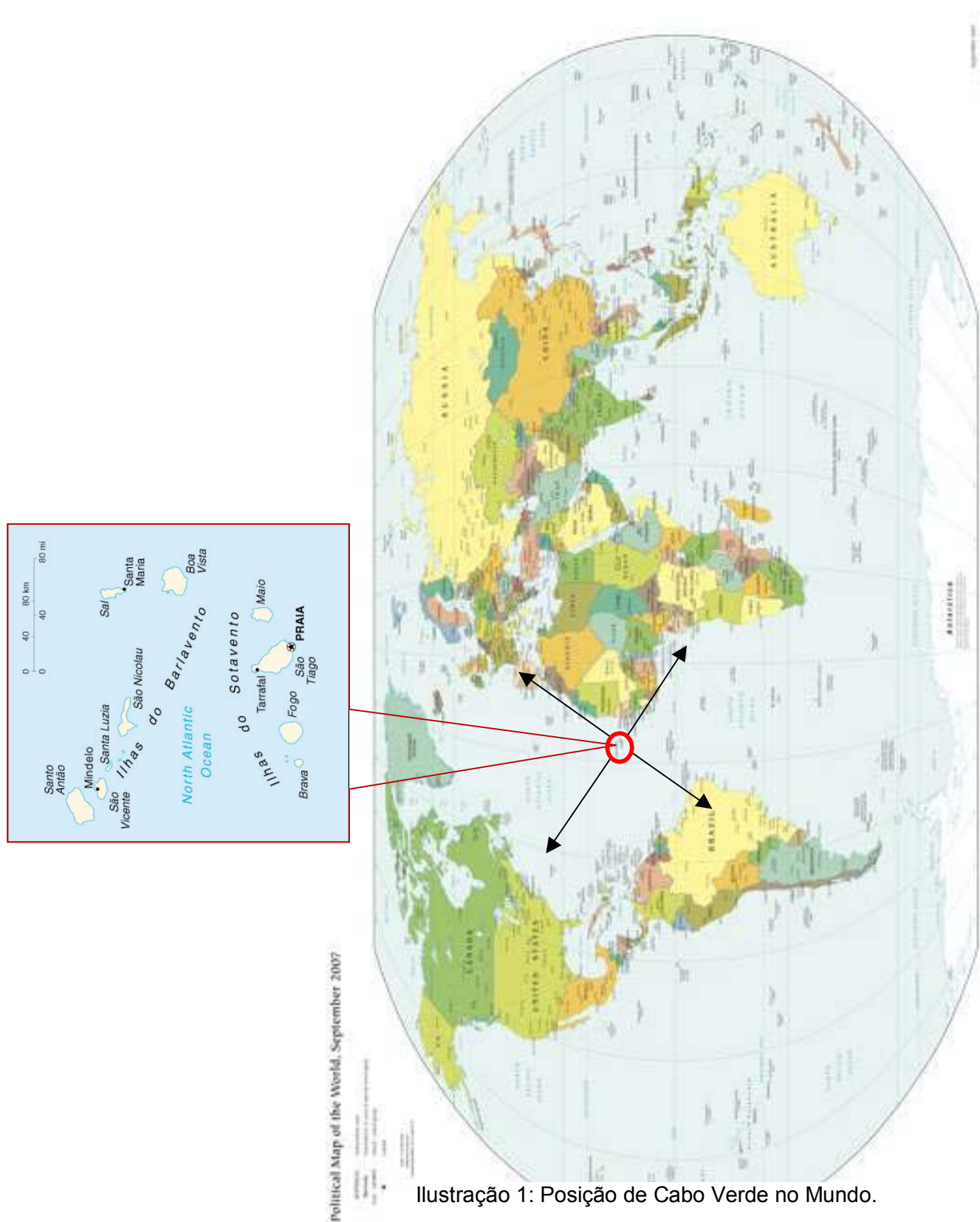


Ilustração 1: Posição de Cabo Verde no Mundo.

<sup>127</sup> Os Mapas foram Extraídos do sítio da internet: [www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html](http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html)



Anexo D

Declaração da Parceria Especial

UE– Cabo Verde

# COMMUNICATION DE LA COMMISSION AU CONSEIL ET AU PARLEMENT EUROPÉEN sur l'avenir des relations entre l'Union européenne et la République du Cap Vert <sup>128</sup>

## 1. INTRODUCTION

Au cours de la période récente, le gouvernement et la société civile du Cap Vert ont manifesté à plusieurs reprises le souhait de voir évoluer les relations du Cap Vert et de l'Union européenne vers un "partenariat spécial". Le Cap Vert s'identifie de plus en plus à une logique de rapprochement avec l'Union européenne, en particulier avec les régions ultrapériphériques (RUP) de l'Union européenne de l'Atlantique Nord. En effet, le Cap Vert et les îles européennes des Açores, de Madère et des Canaries constituent l'ensemble dit de la Macaronésie, où se sont noués depuis toujours des liens historiques, culturels, linguistiques et de complémentarité, qui caractérisent aujourd'hui encore leurs relations et leur coopération. Cette orientation puise ses sources dans l'histoire ancienne et récente du Cap Vert et de l'Europe, marquée par des liens humains et culturels étroits ainsi que par l'expérience commune d'événements importants et le partage de valeurs sociopolitiques fortes. La société capverdienne s'est en effet constituée de cette manière, en tissant des liens historiques, humains, religieux, linguistiques et culturels inextricables avec l'Europe. En fait, la société Cap-Verdienne est issue de la fusion des peuples européen et africain et du dialogue entre leurs cultures respectives. Le pays défend également les valeurs de démocratie, de défense des droits de l'homme et de bonne gouvernance politique, économique et les garanties offertes par l'État de droit en vigueur au Cap Vert, mais cherche aussi à promouvoir la paix, la sécurité, la lutte contre le terrorisme et la criminalité. C'est, enfin, la vocation naturelle du Cap Vert à servir de pont entre les continents africain, européen et américain, facteur-clé autour duquel l'Europe et le Cap Vert partagent des intérêts et des défis communs. Le rapprochement du Cap Vert avec l'Union européenne vise en particulier à intensifier les relations et le degré d'intégration entre les RUP et ce pays; en outre, le Cap Vert partage avec l'Union Européenne plusieurs priorités stratégiques, notamment en ce qui concerne certaines questions sécuritaires comme la lutte contre les trafics illégaux (drogue, immigration clandestine entre autres). Dans ce cadre, le Cap Vert est appelé à devenir partenaire d'une coopération policière et judiciaire accrue avec l'Europe. Du fait de sa position géographique, le pays est en mesure d'apporter une contribution substantielle dans la lutte contre les trafics illégaux et fait de son ouverture en matière de sécurité un des principaux atouts dans ses efforts de rapprochement avec l'UE. Le partenariat spécial vise ainsi à renforcer la concertation et la convergence de politiques

---

<sup>128</sup> Disponible en: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/fr/07/st15/st15114.fr07.pdf>

entre les deux parties, permettant d'ajouter à la relation traditionnelle bailleur – bénéficiaire, un cadre d'intérêts mutuels.

## **2. LE CONCEPT DE " PARTENARIAT SPECIAL UE/CV"**

Le partenariat spécial représente une démarche politique qui va au-delà de la simple relation de bailleur - bénéficiaire, répondant ainsi à d'autres intérêts mutuels en matière de sécurité et de développement. Il s'inscrit dans le contexte de la mise en oeuvre de l'accord de Cotonou dont il vise à exploiter toutes les dimensions permettant de définir un nouveau modèle de coopération UE/CV. Le partenariat spécial UE/Cap Vert ne saurait en aucun cas constituer une alternative à Cotonou ; il entend au contraire approfondir et élargir la coopération entre les deux parties.

Le Cap Vert souhaite dépasser le cadre des relations existantes en vue d'atteindre un degré significatif de coopération approfondie, la priorité étant accordée au rapprochement avec les RUP, y compris en offrant au Cap Vert un accès au marché intérieur. Dans ce contexte, et compte tenu des risques émergents qui mettent en évidence des défis communs, il est envisagé que le Cap Vert prenne part progressivement à certaines politiques et programmes de l'UE, notamment dans les domaines couverts par le plan d'action.

## **3. L'APPROCHE DU PARTENARIAT SPÉCIAL UE/CV**

L'approche suivie obéit à une dynamique novatrice, pragmatique, progressive et de complémentarité, éléments clés du partenariat spécial:

**3.1. Approche politique:** le partenariat spécial vise à renforcer un dialogue ouvert, constructif et pragmatique devant se traduire par des actions concrètes qui sont l'essence même du partenariat spécial.

Il est envisagé que le cadre stratégique d'ensemble du partenariat spécial soit représenté par un *plan d'action* qui couvrira les priorités prévues dans le processus de développement du partenariat spécial et intégrera les instruments traditionnels de coopération prévus par l'accord de Cotonou.

**3.2. Approche de complémentarité:** le partenariat spécial recherche des formes de coopération qui puissent compléter et renforcer les actions traditionnelles mises en oeuvre jusqu'à présent dans le cadre de l'accord de Cotonou. Le document de stratégie pays et le programme indicatif national du 10ème FED refléteront l'"approche partenariat spécial". Par ailleurs, il sera fait appel à d'autres instruments afin de soutenir le partenariat spécial, tels que le FEDER dans le cadre de la coopération avec les RUP, les lignes thématiques, autres lignes budgétaires gérées par la Commission, et le partenariat UE/Afrique pour les infrastructures, entre autres.

**3.3. Approche progressive:** la priorité est donnée à la promotion d'un processus évolutif, d'une série d'activités de coopération concrètes, nouvelles et complémentaires à l'actuelle coopération dans le cadre de la lutte contre la pauvreté; ces activités ajouteraient une

dimension plus profonde aux relations UE/CV. Le Plan d'action sera souple et modulable, de façon à pouvoir être progressivement adapté à l'évolution du pays et de ses relations avec l'Union Européenne et les pays tiers.

**3.4. Approche ancrée dans les principes de la bonne gouvernance :** le niveau élevé de gouvernance atteint par le Cap Vert est à la base du partenariat spécial. La réalisation de progrès ultérieurs dans ce domaine constitue l'un de ses piliers, en cohérence avec la priorité que l'Union européenne et le Cap Vert accordent aux questions de gouvernance.

**3.5. Approche d'intégration régionale:** le partenariat spécial vise, dans le respect des spécificités du Cap Vert, à mettre en valeur sa vocation à oeuvrer pour un rapprochement avec les RUPs et le reste de l'UE, tout en intensifiant ses relations avec la sous région ouest-africaine et au sein de la CEDEAO (Communauté économique des états de l'Afrique occidentale).

**3.6. Approche de convergence en matière de normes et standards européens :** cette convergence aura pour effet de faciliter le rapprochement progressif avec l'UE et les RUP en particulier et de renforcer les avantages comparatifs du pays.

#### **4. PERSPECTIVES NOUVELLES DU PARTENARIAT**

Le partenariat spécial offre notamment les perspectives nouvelles suivantes:

- ☐ une revalorisation de l'étendue et de l'intensité de la coopération politique;
- ☐ un approfondissement des relations économiques et commerciales qui seront progressivement élargies afin de créer les conditions favorables au développement du secteur privé de l'économie et à un accroissement des investissements et des exportations;
- ☐ la convergence de la législation et des dispositions normatives économiques et techniques entre le Cap Vert et l'UE, entraînant l'ouverture réciproques des économies, comprenant en particulier la réduction continue des barrières commerciales, y compris avec les pays de la région, parallèlement à la mise à niveau de l'économie et de l'accroissement de la compétitivité;
- ☐ la perspective de dépasser le cadre des relations existantes en vue d'atteindre un degré significatif de coopération approfondie, la priorité étant accordée au rapprochement avec les RUP, y compris en offrant au Cap Vert un accès au marché intérieur, ainsi que la possibilité de prendre progressivement part à certaines politiques et à des programmes de l'UE notamment dans les domaines couverts par le plan d'action;
- ☐ un renforcement de la coopération administrative et judiciaire;
- ☐ la création systématique de réseaux d'information et de bases de données communes; promotion d'activités d'échanges et de jumelages, en vue du rapprochement des lois, règlements, normes et pratiques du Cap Vert avec l'acquis communautaire, dans tous les domaines couverts par le plan d'action.

#### **5. STRUCTURE DU PLAN D'ACTION POUR LE PARTENARIAT SPECIAL**

Le plan d'action pour le partenariat spécial s'articule autour des six piliers suivants:

### **5.1. Bonne gouvernance**

Le programme sera basé sur des politiques de gouvernance poursuivies par le gouvernement et portera, entre autres, sur la liste des engagements annexés au document de stratégie pays susmentionné (point 3.2). Dans ce cadre, une attention particulière sera accordée, entre autres, à la consolidation et à l'approfondissement de la démocratie, de l'État de droit et de la participation de la société civile à la vie politique du pays. Le renforcement du dialogue politique et de la coopération notamment en matière de démocratie et des droits de l'homme, sera poursuivi.

Une attention accrue sera portée aux droits des enfants et des femmes, à l'intégration des immigrants en situation régulière et à la lutte contre la violence domestique. Le gouvernement poursuivra la réforme du secteur de la justice et mettra en oeuvre un plan national de lutte contre la corruption. La réforme des finances publiques sera poursuivie, ainsi que la réforme et le renforcement des capacités de l'administration publique, y compris dans le domaine statistique. Le gouvernement poursuivra les initiatives visant à améliorer l'environnement des affaires, la gouvernance sociale et la bonne gestion des ressources naturelles.

### **5.2. Sécurité/stabilité**

Ce pilier comprendra principalement les volets suivants: la sécurité et la lutte contre la criminalité organisée transnationale (coopération dans la lutte contre le terrorisme, la traite des êtres humains et le trafic de migrants, les trafics illégaux de drogue, d'armes, le blanchiment d'argent) en tenant compte du respect des droits de l'homme; la gestion efficace des flux migratoires, y compris l'amélioration de la contribution de la diaspora capverdienne au développement du pays (transferts des migrants), et la lutte contre les flux illégaux ; la sécurité maritime. Par nature, les actions poursuivies dans le cadre de ce pilier ne pourront être organisées et assurées que sur une base transfrontalière et régionale, notamment par le biais d'un rapprochement avec les RUP dans le contexte du partenariat spécial.

### **5.3. Intégration régionale**

(1) Au niveau des RUP, l'intégration de l'espace de la Macaronésie, pour mieux le structurer et accroître son dynamisme et sa compétitivité, va dans le sens de la politique du "grand voisinage". Il convient ainsi d'encourager toutes les mesures visant à intensifier les relations entre les RUP et le Cap Vert dans tous les domaines couverts par le plan d'action, notamment la participation accrue du Cap Vert au programme de coopération transnationale Madeira, Açores, Canárias (MAC) 2007-2013, ainsi qu'aux mécanismes et instances de concertation et de coopération existant au sein des RUP.

(2) Au niveau de l'Afrique de l'Ouest:

- L'examen, conjointement avec la Commission de la CEDEAO, des possibilités de prise en compte des spécificités du Cap Vert dans le cadre de l'Accord de partenariat économique (APE);
- Dans la mesure du possible, prise en compte effective du Cap Vert dans l'utilisation des ressources des programmes indicatifs régionaux (PIR) du FED au titre de l'Afrique de l'Ouest.

Dans ce double contexte une attention particulière sera portée au développement de conditions propices à la croissance et au développement durable, à l'investissement direct étranger, et au développement d'entreprises compétitives et d'une administration plus performante, au moyen, entre autres, de l'amélioration de l'environnement des affaires, du rapprochement avec les normes et standards de l'UE, du développement des conditions de sécurité et sûreté, notamment dans les secteurs des transports, des communications et de l'énergie, ainsi que du renforcement des infrastructures nationales et régionales.

#### **5.4. Convergence technique et normative**

Convergence de politiques en matière technique et normative dans les secteurs couverts par le plan d'action, afin de faciliter le rapprochement avec les standards de l'UE et de soutenir les avantages comparatifs du Cap Vert en vue de son développement.

#### **5.5. Société de la connaissance**

Ce pilier vise à favoriser le cheminement du pays vers la «société de la connaissance». Il accorde la priorité au développement économique, social et culturel par la voie notamment de l'éducation, de la recherche, et de l'appropriation/développement de l'outil informatique (secteur où le Cap Vert enregistre des acquis notables en matière de *e-gouvernement*); ces éléments sont particulièrement importants compte tenu du profil du pays, dépourvu de ressources naturelles classiques et misant sur la valorisation de ses ressources humaines et sur ses atouts intangibles tels que sa position géoéconomique.

#### **5.6. Lutte contre la pauvreté et développement**

La composante lutte contre la pauvreté contribuera notamment à réaliser les programmes du gouvernement du Cap Vert dans le cadre de son document de stratégie de croissance et de réduction de la pauvreté (DSCR). En outre, ce pilier soutiendra plus généralement le plan d'action du partenariat spécial et le rapprochement avec l'Europe auquel ce partenariat vise à donner corps. Les activités de lutte contre la pauvreté comprendront la dimension protection de l'environnement la protection des ressources naturelles, la préservation de l'environnement marin, y compris la lutte contre la pollution des océans. Une coopération renforcée au bénéfice de la politique nationale de la pêche, et notamment contre la pêche illégale, non réglementée et non déclarée, contribuera à la gestion durable des ressources halieutiques et préservera les ressources dans l'intérêt de la population locale dépendante de la pêche. L'identification des actions concrètes du plan d'action pourra être réalisée à

l'aide d'études restant à définir ; leur mise en oeuvre pourra bénéficier d'une assistance technique orientée vers la facilitation du processus. Lors de cette identification des actions, l'on veillera à prendre en compte la dimension genre.

## **6. FINANCEMENT DU PLAN D'ACTION**

Le FED, y compris la facilité d'investissement gérée par la BEI, contribuera pour une part importante au financement du partenariat spécial. Par ailleurs, il sera fait appel à d'autres instruments afin de soutenir le Partenariat spécial, tels que le FEDER dans le cadre de la coopération avec les RUPs (Programme de Coopération Transnational MAC 2007-2013).

Des activités spécifiques peuvent être soutenues par l'intermédiaire des actions extérieures financées sur le budget général de la Communauté européenne et sur les ressources propres de la BEI, dans le contexte du cadre financier 2007-2013, sous réserve de procédures spécifiques et de la disponibilité des fonds. Les activités financées à partir du budget général comprennent notamment des programmes financés à travers l'instrument pour la coopération au développement tels que les programmes thématiques "investir dans les personnes", "acteurs non-Etatiques pour le développement", "migration et politiques d'asile", "environnement et gestion durable des ressources naturelles" et "sécurité alimentaire". Elles comprennent également des activités financées par d'autres instruments tels que l'instrument de stabilité, l'instrument pour la promotion des droits de l'homme et de la démocratie ou l'instrument pour l'aide humanitaire et d'urgence. Ces financements renforceront les moyens propres du gouvernement du Cap vert pour la mise en oeuvre du plan d'action. Les États membres de l'Union européenne seront invités à contribuer au financement du plan d'action.

## **7. DUREE DU PLAN D'ACTION**

*Le partenariat spécial est un processus* dont le plan d'action constitue le cadre et l'instrument permettant de le réaliser. Le plan d'action aura une durée indéterminée et sera révisé périodiquement selon des modalités établies d'un commun accord.

## **8. SUIVI DE LA MISE EN OEUVRE DU PARTENARIAT SPECIAL**

Un suivi de la mise en oeuvre du plan d'action est prévu sous forme de réunions au niveau politique, qui seront organisées avec une fréquence à déterminer, et des réunions annuelles au niveau technique, soit au Cap Vert, soit dans l'Union. L'UE sera représentée par la formule "Troïka". Au niveau local, le groupe interministériel créé par le gouvernement du Cap Vert, présidé par le ministre des affaires étrangères, tiendra des réunions régulières de suivi du partenariat spécial avec la Délégation de la CE et les missions diplomatiques des États membres.

## Anexo E

# A integração de Cabo Verde na Europa



## A integração de Cabo Verde na Europa

Os temas europeus não estão muito presentes nos debates em curso, como se a dependência do País em relação às orientações da União não fosse de uma importância crescente.

Uma dependência que tem que ver com as políticas sabidas e também com as políticas furtivas que se vão concretizando sem a participação dos Parlamentos nacionais e informação à opinião pública.

Uma das vertentes que parecem exigir maior atenção, pelos reflexos que tem nos interesses dos restantes membros, é a do alargamento, agora a caminho de se transformar num ritual, com ponto final predeterminado, as negociações para a admissão da Turquia.

O alargamento para leste parece inspirado pelo objectivo, não declarado, de recolher toda a herança da NATO com adaptação do seu conceito estratégico de levar a libertação do Atlântico aos Urales, articulando sem grande meditação as definições de comunidade e de aliança.

Talvez seja oportuno, e necessário, olhar criticamente para o Atlântico de onde partiu o movimento, dando atenção ao risco de afastamento entre o europeísmo e o americanismo, considerar a necessidade de continuar a tentar modelar a articulação entre a segurança do Atlântico Norte e a do Atlântico Sul, e repensar o estatuto dos arquipélagos que pontuam a linha divisória.

Os arquipélagos portugueses estão por isso na Europa, assim como as Canárias estão na Europa por serem parte da Espanha.

Todavia Cabo Verde, um Estado independente, parece nunca ter despertado a atenção dos órgãos institucionais, no sentido de serem iniciadas negociações para ser admitido na União.

Do ponto de vista do conceito comunitário, é indiscutível que a sua sociedade civil incorporou na identidade cultural os valores que são denominadores comuns dos europeus, sendo uma das expressões mais bem sucedidas das sínteses culturais a partir de um multiculturalismo derivado do modelo de povoamento.

A sua literatura é das mais enriquecedoras do espaço lusíada, e no que respeita à intervenção portuguesa, no processo euromundista da colonização, uma realidade que acompanha o milagre que foi a criação do Brasil.

No conjunto dos Estados que se tornaram independentes em resultado do movimento geral descolonizador impulsionado pela ONU, Cabo Verde, limitado de recursos, é um exemplo de Estado de Direito, cumpridor escrupuloso das obrigações internacionais, confiável se atendermos aos critérios que orientam a Administração republicana dos EUA.

Existe um movimento, ainda mal sustentado, no sentido de organizar uma espécie de unidade cooperativa dos arquipélagos atlânticos, e Cabo Verde nunca está ausente dos comentários publicados e das intervenções.

Mas, por outro lado, e voltando às questões da segurança, não é possível sugerir qualquer modelo de organização do Atlântico Sul, e de articulação entre a sua segurança e a do Atlântico Norte, sem incluir Cabo Verde no processo, supondo que não recusará o consentimento e a colaboração.

Por outro lado, a Europa é forçada a ter posição nesse projecto, que apelará ao interesse português, tantas são as soberanias de língua oficial portuguesa que se encontram nas duas margens.

Cabo Verde tem uma identidade e um desempenho que fazem do seu povo e da sua política uma referência segura de diálogo com todas as soberanias africanas, uma mais-valia para a União Europeia.

Trata-se de um povo com uma importante diáspora, com comunidades instaladas em países europeus e nos EUA, sempre com integração sem problemas.

As autoridades portuguesas estão indicadas e legitimadas para terem a iniciativa de propor a abertura de um processo de adesão de Cabo Verde à União Europeia.

Adriano Moreira

Artigo publicado no jornal português Diário de Notícias (08.02.2005)

Anexo F

About the G – 77

## About the G – 77<sup>129</sup>

### Establishment:

The Group of **77** (**G-77**) was established on 15 June 1964 by seventy-seven developing countries signatories of the “Joint Declaration of the Seventy-Seven Countries” issued at the end of the first session of the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) in Geneva. Beginning with the first “Ministerial Meeting of the Group of **77** in Algiers (Algeria) on 10 – 25 October 1967, which adopted the Charter of Algiers”, a permanent institutional structure gradually developed which led to the creation of Chapters of the Group of **77** with Liaison offices in Geneva (UNCTAD), Nairobi (UNEP), Paris (UNESCO), Rome (FAO/IFAD), Vienna (UNIDO), and the Group of 24 (**G-24**) in Washington, D.C. (IMF and World Bank). Although the members of the **G-77** have increased to 130 countries, the original name was retained because of its historic significance.

### Aims:

The Group of **77** is the largest intergovernmental organization of developing states in the United Nations, which provides the means for the countries of the South to articulate and promote their collective economic interests and enhance their joint negotiating capacity on all major international economic issues within the United Nations system, and promote South-South cooperation for development.

### Structure:

The operation and modalities of work of the **G-77** in the various Chapters have certain minimal features in common such as a similarity in membership, decision-making and certain operating methods. A Chairman, who acts as its spokesman, coordinates the Group’s action in each Chapter. The Chairmanship, which is the highest political body within the organizational structure of the Group of **77**, rotates on a regional basis (between Africa, Asia and Latin America and the Caribbean) and is held for one year in all the Chapters. Currently Antigua and Barbuda holds the Chairmanship of the Group of **77** in New York for the year 2008. Ambassador John W. Ashe is Antigua and Barbuda's Permanent Representative to the United Nations and Chairman of the Group of **77** in New York.

The South Summit is the supreme decision-making body of the Group of **77**. It is convened once in every five years. The First and the Second South Summits were held in Havana, Cuba, on 10 – 14 April 2000 and in Doha, Qatar, on 12 – 16 June 2005, respectively. In

---

<sup>129</sup> Este documento foi extraído do Site do G – 77, <http://www.g77.org/doc/>, em 3 Maio de 2008

accordance with the principle of geographical rotation, the Third South Summit is due to be held in Africa in 2010.

The Annual Meeting of the Ministers for Foreign Affairs of the Group of **77** is convened at the beginning of the regular session of the General Assembly of the United Nations in New York. Periodically, Sectoral Ministerial Meetings in preparation for UNCTAD sessions and the General Conferences of UNIDO and UNESCO are convened. Special Ministerial Meetings are also called as needed such as on the occasion of the Group's 25th anniversary (Caracas, June 1989), 30th anniversary (New York, June 1994), and 40th anniversary (Sao Paulo, Brazil, June 2004). Other Sectoral Ministerial Meetings in various fields of cooperation of interest to the Group are convened, in order to pursue South-South cooperation. Starting in 1995, the Group convened a series of sectoral meetings in the following fields:

- Sectoral Review Meeting of the Group of **77** on Energy, Jakarta, Indonesia, 5 – 7 September 1995;
- Sectoral Meeting of the Group of **77** on Food & Agriculture, Georgetown, Guyana, 15 – 19 January, 1996;
- South-South Conference on Trade, Investment and Finance, San Jose, 13 – 15 January 1997;
- High-level Conference on Subregional and Regional Economic Cooperation among Developing Countries, Bali, Indonesia, 2 – 5 December 1998;
- South-South High-level Conference on Science and Technology of the Group of **77**, Dubai, United Arab Emirates, 27 – 30 October 2002;
- High-level Conference on South-South Cooperation, Marrakech, Morocco, 16 – 19 December 2003;
- High-level Forum on Trade and Investment, Doha, Qatar, 5 – 6 December 2004;
- Open-ended Intergovernmental Study Group Workshop on the Trade and Development Bank, New York, 2 – 3 May 2005;
- Group of Experts Meeting on Development Platform for the South, Kingston, Jamaica, 29 – 30 August 2005;
- Meeting of the Ministers of Science and Technology of the Member States of the Group of **77**, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brazil, 3 September 2006

In addition to the Sectoral Meetings, the Intergovernmental Follow-up and Coordination Committee on Economic Cooperation among Developing Countries (IFCC), which is a plenary body consisting of senior officials, meets once every two years to review the state of implementation of the Caracas Programme of Action (CPA) adopted by the Group of **77** in 1981 and the progress made in the implementation of the outcomes of the South Summits in the field of South-South cooperation.

To date IFCC has held eleven sessions:

IFCC-I (Manila, Philippines, 23 – 28 August 1982); IFCC-II (Tunis, Tunisia, 5 – 10 September 1983); IFCC-III (Cartagena, Colombia, 3 – 8 September 1984); IFCC-IV (Jakarta, Indonesia, 19 – 23 August 1985); IFCC-V (Cairo, Egypt, 18 – 23 August 1986); IFCC-VI (Havana, Cuba, 7 – 12 September 1987); IFCC-VII (Kuala Lumpur, Malaysia, 31 July – 5 August 1989); IFCC-VIII (Panama City, Panama, 30 August – 03 September 1993); IFCC-IX (Manila, Philippines, 8 – 12 February 1996); IFCC-X (Tehran, Islamic Republic of Iran, 18 – 23 August 2001); IFCC-XI (Havana, Cuba, 21 – 23 March 2005);

In accordance with the principle of geographical rotation, the Twelfth session of IFCC is due to be held in Africa in 2008.

## Finance:

The activities of the Group of **77** are financed through contributions by Member States in accordance with the decision of the First South Summit.

## Activities:

Besides resolution and decisions initiated by the Group of **77** in the UN General Assembly and its Committees as well as various UN bodies and specialized agencies, the Group of **77** produces joint declarations, action programmes and agreements on development issues. The Group adopted the following declarations/documents since its first Ministerial Meeting held in Algiers in 1967:

- The Charter of Algiers, Algiers, 10 – 25 October 1967;
- Lima Declaration, Lima, 25 October – 7 November 1971;
- Manila Declaration, Manila, 26 January – 7 February 1975;
- Report on the Conference on Economic Cooperation among Developing Countries, Mexico City, 13 – 22 September 1976;
- Arusha Programme for Self-Reliance and Framework for Negotiations, Arusha, 12 – 16 February, 1979;
- Communiqué on the Special Ministerial Meeting of the Group of **77**, New York, 11 – 14 March 1980;
- Report on the Ad Hoc Intergovernmental Group of **77** on Economic Cooperation among Developing Countries in Continuation of the Ministerial Meeting of the Group of **77**, New York, March 1980, and Vienna, 3 – 7 June 1980;
- Communiqué on the Special Ministerial Meeting of the Group of **77**, New York, 21 – 22 August 1980;
- The Caracas Programme of Action on ECDC, Caracas, 13 – 19 May 1981;

- Ministerial Declaration on the Global System of Trade Preferences among Developing (GSTP), 8 October 1982;
- The Buenos Aires Platform, Buenos Aires, 5 – 9 April 1983;
- Declaration on the Global System of Trade Preferences (GSTP), New Delhi, July 1985;
- Brasilia Declaration on the Launching of the First Round of Negotiations within the Global System of Trade Preferences among Developing Countries, Brasilia, 22 – 23 May 1986;
- The Cairo Declaration on Economic Cooperation among Developing Countries (ECDC), Cairo, 18 – 23 August 1986;
- Havana Declaration, Havana, 20 – 25 April, 1987;
- Agreement on a Global System of Trade Preferences among Developing Countries (GSTP), Belgrade, 11 – 13 April 1988;
- Twenty-fifth anniversary Ministerial Declaration (Caracas Declaration), Caracas, 13 – 23 June 1989;
- Tehran Declaration, Tehran, 19 – 23 November 1991;
- Tehran Declaration on the Second Round of the Global System of Trade Preferences among Developing Countries (GSTP), Tehran, 21 November 1991;
- Recommendations and conclusions of the Group of Experts on the Review and Evaluation of the Implementation of the Caracas Programme of Action (New York, 5 – 9 August 1991);
- Thirtieth Anniversary Ministerial Declaration, New York, 24 June 1994;
- Ministerial Statement on “An Agenda for Development” 1994;
- Recommendations and conclusions of the Sectoral Review Meeting of the Group of **77** on Energy (Jakarta, Indonesia, 5 – 7 September 1995);
- The Midrand Declaration, Midrand, 28 April 1996;
- Recommendations and conclusions of the Sectoral Meeting on Food & Agriculture of the **G-77** (Georgetown, Guyana, 15 – 19 January 1996);
- The San Jose Declaration and Plan of Action on South-South Trade, Investment and Finance, San Jose, 13 – 15 January 1997;
- The Bali Declaration and Plan of Action on High-level Meeting on Subregional and Regional Economic Integration, Bali, 2 – 5 December 1998;
- Recommendations and conclusions of the High-level Advisory Meeting on the South Summit (Jakarta, Indonesia, 10 – 11 August 1998);
- The Marrakech Declaration, Marrakech, 16 September 1999;
- Final Report on the Group of **77** Meeting of Eminent Personalities to advise on the preparations for the First South Summit, Georgetown, 6 – 7 December 1999;

- Declaration of the South Summit and the Havana Programme of Action, Havana, 10 – 14 April 2000;
- Tehran Consensus adopted by IFCC-X, Tehran, 18 – 23 August 2001;
- Declaration by the Group of **77** and China on the Fourth WTO Ministerial Conference at Doha, Qatar 9 – 14 November 2001;
- Recommendations and conclusions of the Meeting of the High-level Advisory Group of Eminent Personalities and Intellectuals on Globalization and its Impact on Developing Countries: Agreed conclusions and recommendations (Geneva, 12 – 14 September 2001);
- The Dubai Declaration for the Promotion of Science and Technology in the South, 27 – 30 October 2002;
- Declaration by the Group of **77** and China on the Fifth WTO Ministerial Conference, Cancun, Mexico, 10 – 14 September 2003;
- The Marrakech Declaration on South-South Cooperation and the Marrakech Framework of the Implementation of South-South Cooperation, Marrakech, 16 – 19 December 2003;
- The Sao Paulo Declaration, Sao Paulo, 11 – 12 June 2004;
- Fortieth Anniversary Ministerial Declaration, Sao Paulo, Brazil, 11 – 12 June 2004;
- Recommendations and conclusions of the Ad-hoc Group on the Performance, Mandates and Operating Modalities of the **G -77** Chamber of Commerce and Industry (**G-77 CCI**) (New York, 3 November and Doha, 3 – 4 December 2004);
- Conclusions and recommendation on the Group of **77** High-level Forum on Trade and Investment, Doha, Qatar, 5 – 6 December 2004;
- Recommendations and conclusions of the Open-ended Intergovernmental Study Group Workshop on the Trade and Development Bank (New York, 2 – 3 May 2005);
- Doha Declaration and Doha Plan of Action of the Second **G-77** South Summit (Doha, Qatar, 12 – 16 June 2005);
- Recommendations and conclusions of the Group of Experts Meeting on Development Platform for the South (Kingston, Jamaica, 29 – 30 August 2005);
- Declaration by the Group of **77** and China in preparation of the Sixth WTO Ministerial Conference , Hong Kong, China, 13 – 18 December 2005.
- Conclusions and Recommendations on the Ministers of Science and Technology of the Members States of the Group of **77**, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brazil, 3 September 2006.

The Group of **77** also makes statements at various Main Committees of the General Assembly, ECOSOC and other subsidiary bodies, sponsors and negotiates resolutions and decisions at major conferences and other meetings held under the aegis of the United



Nations dealing with international economic cooperation and development as well as the reform of the United Nations.

Furthermore, the Group of **77** sponsors projects on South-South cooperation through funding from the Perez-Guerrero Trust Fund (PGTF) and promotes South-South trade through the Global System of Trade Preferences (GSTP).

### Publications:

- The Group of **77** at the United Nations edited by Mourad Ahmia (Oxford University Press, New York – 2006).
- The Year Book of the Group of **77** edited by Mourad Ahmia, 2007
- The Third World without Superpowers, edited by Karl Sauvant (Oceana Publications, New York, 1994).
- Journal of the Group of **77**, periodical newsletter published in English.
- Thirty Years of the Group of **77** (1964 – 1994). South Centre publications, Geneva.
- The Group of **77** at Forty (1964 – 2004). South Centre publications, Geneva.
- Guide to DCDC: Supplement to the ECDC Handbook, 1983. Economic and Technical Cooperation among Developing Countries: the Group of **77** in Action, 2 vols. 1984.
- Raul Prebisch: Obras, 1919-1949, vols. III and IV, 1994, published in cooperation with the Raul Prebisch Foundation (Argentina).
- Guide to the Utilization of the Perez-Guerrero Trust Fund (PGTF), 1994.

## Anexo G

Entrevista ao Sr. Coronel Adriano Lima

ENTREVISTA POR ESCRITO CONCEDIDA AO SENHOR ASPIRANTE A OFICIAL  
ÁLVARO FLOR DA LUZ

**Primeira questão:**

**Que importância atribui ao surgimento do movimento dos países não-alinhados (MPNA), no contexto do sistema internacional em que apareceu?**

Antes de responder concretamente, convém fazer uma pequena retrospectiva histórica.

O MPNA, como se sabe, teve origem numa reacção de países do terceiro mundo e saídos da descolonização à situação internacional de bipolaridade protagonizada pelos dois blocos geoestratégicos (EUA e URSS) que emergiram após o termo da II Guerra Mundial. O MPNA representou a afirmação de uma corrente de opinião pacifista e anticolonialista, arvorando-se como uma pretensa “terceira via” face aos blocos capitalista e comunista.

Na Conferência de Bandung, o Movimento estabelece como carta de princípios a condenação do colonialismo, a rejeição da política de blocos, o apelo à resolução pacífica dos conflitos internacionais e a proclamação da liberdade e igualdade de todos os povos e nações. A mensagem de Bandung foi consolidando-se através de sucessivos encontros internacionais que desembocaram na criação do Movimento dos Não-Alinhados, aquando da conferência de Belgrado. Os grandes protagonistas do Movimento foram os presidentes Nehru, Nasser e Tito, que muito se empenharam na construção de uma via política alternativa à bipolarização mundial.

No início da década de 60, com novas descolonizações, assiste-se à adesão maciça de numerosos países do Terceiro Mundo, membros da ONU, o que significa que o Movimento ganhou corpo embora talvez sem construir uma unidade espiritual.

Mas é este grupo de países que transforma a Assembleia-geral da ONU numa tribuna onde se debatem e se condenam a intervenção francesa na Argélia, portuguesa em Angola, Guiné e Moçambique, e americana no Vietname.

Ora, a importância a atribuir ao Movimento tem, por isso, de colocar-se no contexto mundial em que as duas superpotências se digladiavam, vergando a política mundial aos seus caprichos e interesses, numa clara imposição da sua ideologia política e económica aos países da sua esfera geoestratégica e de outras áreas do globo, com recurso, insinuado ou calculado, ao seu poderio militar.

O MPNA deu a entender que não devia limitar-se a assistir passivamente ao jogo de espelhos dos dois actores principais e para isso a Assembleia geral da ONU foi o fórum em que procuraram afinar o tom, a modulação e a intensidade do seu coro de protesto. Não tinham era a possibilidade de constituir um bloco diferenciador e candidato a uma autêntica terceira via, porque se no plano simbólico a afirmação de princípios era possível, no plano

da realização prática o Movimento tinha no seu seio o ónus da contradição. É que a heterogeneidade étnica, política e económica dos seus membros impedia a materialização de uma verdadeira frente unida, até porque, contradições gritantes, muitos dos países integrantes do MPNA dependiam economicamente de qualquer dos dois blocos.

Em síntese conclusiva, entender-se-á, pois, o Movimento como uma plataforma de cooperação entre países do chamado terceiro mundo, no sentido de reduzir os estragos do efeito deletério das políticas dos dois blocos geoestratégicos. O Movimento quis levantar a sua voz e torná-la audível e credível no grande diálogo internacional, para evitar ir a reboque da escalada de consequências nefastas a que poderia ter conduzido a Guerra-Fria.

Se sopesarmos o papel que o MPNA protagonizou, dentro ou fora da ONU, no contexto da contínua medição de forças entre os dois blocos, não se pode ter como deveras determinante o seu efeito no rumo da política internacional, sabendo-se como se sabe que a bipolaridade só se extinguiu com a implosão interna do Bloco Leste. Poderá assim dizer-se que o MPNA foi útil mais pelo simbolismo político da sua mensagem e quiçá pelo alicerce que se ensaiou de uma possível consciência colectiva de países que não tinham pretensões de hegemonia. Isto porque, em boa verdade, os países integrantes do Movimento continuam a ser os mesmos párias do mundo.

### **Segunda questão:**

**Quais são os factores que, na sua opinião, motivaram Cabo Verde a enveredar pela política de não-alinhamento (NA)?**

São por demais óbvios, embora eu agora responda por dedução daquilo que me parece ter presidido ao pensamento dos governantes do país, a saber:

- O primeiro factor, quiçá o fundamental, é consciência de se saber um país nascente, pobre e com objectivos de ordem política interna e internacional que em tudo não podia ser dissonante com os princípios proclamados pelo MPNA;
- Em conformidade com esse ponto de vista, enfileirar com o MPNA era a opção mais segura e mais consentânea com o ideário de uma nação recém-descolonizada;
- A noção de que Cabo Verde é um país de uma localização geoestratégica importante para qualquer dos dois blocos, é outro factor/trunfo que pesou seriamente na decisão dos governantes do novo país independente. Hipotecar essa virtude a qualquer dos dois blocos seria o mesmo que meter uma acha na fogueira, e ao arrepio dos princípios que enformavam o MPNA;
- É um facto que tanto Cabo Verde (PAIGC) como as outras ex-colónias beneficiou sobremaneira do apoio do Bloco Leste na sua luta emancipadora. Mas o pragmatismo político dos seus governantes logo deixou entrever que a melhor opção e contributo para a

paz era não saldar qualquer dívida hipotecando a posição estratégica do arquipélago ao Bloco leste, e este percebeu e nem por isso deixou de prestar apoio económico e militar possível ao novo país.

– Visando a sua abertura ao mundo, e na busca de uma diversificação da ajuda externa ao seu desenvolvimento, Cabo Verde fez e vem fazendo as melhores opções, sendo que era inquestionável a sua adesão *tout court* ao MPNA.

**Terceira pergunta:**

**Em que medida é que as políticas de NA contribuíram para a afirmação do país na cena internacional?**

Esta é uma questão fácil e ao mesmo tempo difícil de responder. A voz mais ou menos afinada dos NA teve, sobretudo há mais de duas décadas, uma importância que era proporcional à ressonância que produzia na Assembleia das Nações Unidas, embora sem uma dimensão e alcance em proporção com a força virtualmente representada pelo somatório dos países integrantes. Repare-se que o Conselho de Segurança é um dos principais órgãos das Nações Unidas, composto por 15 (quinze) membros, sendo que 05 (cinco) destes possuem representação permanente e com poder de veto. Daqui decorre que a organização interna das Nações Unidas é inibidora e castradora de pretensões políticas de países terceiros que vão contra os interesses dos detentores de poder de veto.

Nesta ordem de ideias, embora Cabo Verde nada tenha a perder em pertencer a um fórum como o MPNA, quero crer que aquele país preferiu e soube dar os seus próprios passos na cena internacional, diversificando-os, antes de mais procurando alardear o exemplo de país cumpridor das leis internacionais e dos seus compromissos externos e respeitador dos direitos humanos, apostado numa política séria, responsável e empenhada, com isso assumindo-se como um paradigma entre os países do terceiro mundo, do qual pouco ou nada tinha e tem a aprender.

**Quarta questão:**

**Certos autores defendem que na altura da primeira república, Cabo Verde, como a maioria dos países não-alinhados, privilegiou as relações com a URSS, em detrimento dos EUA, o que pensa a cerca disso?**

Esta é uma afirmação que tende a ser sempre eivada de preconceito político, relegando para plano secundário uma análise lúcida e realista da conjuntura que os então responsáveis pelo destino de Cabo Verde devem ter curado.

De algum modo esta questão entronca com aquilo que respondi na terceira questão. Mas, vejamos. É perfeitamente natural que numa primeira fase das suas opções de política externa, os governantes de Cabo Verde tenham entendido como prudente e sensato privilegiar quem tinha apoiado mais intensamente a sua luta pela independência. Digamos que era a atitude mais consentânea com a pressão das decisões momentosas, isso numa altura em que os líderes do país não estavam ainda suficientemente traquejados e amadurecidos nas andanças internacionais. Mas tão depressa souberam diversificar as suas relações, as quais acabaram por em devido tempo apontar a Europa e os EUA como os parceiros mais recomendáveis. E muito bem, quanto a mim. Portanto, não acho absolutamente nada relevante essa opinião partilhada por alguns autores.

**Quinta questão:**

**O MPNA conseguiu cumprir os objectivos a que se propôs?**

Nada na vida do homem ou das nações se consegue atingir na plenitude, mormente quando se trata de política. Há sempre uma certa relatividade de factores a influenciar a análise dos objectivos. De certa maneira respondi a esta questão em passos anteriores, a saber. O MPNA não conseguiu, a meu ver, atingir os principais objectivos que se propôs, porque:

- Os dois blocos jamais tergiversaram nos seus propósitos por efeito concreto da acção política dos MPNA;
- Basta ver que os grandes problemas da humanidade continuaram como continuam sem soluções eficazes;
- Basta ver que a situação de bipolaridade, contra o qual se porfiavam, extinguiu-se não por acção dos MPNA mas pela implosão do Bloco Leste.

**Sexta questão**

**Para si, qual é a expressão do MPNA no actual SPI?**

Na actualidade, com uma situação política unipolar, creio muito mais reduzida a expressão do contributo que o MPNA possa dar ao mundo, enquanto movimento integrador de uma vontade política colectiva.

**Sétima questão:**

**Tendo em conta a realidade do actual Sistema Político Internacional (SPI), acha que faz sentido a existência do MNA?**

Acho que, apesar do decréscimo da sua importância, o MPNA continua a ser um fórum para discutir os problemas mundiais e muitos chefes de Estado de países menores terão aí uma possibilidade de se fazerem ouvir com um pouco mais de atenção.

É um facto que a criação do G-77, composto actualmente por 133 países-membros, muitos deles comuns ao MPNA, contribuiu para que este Movimento perdesse o seu estatuto de única voz contra as grandes potências.

Por exemplo, no caso de África, com a reestruturação da Organização da Unidade Africana em 2001, agora União Africana (UA), a maioria dos países africanos delega na organização pan-africana as suas iniciativas no âmbito de uma política externa global, o que de algum modo reduz o seu entusiasmo em relação a outras organizações antes detentoras de maior protagonismo, como é o caso do MPNA.

**Oitava questão:**

**Na sua opinião, a permanência de Cabo Verde no MPNA deve-se manter? Porquê?**

Não obstante o evidente declínio do MPNA, acho que Cabo Verde deve nele manter-se, porque é sempre mais um fórum para discussão de problemas instantes da humanidade. A conversar é que a gente se entende, como soe dizer-se, se bem que muitas vezes se revelem ocas as discussões, por muitos se servirem dos fóruns mais para o afago dos seus egos do que motivados para contribuir para a resolução de problemas colectivos. Mas até nisso Cabo Verde ajudará com a sua presença, povo dotado de uma consciência que se amassa no contributo de várias culturas humanas.

**Nona questão:**

**Na sua opinião, qual deverá ser o posicionamento de Cabo Verde no actual sistema político internacional?**

Em minha opinião, ainda que distanciada de uma observação aturada da realidade do país, Cabo Verde deve continuar a posicionar-se conforme os sinais que vem emitindo, ou seja, visando a anunciada parceria com a União Europeia, que, ao que parece, está na agenda das negociações.

**Décima questão:**

**Pode-se afirmar que Cabo Verde está a orientar a sua política externa no sentido de aproximar, cada vez mais, da Europa?**

Acho que sim, e para isso respondo transcrevendo-lhe um artigo da minha autoria escrito quando se realizou em Lisboa a reunião promovida pelos doutores Mário Soares e Adriano Moreira. Segue a transcrição, mas antes esclareço que no artigo se advoga a integração na EU como uma possibilidade explorável embora improvável, sendo que a parceria que acabou por reunir o consenso pareça para já uma solução satisfatória e a contento dos interesses do país.

## CABO VERDE NA ENCRUZILHADA DO DESTINO

O artigo do professor Adriano Moreira, Intitulado “Integração de Cabo Verde na Europa” e publicado no jornal Diário de Notícias de 8 de Fevereiro do corrente, tem a virtude de dar voz pública àquilo que alguns ciciam no silêncio das suas íntimas conjecturas e outros certamente silenciam com assobios de vitupério. Os primeiros terão em devida conta a opinião do homem de saber e de larga experiência no domínio do direito internacional e da estratégia e suas envolvências disciplinares. Os segundos descodificarão nas palavras do antigo ministro de Salazar vislumbres de um discurso neocolonialista a pôr em causa a identidade cultural do povo cabo-verdiano. Esquecem-se é que o Professor, enquanto ministro, longe de ser um prosélito da política retrógrada de Salazar, inovou e reformou onde poucos ousavam, o que lhe valeu ser considerado *persona non grata* entre os apaniguados do regime e afastado depois do cargo. Esquecem-se, sobretudo, que o Professor Adriano Moreira é, além de homem de ciência, um humanista e um amigo sincero de Cabo Verde. Sempre o foi e continua a sê-lo, apesar da sua idade já avançada, e a melhor prova é o teor dum artigo em que o move mais o interesse do povo cabo-verdiano do que propriamente ganhos para a União Europeia. Esta tem muitas portas de saída, enquanto que a nossa terra anda à procura de uma.

As coisas não acontecem por acaso e só os mais desatentos estranharão a oportunidade do artigo publicado. O que está a acontecer neste início de novo milénio? Assistimos à emergência crescente de um mundo político unipolar, por obra e graça da hegemonia alcançada pelos EUA na sequência da derrocada do Mundo Leste. A intervenção militar americana no Iraque, à revelia do direito internacional, veio demonstrar a sua assumida convicção de único poder militar capaz de ter voz activa na cena internacional. Todavia, a União Europeia, ciente da sua história e dos seus valores culturais, não quer ficar de braços cruzados, impávida e serena, a ver o falcão voar sobranceiro no céu da história. À procura de uma expansão e unidade política multiplicadoras do seu poderio económico, promoveu recentemente o seu alargamento a mais membros, configurando actualmente um espaço comunitário de 25 nações, que totalizam uma população de cerca 500 milhões de almas.



Numa segunda fase, prevê o alargamento do seu espaço comunitário à Roménia e à Bulgária e, talvez mais tarde, à Turquia. Com esta última nação, a sua substância antropológica ficará certamente menos homogênea, mas provavelmente enriquecida na sua diversidade e fortalecida na sua armadura. O ter como membro um país de religião maioritariamente muçulmana poderá vir a ser mais trunfo do que estorvo.

O objectivo imediato da União é a criação de uma economia forte e capaz de ombrear com a dos seus principais competidores, à cabeça dos quais se posicionam os EUA. Numa fase seguinte, será com certeza firmada uma política de segurança e defesa comum, para ter uma palavra forte, quiçá paritária, na discussão dos delicados problemas da segurança mundial. É que se a economia descobre caminhos ínvios para o domínio político, a razão da força é, em certas circunstâncias, o único argumento convincente quando não vence a força da razão. A tensão política entre os EUA e a Europa não é, portanto, ilusória. As divergências surgidas com a invasão do Iraque foram a ponta do iceberg do que os separa na sua visão sobre a realidade planetária, demonstrando quão difícil é sanar conflitos que têm na sua génese mais profunda a disputa de interesses vitais. No meio disto tudo, pode a União estar já a olhar para além das suas fronteiras físicas, rondando a sua periferia e mesmo a sua ultra-periferia e territórios limítrofes.

E é neste contexto internacional que emerge a importância geopolítica, cada vez mais perceptível, do Atlântico Sul. Como se sabe, ganha preponderância crescente a produção petrolífera nos países da África Ocidental, mercê de novas tecnologias que permitem a exploração de jazigos no offshore profundo e ultra profundo, longe das zonas de conflito e instabilidade social e ainda com vantagens acrescidas de ordem logística e de resposta rápida para as potências ocidentais. Na verdade, o Atlântico Sul é hoje um vasto e novo espaço de interesse no mundo da produção petrolífera, tanto mais por ser uma via segura de fornecimento alternativo aos países do Médio Oriente, cujo significado terá nos tempos actuais um entendimento mais óbvio. Por isso é que esta região surge hoje muito mais visível, palco de uma corrida pelo controlo geo-económico do ouro negro.

Ora, se a lógica que preside à constituição de uma comunidade de estados obedece, antes de tudo, ao primado da unidade e contiguidade territorial, esta condição coadjuvada por uma comunhão de valores de ordem política, histórica, jurídica e moral, não é menos evidente que a disputa de interesses nacionais ou comunitários se projecta hoje em dia cada vez mais para longe dos seus espaços soberanos de influência, exigindo alianças e cooperações de incidência local ou de articulação regional. Equivale isto a dizer que os interesses vitais dos povos, numa altura em que as modernas tecnologias das comunicações e dos transportes aproximam os diversos quadrantes geográficos e culturais, podem justificar a injunção de elementos aglutinadores que não passam só pela etnia, pela religião ou mesma pela cultura. Não acreditar nisso é não aceitar que o progresso moral do

homem é a única via que o libertará da escravidão mais sórdida – aquela que o inibe duma visão sublime do destino planetário da raça humana.

Cabo Verde tem sobrevivido dignamente desde a sua independência graças à ajuda da comunidade internacional e à correcta acção política dos seus governantes, cuja exemplaridade na gestão dos recursos concessionados mereceu sempre unânime aplauso das instâncias competentes mundiais. Mas, precisamente por isso, estamos na iminência de um preocupante paradoxo. Isto é, exactamente por ter logrado boa *performance* na gestão dos recursos que recebeu, está o país sujeito a ser excluído do grupo dos mais pobres, o que poderá acarretar a perda de parte dos financiamentos do exterior. O país está integrado na CDEAO, mas conhecidas as vulnerabilidades e constrangimentos desta comunidade, tem-se consciência de que não será por ela que conseguirá resolver as suas graves deficiências estruturais como país saheliano. Consciente dessa realidade, Cabo Verde procurou e vem procurando reforçar as suas relações com alguns países europeus, nomeadamente com as suas regiões periféricas (Açores, Madeira e Canárias), no sentido de aceder a instrumentos de financiamento para programas específicos destinados àquelas regiões. Foi assim que, com o empenho do governo das Canárias, Cabo Verde foi integrado no programa da Rede Natura 2000 e conseguiu o estatuto de zona limítrofe da União, capacitando-se a usufruir de instrumentos de cooperação da União Europeia. Consolida-se assim a ideia de que só a ancoragem numa comunidade económica forte permitirá que o país resolva as suas carências estruturais e rompa com o ciclo vicioso de dependência externa. Para além disso, essa ancoragem poderá catalisar a atracção de investimentos estrangeiros, sobretudo no sector do turismo.

A importância estratégica do arquipélago cabo-verdiano vem uma vez mais ao de cima, configurando-se como um recurso, porventura o mais valioso, com que a natureza o dotou. No passado remoto foi uma importante placa giratória das grandes rotas comerciais entre a Europa e o Oriente e as Américas. Foi o seu período de maior apogeu. Hoje poderá vir a tornar-se uma placa giratória com outras servidões que os novos desafios nos convocam a sugerir, mas que ficam bem explícitas nas próprias palavras do primeiro ministro quando se refere a “um enquadramento das relações entre Cabo Verde e a União Europeia que permita elevá-las a um patamar mais condizente com a sua natureza estrutural e abrangendo domínios cruciais como a circulação de pessoas, bens e capitais, a segurança internacional, as pescas, os transportes, a propriedade intelectual, as telecomunicações, a inovação e o conhecimento”. O milagre económico operado pelas Canárias é o paradigma do que pode Cabo Verde realizar se souber tirar partido das suas condições naturais e das suas potencialidades. Em concorrência com esse quadro de possibilidades, será, no entanto, de grande prioridade avançar com a criação da Universidade de Cabo Verde, uma necessidade imperativa para a qualificação humana a níveis mais consentâneos com os

desafios e os compromissos do futuro. De facto, será a consumação plena e ao mais alto nível da aposta na instrução que Cabo Verde empreendeu desde a independência, no sentido de vir a dispor de grandes activos de capital humano para a sustentação do sector produtivo e dos serviços.

Sei de vozes que se escandalizam com a hipótese de um país africano como Cabo Verde aceder à União Europeia, trazendo à colação argumentos aforísticos de teor racista. Invocaria aqui os conceitos atrás desenvolvidos sobre a natureza do que pode unir ou desunir os povos. Mas também lembraria a vocação universalista do povo cabo-verdiano. Com inúmeros núcleos de diáspora espalhados pelo mundo ocidental, o nosso povo é aberto à convivência inter-cultural e inter-étnica e por isso dotado de vivências cosmopolitas integradoras do conhecimento da realidade humana, condições que podem favorecer a inserção do país num espaço comunitário como a União Europeia e mais tarde funcionar até como factor importante na mediação entre a Europa e a África Ocidental.

Ao perspectivar-se a integração de Cabo Verde na União Europeia, sem dúvida que se releva no imediato o interesse do país, mas é inquestionável que ele também é portador de importantes mais valias, daí que qualquer negociação deva decorrer necessariamente numa base de reciprocidade, salvaguardando-se a dignidade do país, a sua soberania e a integridade do seu território. Afinal de contas, as mesmas condições que terão exigido os últimos países aderentes. Neste capítulo, a sagacidade, a coragem política e a ambição dos governantes cabo-verdianos apenas terão que estar à altura do seu melhor desde a independência, visto que lhes cabe o ónus de provar as contrapartidas que o país oferece.

Mas não nos iludamos quanto às vicissitudes negociais duma integração desta natureza, um pouco diferente na sua natureza e na sua lógica intrínseca das circunstâncias específicas que rodearam as anteriores integrações. Contudo, neste início de milénio haverá mutações no mundo sem paralelo com o que aconteceu antes, porque novos fenómenos políticos irão marcar a cena internacional. É outro ciclo da história universal a abrir-se e a convidar-nos à reflexão.

Parafraseando o título da conhecida obra de José Saramago, as nossas “dez jangadas de pedra”, agrupadas no seu amoroso abraço telúrico, podem estar numa encruzilhada do seu destino. O diário de bordo regista episódios trágicos de tempestades e calmarias, de ansiedade e sofrimento, em demanda de uma ancoragem segura, amiga e solidária. Os timoneiros, conhecedores das artes de marear, devem estudar e traçar o rumo; o povo das jangadas, de corpo calejado pelas longas andanças e de alma purificada pelo infortúnio, desejará ser ouvido sobre a futura ancoragem. Embarcado ou não numa dessas jangadas, o meu sim é inequívoco à adesão à União Europeia.

Há um tempo útil para certas decisões e a diplomacia não costuma esperar.

Tomar, 2 de Março de 2005

Adriano Miranda Lima

**Décima primeira questão:**

**O professor Adriano Moreira defendeu, recentemente, a integração de CV na EU, por motivos históricos. Como analisa tal ponto de vista?**

A questão completamente respondida no artigo supra transcrito.

**Décima segunda questão:**

**Como analisa a realização do exercício da NATO em Cabo Verde e a parceria especial entre a EU e CV?**

Esta é mais uma questão a que vou responder transcrevendo desta feita 2 artigos por mim escritos sobre o assunto, à data dos acontecimentos. Segue-se a transcrição:

#### EXERCÍCIOS DA NATO EM CABO VERDE POSSÍVEIS EXTRAPOLAÇÕES

A NATO tem nos seus planos um exercício a realizar em Cabo Verde no próximo ano, com a designação de LIVEX 06, envolvendo meios terrestres, navais e aéreos, num total de 25 mil homens. Em devido tempo, foram promovidos contactos exploratórios junto das autoridades nacionais e, naturalmente, realizados reconhecimentos prévios ao meio em que irá decorrer este primeiro grande exercício militar em território cabo-verdiano. Como não disponho de informação mais concreta, obviamente impossível de apurar com mais precisão por imperativo do segredo militar, quedo-me apenas por este intróito genérico, mas que é o bastante para me situar. O que importa, pois, é assinalar que haverá manobras da NATO envolvendo directa e particularmente o território cabo-verdiano.

Se é certo que este acontecimento despertou curiosidade e foi noticiado em toda a imprensa cabo-verdiana, pouca atenção tem, no entanto, merecido dos comentadores habituais, tanto quanto me apercebo.

Será politicamente correcto e consensual anunciar tais exercícios como inscritos num quadro de cooperação internacional para a segurança colectiva da circulação no Atlântico Sul e protecção indirecta dos países limítrofes, visando basicamente a prevenção contra o terrorismo internacional, o narcotráfico e tudo o mais que possa comprometer a segurança e a estabilidade na região. Sendo Cabo Verde uma placa giratória actualmente apetecida pelos narcotraficantes, e sem meios nacionais adequados e suficientes para direccionar contra o combate a esse fenómeno, a intervenção estrangeira pode ainda declarar-se como

uma acção de cooperação e articulação de meios e acções tendentes a combater um flagelo cujos principais destinatários-vítimas são os países europeus. De facto, ninguém ignora que Cabo Verde está longe de poder arcar com as responsabilidades inerentes à sua Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Embora ainda sem grandes ecos na imprensa local, parece, no entanto, despontarem-se já alguns sinais de preocupação em relação ao exercício previsto, designadamente por parte da Presidente da Câmara de S. Vicente, com o argumento, aliás legítimo, do impacto ambiental que as manobras irão provocar no meio marítimo, e, mais prosaicamente, com o do inconveniente da presença maciça de tropas estrangeiras na ilha, este a meu ver menos legítimo. Provavelmente, avulta no espírito da senhora Presidente o receio da acção “poluidora” da presença humana das tais tropas, no pressuposto de que possa “conspurar” a sanidade social e os bons costumes da nossa gente ou afectar a pacatez do meio com aqueles desacatos que são típicos de soldados e marinheiros em terra. Tudo isso é possível, mas não me parece argumento suficiente para trancarmos as nossas portas a sete chaves, com receio do desconhecido. Ainda mais, numa ilha como S. Vicente, acostumada desde o passado a abrir-se ao exterior e a aceitar o estrangeiro, o que capacitou o mindelense a uma visão cosmopolita integradora de valores de multi-convivência, que bons frutos lhe deu e tem dado em toda a sua diáspora por esse mundo fora.

Restará concluir que não há bela sem senão, ou, então, recorrendo a um dizer tipicamente português, que não é possível desejarmos ao mesmo tempo sol na eira e chuva no nabal. De resto, convém banir dos espíritos a ideia de que precisamos, sim, da ajuda da comunidade internacional, mas que não estamos dispostos a que nos incomodem minimamente, senhores que nos julgamos de um espaço impoluto e inviolável. Esse tipo de pensamento não é eticamente tolerável num país cujo orçamento é sustentado em parte maioritária pela ajuda externa. E desmente em absoluto a imagem de sucesso que o cabo-verdiano demonstrou sempre no convívio com outros povos.

É evidente que não deve ter sido casual este súbito interesse pelo Atlântico Sul. Neste mundo estrategicamente unipolar em que hoje vivemos, desde a extinção do Pacto de Varsóvia, novas linhas de força estão a ser delineadas no sentido de encontrar uma outra lógica de equilíbrio mundial. Anteriormente, prevaleceu a linha de equilíbrio que ficou conhecida como “détente”, pelo poder de dissuasão mútua assente nas armas de destruição maciça. Mas tudo mudou desde então sem que esteja ainda instalada uma nova ordem internacional suficientemente credível. Estamos numa época em que a segurança se reconhece como um bem preciosíssimo, mas ela, infelizmente, é um luxo só ao alcance dos países ricos, porque a fome e a miséria que grassam em certas regiões do globo é a face visível da mais sórdida insegurança em que vivem esses povos. O subdesenvolvimento coabita paredes-meias com a insegurança, potenciando-se reciprocamente, e por isso não

se calam as vozes que clamam por uma globalização virada para a distribuição equilibrada da riqueza produzida no planeta, tida como única solução para dirimir os conflitos.

Ora, a segurança das nações ou das comunidades de nações está indissociavelmente ligada à defesa dos seus interesses vitais, e estes passam por tudo o que interfere com as vias do seu desenvolvimento e com a consolidação e expansão das suas economias.

Como é sabido, a produção petrolífera é, por enquanto, a mola real do desenvolvimento industrial do mundo ocidental. A situação actual no Médio Oriente está longe de entrar em vias de normalização, mormente desde que a inadvertida invasão e ocupação do Iraque teve o desiderato que já se esperava: em vez de apagar o fogo que já por aí lavrava, expandiu-o mais profusamente com o combustível da insensatez e da imprevidência. À questão Palestiniana veio juntar-se assim à muito mais grave questão Iraquiana, temendo-se ainda que o Irão, com clara renitência em abandonar as suas ambições nucleares, possa vir a introduzir uma peça tão complicada como as demais no xadrez desse perigoso jogo. E tudo com o ingrediente religioso à mistura, rastilho perigoso que retira à análise dos problemas a racionalidade que o homem moderno julgava ser ferramenta suficiente. Portanto, o Golfo Pérsico é tudo menos uma região de paz.

Em todo este cenário, é muito natural que o mundo ocidental, vendo perigar as suas fontes maioritárias de fornecimento petrolífero, queira explorar e exponenciar outras alternativas a um tempo válidas e fora das zonas de alta intensidade conflitual.

E é neste contexto internacional que emerge a importância geopolítica, cada vez mais perceptível, do Atlântico Sul. Como se sabe, ganha preponderância crescente a produção petrolífera nos países do Golfo da Guiné e da África Subtropical, a par dos países latinos da MERCOSUL, do outro lado do Atlântico Sul, mercê de novas tecnologias que permitem a exploração de jazigos no offshore profundo e ultra profundo, longe das zonas de conflito e instabilidade social e ainda com vantagens acrescidas de ordem logístico-operacional para as potências ocidentais. Na verdade, o Atlântico Sul é hoje um vasto e novo espaço de interesse no campo da produção petrolífera, o qual, com o incremento de novos e sucessivos blocos de exploração, poderá ascender a dimensões muito mais vastas e tornar-se uma boa alternativa ao Golfo Pérsico.

Deste modo, parece óbvio que os exercícios da NATO no Atlântico Sul têm neste momento todo o ar de uma acção de prospecção, que poderá mais adiante vir a projectar contornos mais precisos e mais alargados, envolvendo em maior ou menor grau os países da região, visando uma concertação global para a garantia da segurança da circulação atlântica e para a paz e estabilidade política e social nos países desse espaço geográfico. Tudo, em última análise, para rodear a produção petrolífera, na região, de uma cintura de segurança à altura. Com isso, tornando contíguo o controlo do Atlântico, que passa a ser um extenso corredor em que a fronteira Norte-Sul acaba praticamente por esbater-se.

Em linguagem militar, diz-se que a logística deve preceder a instalação das tropas, e, com mais minúcia, dir-se-á que a segurança precede a logística. No caso em apreço, a segurança do Atlântico Sul parece estar a consolidar o seu conceito operacional e a firmar as suas linhas de acção futura, tendo em vista a protecção do que será um importante interesse vital para a economia do Ocidente. Sendo a NATO integrada maioritariamente por países membros da União Europeia, onde é visível a sua acção é lícito supor subjacente o interesse vital da economia da União Europeia e do Ocidente. Neste contexto, é bem provável que a Cabo Verde possam vir a oferecer-se formas de cooperação directa com a NATO, estreitando-se uma ligação com vantagens recíprocas. Em suma, a segurança estará de mãos dadas com o interesse económico cada vez mais saliente na região.

Então, uma pergunta estará certamente a bailar no espírito do leitor: Será uma mera coincidência a escolha do chão cabo-verdiano para palco deste exercício da NATO, ainda que se diga que inicialmente esteve prevista a Mauritânia? Creio que não, pela simples razão de que a Europa e o mundo sabem que Cabo Verde, apesar da sua pequenez, é um país com uma cultura de inequívocas raízes europeias e é um país de fortes alicerces democráticos, onde reina a paz e a estabilidade política e social. Portanto, um país capaz de acolher bem a presença da NATO e de servir de interlocutor privilegiado com os seus vizinhos africanos acerca do que poderá ser um objectivo de interesse global.

Ao mesmo tempo, perguntar-se-á se foi obra do acaso a questão recentemente suscitada sobre uma possível adesão (ou parceria especial) de Cabo Verde à União Europeia. Muita polémica houve, com algumas opiniões discordantes a entrincheirarem-se em argumentos de excessiva emotividade e pendor nacionalista, às vezes até de feição racista, em vez de seguirem a via da análise lúcida e fria que outros preferiram. Um jovem estudante de relações internacionais, de nome Suzano Costa, foi das pessoas que me surpreenderam pela positiva ao redigir um artigo de grande lucidez e alcance intitulado “A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DE UM ESPAÇO IMAGINÁRIO”. Sem constrangimentos e preconceitos mentais de qualquer espécie, esse jovem tem condições para ir longe.

Não sejamos incrédulos, se o Atlântico Sul vier a assumir tal importância geo-económica, como tudo indica que sim, mercê da produção do crude em larga escala, as ilhas de Cabo Verde voltarão de novo a ter a importância geo-estratégica de outrora. Na época quinhentista, foram placa giratória das rotas comerciais entre a Europa, o Oriente e o Brasil. Nos fins do século XIX e princípios do século XX, foram importante entreposto de carvão para a navegação internacional entre a Europa, a África e a América do Sul, altura em que o Porto Grande de S. Vicente se tornou no pulmão de Cabo Verde, como alguém disse.

Num futuro próximo, Cabo Verde pode vir de novo a tirar todo o proveito da sua localização geográfica e de todo o potencial geo-estratégico representado pelos seus portos, sobretudo o Porto Grande de S. Vicente e o da Praia, e pelo aeroporto do sal, de magníficas condições

naturais. Para além do interesse do ponto de vista militar, reunir-se-ão condições para, em simultâneo, o país funcionar como plataforma “para circulação de pessoas, bens, capitais, a segurança internacional, as pescas, os transportes, a propriedade intelectual, as telecomunicações, a inovação e o conhecimento”. Estas palavras entre comas foram *ipsis verbis* proferidas pelo primeiro-ministro cabo-verdiano quando caracterizava o que poderá resultar de uma parceria especial entre o seu país e a União Europeia. O investimento estrangeiro virá inevitavelmente na esteira de todas essas mais valias.

Nesta ordem de ideias, assiste-nos o direito de olhar para as vantagens económicas de uma parceria especial (ou adesão, menos provável) com a União Europeia, não como uma prebenda que se concede gratuitamente a quem nada faz por isso, mas sim como a expressão líquida da contrapartida de um valor real que pode e deve ser negociado sem peias e de cabeça erguida.

Tomar, 24 de Novembro de 2005

Adriano Miranda Lima

## EXERCÍCIOS DA NATO EM CABO VERDE UM BREVE BALANÇO

Em 24 de Novembro do ano passado, escrevi um artigo subordinado a este acontecimento, numa espécie de prospecção sobre o significado que o “Steadfast Jaguar 2006” comportaria para o território cabo-verdiano e para o Atlântico Médio e Sul. Ontem como hoje, continuo sem dispor de dados oficiais que me permitam um conhecimento mínimo do processo inerente aos acordos diplomáticos e fins políticos de que resultou a eleição do território cabo-verdiano para palco dos exercícios. Tudo o que então escrevi baseou-se em simples pressupostos, mas, explanando as minhas considerações, permiti-me também relacionar a abertura de Cabo Verde a este exercício com os primeiros sintomas de uma futura parceria especial com a União Europeia.

Entretanto, o exercício terminou no dia 28 de Junho passado e as ilhas voltaram à sua pacatez. O nosso quotidiano retomou o seu retrato normal e a “poluição social e ambiental” deixou de ser razão de apreensão para alguns.

Recordemos que o “Steadfast Jaguar 2006” foi o primeiro exercício realizado pela NRF (NATO Response Force) fora do espaço tradicional da NATO. E que a NRF, que em português quer dizer Força de Resposta da NATO, foi criada em 2002, na Cimeira de Praga, por forma a que a NATO possa dispor de uma força capaz de actuar num curto espaço de tempo e de uma forma credível, qualquer que seja o nível do conflito e onde quer que o Conselho do Tratado do Atlântico Norte entenda necessário. O secretário geral da NATO justificou a escolha de Cabo Verde para a realização do exercício com as condições oferecidas pelo arquipélago face aos objectivos visados e à distância idealizada para a



deslocação dos meios humanos e materiais, e, ainda, com o consentimento e espírito de cooperação do Governo de Cabo Verde.

Enquanto os vários escalões de comando da NRF estarão neste momento a elaborar os seus relatórios regulamentares, competirá agora às autoridades cabo-verdianas analisar as vantagens e os inconvenientes produzidos pelo aluguer da sua casa a tão invulgar como poderoso inquilino. Como cidadão comum, proponho-me meter a minha colher no cozinhado de toda a avaliação que irá certamente ser feita nas instâncias competentes em Cabo Verde.

As razões invocadas, por ambos os lados, para a realização do exercício em Cabo Verde, parecem-me restringir-se ao que de essencial interessaria ao conhecimento público, porque é quase certo haver razões bem mais fundas e que entroncam na linha das extrapolações contidas no meu artigo do ano passado. Neste, eu adiantava ser politicamente correcto e consensual anunciar tais exercícios como inscritos num quadro de cooperação internacional para a segurança colectiva, visando basicamente a prevenção contra o terrorismo internacional, o narcotráfico e outras actividades ilícitas. Sendo Cabo Verde uma placa giratória actualmente apetecida pelos narcotraficantes, e sem meios nacionais adequados e suficientes para direccionar contra o combate a esse fenómeno, é pacífico que a intervenção estrangeira se apresente também como de cooperação e articulação de meios e acções tendentes a combater um flagelo cujos principais destinatários-vítimas são, afinal de contas, os países europeus. De facto, ninguém ignora que Cabo Verde está longe de poder arcar com as responsabilidades inerentes ao controlo do seu espaço de soberania, como ficou patente num outro artigo da minha autoria sobre a problemática da Defesa.

Mas, tal como o iceberg tem submersa a sua parte mais volumosa, as verdadeiras razões da viragem da NATO para o Atlântico Médio e Sul podem constituir um processo ainda a lavar-se em silêncio e portanto no domínio das matérias sigilosas. Dizia eu no artigo do ano passado que a produção petrolífera é, por enquanto, a mola real do desenvolvimento industrial do mundo ocidental como também o é do mundo em geral. A situação do Médio Oriente é de uma gravidade tal que os mais optimistas observadores já não se atrevem a tecer loas à esperança numa evolução favorável num futuro mais próximo. À instabilidade no Iraque, no Afeganistão e na Palestina, veio juntar-se a ameaça nuclear de um Irão claramente apostado numa atitude de afrontamento, ciente de que os EUA e seus aliados se atolaram num pântano de onde dificilmente sairão airosoamente. Recentemente, para agravar mais ainda a situação internacional, A Coreia do Norte não hesitou em fazer um ensaio balístico dos seus mísseis de cruzeiro, aparentemente a assumir-se como um desejado aliado dos países recalcitrantes do Médio Oriente. O islamismo exacerbado, rastilho do que é já tido como um conflito de civilizações, é de uma natureza tal que não torna previsível uma solução vantajosa para os EUA e seus aliados, nem pela força das

armas nem pelo diálogo negocial. Como o Médio Oriente é hoje um palco de conflito e instabilidade, o Ocidente vê em flagrante perigo as suas fontes maioritárias de fornecimento petrolífero e é obrigado a procurar outras alternativas para o imediato mas sobretudo a pensar no futuro. Não me parecendo haver razões para rectificar o meu pensamento anterior, relembro parte do escrevi no meu artigo de 24 de Novembro de 2005. Dizia eu a dado passo:

“E é neste contexto internacional que emerge a importância geopolítica, cada vez mais perceptível, do Atlântico Sul. Como se sabe, ganha preponderância crescente a produção petrolífera nos países do Golfo da Guiné e da África Subtropical, a par dos países latinos da MERCOSUL, do outro lado do Atlântico, mercê de novas tecnologias que permitem a exploração de jazigos no offshore profundo e ultra profundo, longe das zonas de conflito e instabilidade social e ainda com vantagens acrescidas de ordem logístico-operacional para as potências ocidentais. Na verdade, o Atlântico Sul é hoje um vasto e novo espaço de interesse no campo da produção petrolífera, o qual, com o incremento de novos e sucessivos blocos de exploração, poderá ascender a dimensões muito mais vastas e tornar-se uma boa alternativa ao Golfo Pérsico.

Deste modo, parece óbvio que os exercícios da NATO no Atlântico Sul têm neste momento todo o ar de uma acção de prospecção, que poderá mais adiante vir a projectar contornos mais precisos e mais alargados, envolvendo em maior ou menor grau os países da região, visando uma concertação global para a garantia da segurança da circulação atlântica e para a paz e estabilidade política e social nos países desse espaço geográfico. Tudo, em última análise, para rodear a produção petrolífera, na região, de uma cintura de segurança à altura. Com isso, tornando contíguo o controlo do Atlântico, que passa a ser um extenso corredor em que a fronteira Norte-Sul acaba praticamente por esbater-se.

Em linguagem militar, diz-se que a logística deve preceder a instalação das tropas, e, com mais minúcia, dir-se-á que a segurança precede a logística. No caso em apreço, a segurança do Atlântico Sul parece estar a consolidar o seu conceito operacional e a firmar as suas linhas de acção futura, tendo em vista a protecção do que será um importante interesse vital para a economia do Ocidente. Sendo a NATO integrada maioritariamente por países membros da União Europeia, onde é visível a sua acção é lícito supor subjacente o interesse vital da economia da União Europeia e do Ocidente. Neste contexto, é bem provável que a Cabo Verde possam vir a oferecer-se formas de cooperação directa com a NATO, estreitando-se uma ligação com vantagens recíprocas. Em suma, a segurança estará de mãos dadas com o interesse económico cada vez mais saliente na região.

Então, uma pergunta estará certamente a bailar no espírito do leitor: será uma mera coincidência a escolha do chão cabo-verdiano para palco deste exercício da NATO, ainda que se diga que inicialmente esteve prevista a Mauritânia? Creio que não, pela simples

razão de que a Europa e o mundo sabem que Cabo Verde, apesar da sua pequenez, é um país com uma cultura de inequívocas raízes europeias e é um país de fortes alicerces democráticos onde reina a paz e a estabilidade política e social. Portanto, um país capaz de acolher bem a presença da NATO e de servir de interlocutor privilegiado com os seus vizinhos africanos acerca do que poderá ser um objectivo de interesse global.

Não sejamos incrédulos, se o Atlântico Sul vier a assumir tal importância geo-económica, como tudo indica, mercê da produção do crude em larga escala, as ilhas de Cabo Verde voltarão de novo a conhecer a importância de outrora. Na época quinhentista, foram placa giratória das rotas comerciais entre a Europa, o Oriente e o Brasil. Nos fins do século XIX e princípios do século XX, foram importante entreposto de carvão para a navegação internacional entre a Europa, a África e a América do Sul, altura em que o Porto Grande de S. Vicente se tornou no pulmão de Cabo Verde, como alguém classificou.

Num futuro próximo, Cabo Verde pode vir de novo a tirar todo o proveito da sua localização geográfica e de todo o potencial geo-estratégico representado pelos seus portos, sobretudo o Porto Grande de S. Vicente e o da Praia, e pelo aeroporto do sal, de magníficas condições naturais. Para além do interesse do ponto de vista militar, reunir-se-ão condições para, em simultâneo, o país funcionar como plataforma “para circulação de pessoas, bens, capitais, a segurança internacional, as pescas, os transportes, a propriedade intelectual, as telecomunicações, a inovação e o conhecimento”. Estas palavras entre comas foram *ipsis verbis* proferidas pelo primeiro-ministro cabo-verdiano quando caracterizava o que poderá resultar de uma parceria especial entre o seu país e a União Europeia. O investimento estrangeiro virá inevitavelmente na esteira de todas essas mais valias.

Nesta ordem de ideias, assiste-nos o direito de olhar para as vantagens económicas de uma parceria especial (ou adesão, menos provável) com a União Europeia, não como uma prebenda que se concede gratuitamente a quem nada faz por isso, mas sim como a expressão líquida da contrapartida de um valor real que pode e deve ser negociado sem peias e de cabeça erguida.”

Estas considerações acabadas de transcrever foram parte substancial do artigo escrito nos finais do ano passado, quando já estava anunciado o exercício da NATO na nossa terra. Não tenho razões para modificar o meu pensamento. A posteriori, já sabemos que a NRF logrou atingir os objectivos que se propôs quando escolheu Cabo Verde como o meio físico mais adequado ao teste às suas possibilidades, fora do seu espaço habitual. O “Steadfast Jaguar 2006” terminou felizmente sem incidentes, quer para as forças militares envolvidas, quer para as populações locais. Parece indesmentível o clima de cooperação e bom entendimento havido entre a direcção política da NATO e as autoridades governamentais de Cabo Verde, assim como a harmoniosa inserção da Força de Reacção Rápida de Cabo Verde na Força da NATO.

Isto quer dizer que o Governo de Cabo Verde agiu bem e acertadamente no plano político e diplomático, o que auspicia o início de novos tempos, tempos de uma assumida e descomplexada abertura ao mundo e de partilha dos grandes desafios da comunidade internacional. Com este proceder, Cabo Verde verá em crescendo os seus créditos nos areópagos internacionais. País pobre e pequeno, que carece de ajuda externa para a sua sobrevivência económica, sabe que não é lícito que se encerre numa concha, para imunizar-se aos riscos provenientes dos fenómenos da vida humana. Isso seria uma atitude covarde e hipócrita, irreconhecível na natureza brava e indómita do povo cabo-verdiano. Não considero razoável que se invoque o argumento da “poluição social e ambiental” contra a abertura de Cabo Verde ao exterior. Os fenómenos da prostituição e da mendicância são infelizmente cancros sociais a todos os títulos indesejáveis, mas não é trancando as nossas portas a sete chaves que se consegue a cura ou o paliativo para o mal. Estes problemas têm de ser prevenidos e resolvidos com medidas de outra natureza e alcance.

Concluindo, aprovo que o Governo de Cabo Verde tenha aberto o seu espaço à cooperação com a NATO, visando certamente contrapartidas futuras, mas deixando claro que o isolacionismo e o receio do desconhecido não podem jamais tolher os passos de um povo que foi sempre lutador e cosmopolita.

Tomar, 8 de Julho de 2006

Adriano Miranda Lima

#### **Décima terceira questão:**

**Tendo em conta o posicionamento estratégico do arquipélago, as novas ameaças e a falta de condições humanas e materiais para garantir uma efectiva defesa do território contra essas ameaças, como encara a possibilidade de CV integrar uma organização de defesa multinacional?**

Sobre isto, entendo que a única possibilidade que resta a um país de muito poucos recursos como Cabo Verde é, entre outras medidas paralelas e adjuvantes, integrar uma “organização de defesa multinacional”. Mas acerca deste tema, os artigos em cima transcritos respondem claramente à questão, embora entenda curial transcrever-lhe agora 3 artigos em que opinei sobre alguns aspectos das Forças Armadas de Cabo Verde:

### **NOTAS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS CABO-VERDIANAS**

#### **PARTE I**

Sempre que o tema Forças Armadas vem a propósito, a tendência é o cidadão mais céptico sobre a necessidade das despesas militares coçar a cabeça como prelúdio de uma reacção quase sempre previsível: Para quê gastar dinheiro com a “tropa” se nem sequer estamos em

guerra e pouco provável é a sua ocorrência? Para quê esbanjar dinheiro tão inutilmente quando tanto precisamos para as necessidades básicas?

Esta é a interrogação sacramental quando se ignora que a guerra é um fenómeno indissociável da natureza humana ou se prefere uma visão obliterada dos problemas, em consonância com preconceitos assumidos ou conveniências momentâneas. Este tipo de dúvida é mais susceptível de ocorrer nas democracias ocidentais ou nos estados em que a liberdade de expressão é um direito consagrado. Porém, sabemos que o questionamento das despesas militares é normalmente oriundo das formações políticas da extrema esquerda e dos movimentos pacifistas ou mesmo ecologistas, com acinte tanto maior quanto mais afastado é o horizonte da ameaça real, entendida esta no seu sentido convencional.

Quando o cidadão comum questiona a importância ou a necessidade da existência de Forças Armadas em Cabo Verde, há tendência para reduzir o problema a uma ameaça do tipo convencional sobre as nossas ilhas. É então que os demagogos, julgando encerrar a discussão, se comprazem com a ironia subjacente a perguntas do género: Quem nos vem atacar? A Guiné-Bissau? A Mauritânia? O Senegal?

Só que a ameaça nos tempos actuais oferece múltiplas cambiantes. É consabido que o estudo das ameaças à soberania ou integridade territorial de um país permite formular, para efeitos de planeamento, um leque de hipóteses de natureza e grau de probabilidade variáveis. É evidente que a alusão a ameaças oriundas daqueles países vizinhos foi meramente dialéctica, pois sabemos de antemão que elas não têm nem justificação plausível no contexto regional nem antecedentes históricos, e muito menos lograriam sucesso continuado no actual cenário estratégico mundial. Cabo Verde, membro das Nações Unidas, país democrático e respeitador das leis internacionais, não tardaria a ficar sob a protecção das potências que zelam pela reposição da ordem internacional. Daí que estarão com razão aqueles que entendem que seria uma atitude de verdadeira paranóia política desviar recursos consideráveis para sustentar um volumoso sistema de forças concebido para fazer face a todo e qualquer invasor. A menos que razões de outro jaez e de ordem interna fossem o real pretexto para a sua existência, tal como um regime despótico que quisesse acautelar a alicerce militar do seu poder. Por aí podemos dormir descansados, porque qualquer das situações anteriores está, felizmente, afastada do ror das nossas preocupações.

Mas é evidente que a ameaça ostenta hoje outras formas que não podem ser ignoradas, desde o terrorismo internacional à violação deliberada do espaço soberano dum país para o tráfico de estupefacientes e outras actividades ilícitas com ligações a redes internacionais. O terrorismo internacional hoje não escolhe o alvo em função da sua cor política, credo religioso ou poder económico, nem anuncia o momento em que o faz, donde é líquido que

qualquer país pode ser vítima de uma acção terrorista, directa ou indirectamente. Mas, com relativa facilidade, podemos também excluir o território de Cabo Verde como cenário provável da sua concretização. País pobre, que não abriga interesses económicos vitais nem é paradigma de luxúria ocidental, país maioritariamente cristão, em que não existem clivagens religiosas com o mundo islâmico, na verdade Cabo Verde estará posicionado numa baixíssima posição na escala de potenciais alvos do terrorismo islâmico ou de outra origem. Apenas poderíamos especular com o facto de Cabo Verde acolher anualmente, nos seus resorts e hotéis, milhares de turistas de países europeus, estes nunca imunes a atentados terroristas, como já se viu no Egipto e na Indonésia. Mas, mesmo assim, as hipóteses são entre nós ridiculamente irrisórias, se considerarmos que, ao contrário de Cabo Verde, aqueles países são maioritariamente islâmicos e acolhem no seu seio organizações terroristas.

Mas mesmo que essa probabilidade fosse mais credível, também aqui não encontraríamos argumentos válidos para invocar e justificar substanciais gastos militares, pois que a prevenção e o combate ao terrorismo dependem mais de um adequado serviço de informações, de um eficaz controlo das fronteiras e de uma correcta actuação das forças policiais.

Sendo assim, reduzindo o lote das ameaças de maior probabilidade de ocorrência, temos que elas se identificam mais propriamente com a violação do nosso espaço soberano, marítimo e aéreo, mas mais o primeiro, através de acções ilícitas, vindas do exterior, relacionadas nomeadamente com a pesca estrangeira, o contrabando e o narcotráfico, a emigração ilegal e o tráfico de pessoas, a contaminação ambiental, etc. Em particular, ninguém ignora que as redes internacionais de tráfico de droga, aproveitando as nossas vulnerabilidades naturais, podem ver o território cabo-verdiano como uma apetecível placa giratória estrategicamente bem localizada.

Excluídas as ameaças de tipologia mais convencional, parece que um país pobre e pequeno como o nosso, está sujeito a ameaças de uma natureza mais subtil e mais insidiosa, mas nem por isso menos letal nos seus efeitos sobre os interesses económicos, a segurança das populações e a credibilidade das instituições políticas do Estado.

Estas notas sobre a problemática da Defesa não têm o intuito de entrar em polemologia. Digamos que vêm a propósito do exercício “Steadfast Jaguar 2006” que a NATO vai realizar em Cabo Verde entre 15 e 19 Junho, tendo como cenário principal as ilhas de S. Antão, S.Vicente e Sal, exercício que contará com a participação da recém-criada Força de Intervenção Rápida (FIR) cabo-verdiana.

Estas notas serão continuadas em próxima intervenção no Liberal, numa reflexão sobre o tipo de meios militares mais adequado às características físicas do arquipélago e à capacidade orçamental do país.

Tomar, 6 de Abril de 2006

Adriano Miranda Lima

## NOTAS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS CABO-VERDIANAS (PARTE II)

No meu artigo subordinado ao mesmo título (Parte I), fiz algumas considerações sobre a dúvida que as despesas militares poderão suscitar ao cidadão comum num país pequeno e pobre de recursos como o nosso Cabo Verde. Ficou patente que se uma ameaça de tipo convencional é hoje pouco credível, já não o será certa categoria de agressões ou acções hostis que podem ocorrer no espaço de soberania do país. Ninguém ignora que a condição arquipelágica de Cabo Verde lhe configura um espaço marítimo interterritorial sobredimensionado à sua actual capacidade de cumprir satisfatoriamente missões de vigilância, controlo e eventual repressão e neutralização de acções hostis que nele possam ser perpetradas.

Ao raciocinar assim, descobrimos então o “Ovo de Colombo” perante a evidência de que Cabo Verde necessita obviamente de adequados meios navais e aéreos para poder controlar as suas águas jurisdicionais. Daqui seremos induzidos a congeminar que um país com tal configuração necessitará, prioritariamente, de uma força afeiçoada ao seu ambiente tipicamente aeronaval, o que significa que uma racionalização dos parcos recursos orçamentais dedicados à defesa deveria implicar, inapelavelmente, a eliminação de tudo o que não reveste importância primordial, caso em que ousa incluir as forças terrestres. Perdoar-me-ão este ponto de vista os homens do exército cabo-verdiano, mas reconhecerão a minha isenção se souberem que sou um militar do exército (infantaria). Portanto, estou a opinar contra o interesse da minha família militar, mas redimindo-me ao olhar para o do todo nacional

As forças armadas cabo-verdianas são maioritariamente compostas por forças terrestres (forças de infantaria), em obediência a um modelo cuja formatação terá sido determinada por critérios de ordem orçamental. Com efeito, uma força do exército (infantaria) é muito menos cara que um sistema de forças em que a unidade é polarizada no equipamento, como é o caso dum navio de guerra ou um avião de combate. Mas a tradição às vezes pesa mais do que supomos e é também provável que a filosofia subjacente ao antigo dispositivo militar do exército português tivesse condicionado a actual definição e dimensionamento das forças armadas cabo-verdianas. Mas o que o exército português preconizou em tempos idos para todo o seu território e, em particular, para as suas colónias, está longe de ser hoje tomado como paradigma. Naquele tempo, o conceito estratégico em vigor, para além dos compromissos com a NATO, supunha a necessidade de uma efectiva presença de forças

terrestres quer na metrópole quer nas colónias. O conceito baseava-se no preenchimento da malha territorial, por um lado para acautelar o guarnecimento da linha fronteira (batalhões de caçadores) e por outro para garantir nos aglomerados mais importantes a presença de unidades de escalão regimento. Com este último dispositivo, salvaguardava-se a presença militar junto das populações e com ela a imagem reflexiva do poder político, o que não era despiciendo numa altura em que o regime era do tipo ditatorial. Em Cabo Verde, como em todas as colónias, esta última preocupação teria naturalmente justificação acrescida, como é fácil deduzir. Perante este contexto, se o modelo de forças militares herdado por Cabo Verde não seria o mais adequado (ontem e muito menos hoje) ao país independente, era pelo menos o que as circunstâncias políticas e económicas do momento permitiam encarar como possível.

Mas os tempos foram correndo e depois da implosão de um dos pólos do equilíbrio do poder militar mundial, a ordem internacional passou a reger-se por coordenadas diferentes, gerando novas formas de ameaça ao sistema civilizacional do mundo ocidental. E é neste cenário em mutação que, à semelhança de todos os Estados, Cabo Verde deve agir e repensar o seu sistema de defesa, interligando-se com os seus aliados preferenciais e utilizando o orçamento da defesa com atilado critério e sentido de utilidade prática.

Em documento consultado através da Internet, obtive a informação de que as forças armadas de Cabo Verde são compostas por 1200 homens, sendo 1000 pertencentes a forças terrestres e 200 a forças navais. Tem ainda, não sei se inclusa nos efectivos anteriores, uma guarda costeira composta por 80 fuzileiros navais com uma ala aérea de 10 homens. Mas também estou informado de que está em revisão o seu sistema de forças, desconhecendo, no entanto, quais são os factores orientadores e condicionantes da reestruturação em vista. Uma reestruturação apenas determinada por imposição orçamental, medida que se limita à redução de efectivos? Ou uma alteração profunda do conceito estratégico de defesa nacional, medida que se me afigura a mais acertada? A seu tempo veremos.

Em minha modesta opinião, o “conceito estratégico de defesa nacional” e o “conceito estratégico militar” que dele deriva, deviam ser reformulados de modo a priorizar as componentes naval e aérea das forças armadas. Quanto a forças terrestres no sentido literal, não me parece que se justifiquem. Nem a infantaria clássica e muito menos a artilharia, presumindo que esta nem sequer existe por não caber minimamente num quadro realista das necessidades militares do país.

Mas não quero com isso sugerir a exclusão de tropas aptas a combater em terra. O que me parece conveniente é alargar o efectivo dos fuzileiros em prejuízo da infantaria pura, esta devendo ser mesmo extinta porque pouco útil no actual cenário de ameaças. Isto é, ao mesmo tempo que se aumenta e melhora a capacidade naval, com aquisição de novos e



adequados meios, à estrutura naval deve ser afectada uma força significativa do tipo fuzileiro naval, ou infantaria naval, como se lhe queira chamar, o que, no ambiente estratégico cabo-verdiano, configuraria uma solução instrumental mais pragmática e consentânea com um sistema de forças vocacionado especialmente para o ambiente marítimo.

Mas claro que os meios aéreos são hoje indispensáveis, sem implicar que um país pequeno e de fracos recursos, como Cabo Verde, tenha que possuir uma força aérea como ramo autónomo das forças armadas. Longe disso. Tal só se justifica em forças armadas de países ricos ou que tenham de ser dimensionadas e estruturadas para teatros de operações convencionais. Os meios aéreos, no caso em apreço, devem ser de molde a complementar a acção dos meios navais, quer pela sua capacidade de ampliar o horizonte de vigilância e fiscalização do espaço marítimo, quer pela sua maior prontidão e eficácia em missões de busca e salvamento. Para além disso, permitem a rápida projecção interterritorial dos efectivos da chamada infantaria da marinha, sempre que for caso disso, aumentando a flexibilidade do seu emprego e favorecendo o rápido balanceamento dos meios.

As conversas são como as cerejas, como soe dizer-se, do que resultou que a conclusão desta minha intervenção em matéria de defesa acabou por ser protelada pelo alongamento de certas considerações, pelo que haverá ainda uma terceira e última parte desta série de artigos.

Tomar, 13 de Abril de 2006

Adriano Miranda Lima

#### NOTAS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS CABO-VERDIANAS (CONCLUSÃO)

Prosseguindo a abordagem do tema sobre a Defesa, que hoje faço tenção de concluir, irei analisar as necessidades mais prementes que no meu ponto de vista se inscrevem num sistema de forças militares em Cabo Verde. Sistema que, tal como foi aduzido anteriormente, convém que esteja vocacionado para o ambiente físico (marítimo) em que é mais provável a emergência de ameaças que atentem contra a soberania nacional e os interesses vitais do país.

Parece óbvio que qualquer ameaça, larvar ou já manifesta, sente aumentar o seu sentimento de impunidade quando se apercebe de que pode agir sem correr risco, o que encoraja não só o seu protagonismo futuro como a sofisticação dos seus meios e processos operativos. Inversamente, se um país aceita paulatinamente contínuas violações do seu espaço de soberania ou dos seus interesses vitais, cria vulnerabilidades inaceitáveis, com custos elevados para a credibilidade do Estado e para o moral da Nação. Daqui se infere mais uma vez que a segurança externa de um país é um bem valioso que não pode ser

hipotecado sob qualquer forma. Mesmo quando não abundam os meios, há que os estruturar, adequar e empregar de molde a, no mínimo, exercerem um efeito dissuasor. Em último rácio, têm de ser capazes de controlar, reduzir ou neutralizar toda a ameaça que se manifeste a coberto do manto diáfano da paz, como aquelas que foram anteriormente tipificadas.

Para Cabo Verde, tal significará, fundamentalmente, e entre outras medidas paralelas, reformular a força terrestre, porque sustentar uma força incapaz de acudir onde é maior a vulnerabilidade, representa despesa completamente inútil, sem qualquer proveito real, com inconvenientes que se vão acumulando com o tempo, tornando a solução tanto mais problemática quanto mais postergada for a decisão reformista.

Assim sendo, e começando pelo mar, podemos então congeminar que umas forças armadas cabo-verdianas especificamente delineadas para o seu ambiente físico dominante não poderão prescindir de determinada categoria de meios navais, no mínimo 2 navios oceânicos tipo corveta e patrulhas costeiras capazes de cobrir a orla costeira, de extensão estimada em 1200 km, além de um suficiente efectivo de lanchas de desembarque (destinada aos fuzileiros) e lanchas de fiscalização. Por outro lado, para complementar e dar maior amplitude à acção dos meios navais, serão necessários pelo menos 2 aeronaves devidamente equipadas para missões de reconhecimento e vigilância das águas jurisdicionais (mar territorial e ZEE), uns 3 helicópteros tecnicamente apetrechados para operações de busca e salvamento e 1 aeronave de transporte geral. Isto porque um critério necessariamente parcimonioso e o mais realista possível impede-me de pensar em aeronaves equipadas com meios de combate.

Quanto à força terrestre, ela deverá dar lugar a um batalhão de fuzileiros navais completo, ou uma unidade deste tipo com uma estrutura orgânica apropriada à realidade do país. Será a componente que melhor se encaixa no sistema de forças desejável, pois a sua natureza anfíbia capacita-a ao mesmo tempo para acções em terra e para acções de abordagem em alto mar embarcada em meios navais apropriados. Esta força, diferentemente de uma força normal do exército, tem a vantagem da sua multifuncionalidade e está mais apta a ser projectada para qualquer ponto do território. Ademais, se o mar é uma realidade omnipresente e envolvente na vida do cabo-verdiano, não se compreende que a força militar cujo elemento básico é o homem não esteja mais identificada com o ambiente marítimo. Penso que não será difícil reconverter a actual infantaria numa força de fuzileiros navais, com o aproveitamento integral das suas estruturas e instalações. O efectivo já existente de fuzileiros navais entraria nas contas do efectivo global deste tipo de tropa. A Força de Intervenção Rápida pode e deve ser naturalmente gerada pela força de fuzileiros navais.

A Guarda Costeira existente pode manter o seu actual figurino, ou o que se lhe prevê, mas convém que seja convenientemente dotada de pessoal qualificado para que não haja quebra de continuidade na eficiência das suas missões.

Quando se olha para estas necessidades, a reacção imediata do leitor poderá ser considerá-las irrealistas e fora das capacidades orçamentais do país. Se esta verdade não pode ser iludida, como de facto não pode, a solução passa por uma “lei de programação militar” que escalone no tempo a aquisição dos meios mais dispendiosos, ao mesmo tempo que se debruça sobre o actual quadro de existências, sobretudo de meios navais, no sentido de procurar o melhor aproveitamento e reconversão daqueles que ainda não atingiram um estado de total e irreversível obsolescência. A título de exemplo, e segundo informações colhidas, um dos patrulhas costeiros existentes, o “Vigilante”, melhor equipado pode ser adaptado a corveta, permitindo assim adiar para uma conjuntura mais favorável a aquisição da segunda unidade naval deste tipo.

De facto, ao analisarmos a sustentabilidade orçamental do sistema de forças preconizado, desde logo reconhecemos que, embora coisa irrisória para um país de médio desenvolvimento, para Cabo Verde pode configurar uma extravagância. Mas naturalmente que se espera da comunidade internacional um apoio significativo ao apetrechamento militar de Cabo Verde, já que o país tem responsabilidades assumidas no quadro da segurança da região da Macaronésia, responsabilidades que podem ser tanto mais ampliadas e consolidadas quanto mais clara e consequentemente assumida for a percepção da Aliança Atlântica da importância do arquipélago como guardião de um dos portões do seu flanco sul. Sabe-se que o Atlântico Sul é cada vez mais um espaço geopolítico de importância primordial para o mundo ocidental, mercê da crescente produção petrolífera dos países da região, designadamente da África Ocidental. Na verdade, a posição estratégica das ilhas de Cabo Verde, ontem como hoje, é uma valiosa contrapartida com que o nosso país deve negociar a cedência dos meios materiais e os apoios financeiros que lhe permitam o desempenho cabal de quanto se lhe possa exigir na cooperação com a segurança internacional do espaço em que está inserido. O narcotráfico, o crescimento de fluxos emigratórios clandestinos, o tráfico de pessoas, a pesca ilegal, a contaminação do ecossistema marítimo, e outras mais acções violadoras das leis e convenções internacionais, são fenómenos transnacionais que em alguns casos se interligam com o crime organizado e directa ou indirectamente podem servir os desígnios do terrorismo internacional. A atenção particular que a NATO vem dedicando a Cabo Verde, tornando-o palco de algumas manobras (“Steadfast Jaguar 2006”, a realizar em Cabo Verde entre 15 e 19 Junho), espelha sem dúvida a crescente importância da posição geográfica do país no âmbito da segurança do mundo ocidental. Ora, num quadro de reciprocidade, Cabo Verde tem de assumir definitivamente e sem complexos a sua aliança com o mundo ocidental, e

este tem de encarar Cabo Verde como um parceiro empenhado a quem devem ser disponibilizadas todas as condições para a assunção das suas responsabilidades internacionais.

É neste contexto que me parece que os países mais influentes da NATO se devem obrigar, moral e juridicamente, a cooperar activamente no reequipamento e no apoio à sustentabilidade financeira das forças armadas cabo-verdianas, bem como em programas de formação e reciclagem de quadros, manutenção de equipamentos, doutrinação, e outros mais.

Concluindo e recapitulando, não é hoje muito nítida a fronteira entre a soberania nacional e o espaço dos interesse vitais dum país. A segurança que antes se conceptualizava contra um inimigo que a história e a geografia identificavam e tornavam previsível deu lugar a uma segurança contra a eventualidade de ameaças de uma outra natureza, mais imprevisíveis na forma e nos processos, mais difusas na origem, no espaço e nos actores. Cabo Verde não está imune a este tipo de ameaças e tem ainda o ónus de uma posição geo-estratégica que o coloca numa situação de autêntica dualidade, em que as vantagens se intercalam com os inconvenientes. Saiba a nação cabo-verdiana compreender e assumir a importância de um aparelho militar minimamente qualificado, a contento das necessidades de segurança do país e das suas responsabilidades assumidas na esfera internacional.

Tomar, 20 de Abril de 2006

Adriano Miranda Lima

#### **Décima quarta questão:**

**A actual promoção do país ao grupo de Países de Desenvolvimento Médio PDM levará a diminuição das ajudas externas ao desenvolvimento. Quais serão os maiores desafios que se colocam ao país a fim de manter os níveis de crescimento dos últimos anos?**

Segundo leio, a consecução desse desiderato vai certamente conduzir, se já não é um facto, a que Cabo Verde perca o montante de ajudas externas que até aqui recebeu. Sobre isso, há quem argumente que é uma consequência penalizadora para quem sempre foi um exemplo para o terceiro mundo na forma como geriu sempre as ajudas que recebeu da comunidade internacional. É que, em contraponto, os países cujos líderes delapidaram ou deram utilização indevida aos recursos recebidos, esses, em princípio, não verão ver subtraídos os níveis de ajuda, se é que, nalguns casos, não terão até ajudas paralelas e pontuais face à calamitosa situação económico-social que neles persiste.

De facto, a situação não é tão linear como à primeira vista pode parecer. Se não vejamos. A situação cabo-verdiana corresponde na verdade aos níveis de desenvolvimento padronizados no PDM, ou a leitura da sua situação está induzida por valores estatísticos que estão longe de traduzir a verdadeira realidade do país? Sou inclinado mais à segunda hipótese, embora eu não seja especialista na matéria e, portanto, desprovido da necessária ferramenta analítica para me permitir uma extrapolação isenta de erros. É que o que os índices de pobreza do país são ainda muitíssimo baixos, com populações no limiar da pobreza absoluta, não obstante serem razoáveis os índices na área da saúde e da educação, por exemplo.

Uma visita que eu fiz ao país em 2002 e 2003 permitiu-me verificar carências alimentares semelhantes às que eu conheci 40 anos atrás. E se dúvidas houvesse, uma reportagem a que eu assisti recentemente na RTP África desfez-mas por completa. Há muita pobreza ainda em Cabo Verde, não obstante os propalados níveis de crescimento, sucedendo que a evolução registada é mais no plano global em que é reflexiva a análise estatística do que nos microcosmos sociais em que a verdadeira realidade humana se não escamoteia por se revelar em toda a sua crueza.

Sendo assim, receio que seja cedo ainda para modificar o panorama assistencial ao bom povo cabo-verdiano, afinal de contas o único de entre os mais carenciados que não desbaratou a ajuda recebida da comunidade internacional.

E que desafios ingentes se deparam governantes? Muitos e diversificados, e bem complexos, não haja dúvidas, porque governar um país quase completamente dependente do exterior é obra digna de gigantes. Entenda-se como gigantes homens imbuídos de um inextinguível espírito de serviço público, de homens inteiramente consagrados ao serviço da comunidade, de homens para quem não deverá existir outro móbil que não trabalhar para a felicidade do seu povo. É preciso explorar as potencialidades que Cabo Verde pode ter como exploráveis para o seu desenvolvimento económico, e nessa área parece que a natureza foi verdadeiramente uma madrastra, apenas nos deixando o mar, o sol, e a paisagem a um tempo singular e atractiva para quem queira demandar algo diferente de toda a oferta turística que por aí abunda. Portanto, o turismo. E mais uma vez, deixo ao aspirante Luz um artigo sobre este tema. Passo a transcrevê-lo:

## INVESTIMENTO TURÍSTICO INTERNACIONAL EM CABO VERDE

*“O que se adivinhava há algum tempo acabou por se confirmar. O ano de 2006 foi fértil na apresentação de projectos que mudarão para sempre a face de Cabo Verde. Para o*

*bem ou para o mal o arquipélago entra agora na rota de grandes investidores internacionais de empreendimentos turístico-habitacionais e deverá tornar-se, nos próximos anos, um dos destinos mundiais de maior crescimento. A dinâmica é de tal ordem que apenas no mês de Novembro foram lançadas as "primeiras pedras" de 4 empreendimentos turísticos de envergadura envolvendo um valor total próximo dos 600 milhões de euros."*

Este é o excerto de uma notícia que eu recebi recentemente. Confirmando o que já circulava há algum tempo, fica-se a saber que os primeiros investimentos irão contemplar as ilhas de Santiago, S. Vicente e Sal. Com isso, ganha consistência a ideia de que Cabo Verde é, de momento, alvo de uma atenção privilegiada, face a outras alternativas que poderiam ser equacionadas neste mundo competitivo e ávido de investimento internacional.

E porquê Cabo Verde? Para já, pelo que se ouve, o baixo custo da mão-de-obra indígena, a "virgindade" ainda pouco explorada das nossas ilhas, a saturação dos mercados em voga e as baixas taxas de exploração que proporcionam, terão pesado, como factores determinantes, na decisão dos investidores. Projectos de inegável magnitude e importância num arquipélago até há pouco tempo quase ignorado, algo vai por certo alterar significativamente a fisionomia e a morna pacatez das nossas ilhas, com tudo o que isso tem de promissor para o desenvolvimento e crescimento económico, mas também de temeroso face ao lado negativo das incidências sociais de uma circulação de estrangeiros a extravasar os limites a que estamos habituados. Por isso mesmo, como se tem visto, as reacções são diversas, e em alguns casos contraditórias, na sociedade cabo-verdiana, quer na residente quer nas comunidades da diáspora. Em princípio, rejeite-se conotar tais reacções com as fortes clivagens de natureza político-partidária que, mais do que seria razoável em alguns casos, têm marcado a discussão e as opções sobre o futuro do país, quando, na realidade, importava era que à volta do interesse nacional se unissem esforços e boas vontades, minimizando as quezílias estéreis e os ressentimentos sobre um passado que tarda a ser enterrado.

Entre os que receiam uma "invasão" maciça das nossas ilhas, pesa o argumento do inevitável impacto ambiental e social, o que é um facto, e também uma certa descrença por recordar-se o "mau negócio" em que se terão saldado os primeiros investimentos turísticos de capital estrangeiro no Sal e na Boavista. Entre os que são a favor, predomina a convicção de que a abertura ao turismo internacional é das poucas possibilidades de que dispõe o nosso país de modo a lograr um crescimento económico sustentado que o liberte do ciclo de pobreza que sempre o aprisionou.

Não disponho de conhecimentos especializados em turismo nem me move qualquer interesse pessoal nesta área de actividade económica. Toda e qualquer opinião que eu

possa aqui exprimir radica apenas na sensibilidade de um cidadão consciente das limitações naturais da terra em que nasceu e do esforço e pragmatismo dos que vêm assegurando a governação do seu destino, seja qual for a formação política em que se filiam. Assim, desde já assevero que sou inteiramente a favor de toda a aposta que, destemidamente, se faça em prol do futuro de Cabo Verde. Sim, porque tibieza e abulia não serão certamente as melhores conselheiras para quem assume o pesado e difícil encargo de governar Cabo Verde. Se os primeiros investimentos de capital estrangeiro no turismo não salvaguardaram devidamente pacotes de válidas contrapartidas para o país, tal como tenho ouvido dizer, a experiência colhida permite agora aconselhar a decisão e agir com mais cautela, negociando aturadamente condições mais consentâneas com o nosso interesse.

Mas tenham ou não gerado boas parcerias os primeiros investimentos, a verdade é que desde então Cabo Verde passou a figurar no mapa internacional dos destinos turísticos, o que não é ganho despiciendo, atendendo à importância que a publicidade representa como uma das alavancas do mercado turístico. Terá sido certamente o conhecimento cada vez mais alargado e enraizado das nossas potencialidades turísticas que motivou os investimentos ora anunciados. Importante é reconhecer que estes investimentos e outros que poderão seguir-se vêm em definitivo confirmar que o nosso país tem, afinal de contas, condições reais e objectivas para se alcandorar ao estatuto de destino turístico de alternativa.

E em que se baseia a alternativa? Baseia-se naquilo que já foi anteriormente enunciado, mas também em dois aspectos não menos relevantes, a saber. Os europeus e outros povos que procuram o mercado turístico estão já saciados de paraísos tropicais de luxuriante vegetação ou de praias densamente concorridas. Por outro lado, não é menos certo que grande parte desses paraísos se localiza a distâncias consideráveis da origem da clientela turística, e que a problemática da segurança, por razões do conhecimento geral, se coloca cada vez mais subjacente aos destinos turísticos mais densamente frequentados.

É incontestável que o turismo pode e vai ser uma força indutora dos demais sectores da economia cabo-verdiana. Desde logo, pelas receitas diversas que vão ser angariadas ao nível do consumo e do fisco, pela circulação da moeda e entrada de divisas, e pelo emprego da mão-de-obra local. Mas também, e não menos determinante, pelo efeito sinérgico e multiplicador que a procura vai exercer sobre os transportes, a distribuição, a produção alimentar e industrial e mesmo sobre algumas áreas tecnológicas.

Enfim, ninguém de boa mente nega que sobram razões para se considerar muito positivo que Cabo Verde entre na rota do turismo internacional. Penso que este é um momento decisivo até como oportunidade estratégica, daí que seja errado entrar no terreno de conjecturas doentias, enraizadas na desconfiança ou no receio do desconhecido. Aliás, basta olhar para exemplos históricos. A Espanha e as Canárias passam por um dinâmico

processo de crescimento porque, entre outras medidas, fizeram uma aposta clara e corajosa no turismo numa altura em que era manifesto o seu subdesenvolvimento relativamente à Europa. Souberam tirar partido da sua posição geográfica, do seu sol e do seu mar, e ainda do esplendor de uma história, de uma arte e de uma cultura de características vincadas.

Cabo Verde tem potencialidades similares às das Canárias, embora mais distanciado da clientela europeia e num patamar muito inferior em termos de desenvolvimento e de qualificação profissional da sua população. Em contrapartida, Cabo Verde surge como um destino turístico bem menos saturado e com uma fisionomia cultural diferente, atractiva na sua singularidade humana, pelo que susceptível de sensibilizar e despertar a curiosidade de quem nos visita. É sem dúvida um país que goza de estabilidade e paz social, unanimemente reconhecidos pelas instâncias internacionais, ainda que a segurança pública não seja hoje, infelizmente, comparável àquilo que já foi num passado não muito distante.

Por conseguinte, poderá dizer-se que o nosso país é detentor de uma oferta que se distingue de outras exactamente pela sua natureza peculiar, mas que pode e deve ser desenvolvida e valorizada de forma a gerar sinergias úteis e a multiplicar as suas valências. Mas o desafio é soberbo e porventura inédito pela sua dimensão e natureza. O país é frágil nos seus equilíbrios internos, pelo que do Governo se espera uma actuação atempada e eficaz na melhoria e harmonização de infra-estruturas e serviços como as acessibilidades, transportes, saúde, água e energia. É óbvio que a qualificação da nossa mão-de-obra, sobretudo na área do turismo, é também um ponto de agenda governamental particularmente importante, para evitar que a nossa gente seja assalariada apenas para trabalhos domésticos. Noutro âmbito, o empresariado nacional, para não perder o barco, vai ter de reagir em conformidade com o aliciente dos novos desafios, sobretudo promovendo a qualidade da oferta na área da restauração, bares, cafés, esplanadas e tudo o mais que possa constituir lazer, divertimento e bem estar. Aqui incluo equipamentos como a pesca desportiva, desportos radicais virados para o mar, montanhismo e iniciativas ligadas ao ecoturismo. É preciso, pois, estimular no turista a demanda do mercado interno para que ele não se confine ao espaço dos hotéis, aldeamentos e resorts onde se instala e gasta os seus euros, libras ou dólares. Haverá que ser realista e ponderado na prática dos preços, evitando especulações saloias.

Contudo, para que seja inconfundível a nossa oferta turística, ela não pode descurar o condimento que tem o picante natural da cultura, o qual passa essencialmente pela culinária, pelo artesanato, pela música e pela mostra das tradições do país. É óbvio que cada ilha tem as suas particularidades e é a pensar nisso que me recorde de o cricket ter sido um desporto tradicionalmente praticado na ilha de S. Vicente. Há poucos meses, em conversa telefónica com o doutor Antero de Barros, abordámos o assunto e ele lamentava que esse desporto não fosse retomado como prática regular. Pergunto se não é oportuno



recriar o clube de cricket de S. Vicente e incluir este desporto no painel de actividades a oferecer ao turista.

Mas quando se invoca o impacto negativo que o turismo pode representar, penso que mais preocupante que o impacto ambiental será sem dúvida o social. Com justa razão, vem-nos logo à mente um caudal de consabidas preocupações: o incremento do fenómeno da prostituição e da mendicidade, a pedofilia, o tráfico e consumo de droga e outros cancros sociais que têm o rótulo da delinquência e da criminalidade. Em boa verdade, o turismo tem também os seus inconvenientes, mas um país como Cabo Verde não pode desperdiçar as oportunidades que lhe surgem. Como soe dizer-se, só por milagre haverá sol na eira e chuva no nabal. Mas Cabo Verde não pode esperar por milagres.

Tomar, 28 de Janeiro de 2007

Adriano Miranda Lima

#### **Décima quinta questão:**

#### **Há algum assunto que queira partilhar e que aqui não foi referido?**

Sinto-me tentado a aflorar ao de leve uma delicada questão. Tem a ver com alguma mudança de mentalidade que, a meu ver, se operou na sociedade cabo-verdiana e, infelizmente, não positivamente como seria desejável. Existem indícios claros de que a corrupção está a ganhar terreno em Cabo Verde e que certos fenómenos de rápido enriquecimento não estão a ser prevenidos por uma polícia eficaz e castigados por uma justiça rápida e eficiente. A par disso, a criminalidade tem crescido a olhos vistos. E o pano de fundo reflecte indiscutivelmente situações de manifesta carência que por si só deviam ser um alerta chamativo e impulsionador da justiça e solidariedade sociais, ao contrário de uma mentalidade egoísta que se instala na sociedade cabo-verdiana.

Tenho receio de que os governantes actuais, mais preocupados em disputar e aceder ao poder, não estejam à altura do espírito de militância que devia impregnar o servidor público cabo-verdiano.

Aquilo que escrevo nas linhas que a seguir transcrevo compõem um quadro social que a todos nos devia preocupar seriamente:

#### **MENINOS DE RUA**

Chegou-me, por mail, uma informação sobre a “Associação Mininos di Rua”, criada e presidida por Carlos José Batalhão. Creio que ainda em fase de projecto, mas pelo breve enunciado de intenções apercebo-me da firmeza dos propósitos e da certeza das

convicções, a lembrar-nos que o associativismo é uma janela que se pode rasgar na grande casa onde todos moramos, porque o Estado não tem uma varinha mágica para todos os problemas. Ninguém pode ficar indiferente à mensagem implícita em semelhante iniciativa. Ainda há cerca de um mês, um jovem colunista estreou-se neste jornal com um artigo muito pertinente sobre a problemática da solidariedade social em Cabo Verde, desafiando à partilha de responsabilidades sociais aqueles que por dever cívico a elas se não podem furtar, mas a dirigir-se à sociedade civil como um todo. Não me recordo já do nome do colunista e do título do seu artigo, como bem me prezaria, mas regozijei-me com o tema trazido à luz, dando-me conta das poucas vezes em que a questão social tem sido abordada na imprensa de Cabo Verde, embora seja este um país onde as clivagens sociais têm vindo a acentuar-se, por incrível que pareça. Mas o que mais me surpreendeu foi o deslance de alguns comentadores ao artigo, felizmente em minoria, ao quererem esvaziar o significado da mensagem e até apoucar as virtudes da pedrada que o articulista quis assim lançar no charco para acordar algumas mentes adormecidas ou demasiado preocupadas com os seus umbigos.

A realidade dos “meninos de rua” presenciei-a directamente em S. Vicente e magoou-me constatar a dimensão do problema. Porque o que vi nas ruas ultrapassava situações similares que a minha memória guardava do passado, o que não deixa de ser surpreendente num país que vem, ao longo dos anos, registando um crescendo evolutivo relativamente ao “Índice de Desenvolvimento Humano” (IGH), como atestam os relatórios internacionais. Com efeito, e em contraponto com a verdade dos números, há em Cabo Verde um contingente crescente de meninos a dedicar-se à mendicância nas ruas, meninos sem um tecto e sem uma única refeição diária completa. Outros, um pouco mais velhos, procurando fazer pela vida, lavam carros, engraxam sapatos ou recorrem a outros expedientes de sobrevivência, tentando enfrentar o destino com a lança da sua dignidade. Em todos estes casos deparamos com a face visível de um problema social de grande magnitude e angustiante incidência, que, certamente, estará na agenda da governação pública, mas que, aparentemente, se lhe escapa entre os dedos como a areia. Não parece existir um vislumbre de solução a prazo nem conheço um esboço de estratégia que permita terçar armas valentemente no terreiro onde se instala aquilo que temos de rejeitar como sendo uma fatalidade.

É certo que o subdesenvolvimento a vários níveis está na origem dos “meninos de rua” e que este fenómeno assume expressão bem mais dramática em outros lados e até em países potencialmente muito mais ricos que Cabo Verde. De acordo com dados fornecidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, existiam, aproximadamente, em todo o mundo, 30 milhões de crianças a trabalhar ou a viver nas ruas (UNICEF, 1993). Mas, segundo alguns observadores, esse número corresponde apenas ao existente na América

Latina, onde o subdesenvolvimento económico e os desequilíbrios sociais andam de mãos dadas, conferindo uma expressão verdadeiramente dramática ao fenómeno social aqui abordado. Não há consenso nem quanto à terminologia para designar o fenómeno nem quanto ao número de crianças a viver nas ruas, por não existir uma distinção rigorosa entre reais situações de abandono, de comportamentos divergentes e de condutas simplesmente viciosas e delinquentes. Há quem entenda que a designação “crianças em situação de rua” é mais abrangente e susceptível de abarcar todas situações, quer as de pobreza, abandono, marginalização e exclusão social, quer as de assumida pré-delinquência. Em Cabo Verde talvez se possa falar com mais propriedade do fenómeno “crianças em situação de rua”, o que, por enquanto, segundo julgo, abrange maioritariamente o sexo masculino, mesmo assim nem sempre representando uma rotura total com a família. Todavia, é um problema que preocupa e pode vir a ganhar uma expressão mais gravosa se nada se fizer para inverter o seu curso.

Há que pôr em prática medidas sérias e corajosas, o que desde logo significa agir ao nível das mentalidades e alterar comportamentos que estão na origem do número preocupante de crianças geradas irresponsavelmente fora de um contexto normal familiar. Na verdade, urge encarar com autêntico espírito de militância o problema da educação sexual e do planeamento familiar, dentro do princípio de que os filhos devem ser concebidos em função dos recursos disponíveis e previsíveis para o seu sustento e amparo familiar, sob pena de se incorrer em manifesta irresponsabilidade moral e em conduta anti-social. Manda aqui a lucidez que se não enterre a cabeça na areia, qual avestruz, fingindo que se pode perpetuar um estilo de vida prosaico que parece ser a marca distintiva e ostentosa de alguns, infelizmente não tão poucos como isso. Porque o que é mais preocupante não é a prole numerosa que se constitui dentro do mesmo agregado familiar, pois essa é sempre defensável à luz dos valores humanos mais sagrados; o que é lastimável é, pois, esse pernicioso e enraizado hábito de o homem comum cabo-verdiano procriar descontroladamente, por portas travessas, sem eira nem beira, originando situações familiares completamente desestruturadas e deixando às pobres criaturas das “mães de filhos” todas as responsabilidades futuras pelas consequências de uma ocasional aventura amorosa. E assim gerando crianças para a rua.

Portanto, ao inventariar responsabilidades, é óbvio que ao Estado compete agir profilaticamente, e concertadamente, no campo da educação sexual, do planeamento familiar e da formação cívica, por forma a que a sociedade possa ser maioritariamente aglutinada por famílias estruturadas e co-responsáveis com as exigências do futuro. É verdade que não é fácil alterar comportamentos que mergulham numa obscura ancestralidade, como aquele que presenciei numa reportagem televisiva produzida aquando da última irrupção do vulcão do Fogo. Nessa dita reportagem, foi entrevistado um homem do

povo, ainda novo, que se vangloriava de ter mais de 20 filhos, e de várias mulheres. Só que, noutro passo da reportagem, aparece uma das suas “mães de filhos” a declarar que um dos recursos de que dispunha para poder sustentar a sua prole, não sei se do mesmo pai, era galgar a subida íngreme do vulcão, carregando às costas os pertences dos turistas que demandavam o cimo. Pois claro que há uma árdua e persistente tarefa a cometer à escola, à assistência social e ao serviço de saúde, uma tarefa de importância basilar que não pode vacilar ou afrouxar com o argumento de que nas reuniões de planeamento familiar a conversa “entra por um ouvido e sai pelo outro”.

Mas se ao Estado compete educar e prevenir, não pode deixar de, simultaneamente, prover à situação momentosa, que é reflexo de comportamentos sociais errados e recorrentes que remontam ao passado. Os recursos financeiros são escassos para as políticas sociais, já se sabe. Contudo, há iniciativas de cariz social que podem ser respostas válidas, tais como centros de acolhimento e formação onde os jovens tenham o enquadramento que lhes falta em casa, onde recebam uma aprendizagem profissional e onde disponham de um mínimo de condições de subsistência.

Vem a propósito recordar as oficinas de outrora onde entravam como aprendizes os rapazes que não queriam ou não podiam estudar, para ali adquirirem uma ferramenta para a sua vida futura. Mas, hoje, o patrão que aceite um adolescente como aprendiz arrisca-se às penas da lei, por alegada exploração do trabalho infantil, daí que, rejeitada a via escolar assegurada pelo Estado, não reste depois ao adolescente outra alternativa senão a selva da rua para nela se aventurar, caindo facilmente nas malhas da delinquência e do crime. Mas, vejamos bem, a que tipo de violência se expõe um adolescente só por integrar o ambiente de trabalho de uma oficina e ficar vinculado a regras de disciplina e horários de aprendizagem? Mais violento não é o seu abandono às ruas e mais ultrajante não é a escalada da degradação moral em que se inicia? Há que diferenciar a exploração do trabalho infantil de soluções pragmáticas a que se pode lançar mão para a recuperação social e psicológica de um jovem. Quando um jovem privado de sustento em casa e refractário à escola atinge o limiar da desesperança e cai na sarjeta, há que pôr de lado a hipocrisia e reconhecer que a política não se destina à realização de utopias mas sim à solução de problemas reais e concretos.

O Estado pode criar parcerias com a classe empresarial e outras entidades e estabelecer condições que permitam uma verdadeira conjugação de esforços e recursos humanos e materiais em ordem à realização de objectivos de carácter social. Lembro-me bem de uma reportagem passada na televisão de Cabo Verde sobre meninos desprotegidos, talvez “meninos de rua”, que o quartel militar de S. Vicente acolhe no seu seio, encarregando-se do seu sustento e educação. Pelo que me foi dado ouvir, os resultados estavam a ser encorajadores e o único óbice era a exiguidade de recursos, mas uma iniciativa desta

natureza, a vingar no seio da instituição militar, deve ser motivo de orgulho e exemplo para a sociedade civil.

Sobrepondo-se a todas as medidas e iniciativas do âmbito do Estado, e agindo transversalmente, o associativismo é, irrecusavelmente, um campo aberto e ao alcance de todos os cidadãos de boa vontade. As empresas, as oficinas, as instituições religiosas, o cidadão comum, os especialistas de várias áreas científicas, os quartéis militares, enfim, todos não são demais para capitalizar, alavancar e conciliar esforços e abrir uma larga frente de combate que permita salvar os nossos meninos e meninas das garras do infortúnio. A apatia e a indiferença só conduzirão à proliferação de mais fenómenos de delinquência e criminalidade como os chamados “Thugs” da ilha de Santiago. Ao senhor Carlos José Batalhão resta-me dizer-lhe que a sua “Associação Mininos di Rua” é uma boa nova que me apraz tornar público. E dizer-lhe também para contar comigo.

Adriano Miranda Lima